



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

**APOSENTADORIAS RURAIS E
DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL:
O CASO DE MEDINA, NORDESTE MINEIRO**

HÉLDER DOS ANJOS AUGUSTO

2003

D
05731
m. 5558

HÉLDER DOS ANJOS AUGUSTO

**APOSENTADORIAS RURAIS E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL:
O CASO DE MEDINA, NORDESTE MINEIRO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para obtenção do título de "Mestre"

Prof. Orientador: Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro
Prof. Co-Orientador: Jovino Amâncio de Moura Filho

LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL
2003

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Augusto, Hélder dos Anjos

**Aposentadorias rurais e o desenvolvimento municipal: o caso de
Medina, nordeste mineiro / Hélder dos Anjos Augusto. -- Lavras : UFLA,
2003.**

175 p. : il.

Orientador: Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro.

Dissertação (Mestrado) – UFLA.

Bibliografia.

**1. Envelhecimento. 2. Previdência social. 3. Aposentadoria rural. 4.
Medina – Minas Gerais. 5. Brasil. I. Universidade Federal de Lavras. II.
Título.**

**CDD - 305.26
- 331.252**

HÉLDER DOS ANJOS AUGUSTO

**APOSENTADORIAS RURAIS E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL:
O CASO DE MEDINA, NORDESTE MINEIRO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para obtenção do título de “Mestre”

Aprovada em 27 de Fevereiro de 2003

Prof. Dr. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro – DAE/UFLA

Prof. Dr. Osmar Vicente Chevez – IAEMG-FAGAM

Profª. Dra. Maura Lígia Zelaya Chevez – IAEMG



Prof. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro
UFLA
(Orientador)

**LAVRAS
MINAS GERAIS-BRASIL**

DEDICO

A todos os aposentados rurais anônimos deste país que, no lavrar da terra construíram a história do Brasil.

Aos conhecidos e contribuintes deste trabalho, que emprestaram um pouco de sua sabedoria para o bem da ciência.

Aos cidadãos de Medina, MG que, direta ou indiretamente estão envolvidos na causa dos trabalhadores rurais.

Ao governo de Moçambique, pelo privilégio concedido aos seus cidadãos de poder desfrutar de conhecimentos além-fronteira.

Aos camponeses moçambicanos, que lutam pelo reconhecimento de seu trabalho, numa incansável batalha por seus direitos.

Aos meus pais, Víctor e Virgínia, meus irmãos, Vanda, Florinda, Célia, Ju, Marcos e Alexandre.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela força, sabedoria e sucesso alcançados no decorrer de mais este percurso da vida estudantil.

Aos professores: Eduardo Ribeiro, pela disponibilidade, pelo incentivo, pela confiança na orientação e amizade, demonstrados na realização deste trabalho; Jovino Amâncio, pelos valiosos ensinamentos, amizade e confiança depositados e Mário Vivaneo, pelo apoio e orientação metodológica.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelos incentivos financeiros, que tornaram possível a realização deste curso.

Ao STR de Medina, MG, pelo espaço cedido à pesquisa, apoio logístico, informações, prontidão, acolhimento familiar e confiança. Especialmente: à Dona Eva, Toninho, Sr. João Alves, Zelma, Márcio, Dona Terezinha, Dona Ernestina, Sr. Alfredo (Comunidade do Aredó) e outros de igual importância.

Ao Antônio Jorge e Jean Marcos (funcionários do INSS/Medina), à Miriam (técnica da EMATER/Medina), ao Nilton, Daniel e Marcos (Associação Comercial de Medina), pelo fornecimentos de dados e informações pertinentes ao estudo.

Ao Prefeito Municipal de Medina, Dr. Walter Tanure Filho e seu Assessor Administrativo, Sr. Jesmo, pela disponibilidade de informações.

Aos comerciantes e prestadores de serviços do município, pela cooperação nas entrevistas concedidas.

À minha irmã Vanda e seu esposo Zita Gomes, pela contribuição para minha formação. Também ao amigo e conterrâneo, Dr. Carvalho Carlos Ecole.

À Sônia e Isabel (Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFLA) e à Sílvia (DAE/UFLA)

Aos colegas do curso e a todos os amigos do PPJ, pela convivência, compreensão, trabalho e lazer.

E, finalmente, à companheira de todas as horas, Arlete, que incondicionalmente colaborou para a realização e concretização deste trabalho, apesar dos momentos de dor, por ocasião do passamento da saudosa mãe, Tereza, outra figura de suma importância (que Deus a tenha em seus braços...).

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	i
LISTA DE FIGURAS	iv
RESUMO	v
abstract	vi
1 INTRODUÇÃO	1
2 REFERENCIAL TEÓRICO	6
2.1 A Previdência Social e os aposentados rurais	6
2.1.1 Aspectos conceituais e sua evolução: um panorama.....	6
2.1.1.1 Trajetória histórica	9
2.1.2 Números da previdência social	13
2.1.2.1 A distribuição dos benefícios	13
2.1.2.2 Seguridade social em perspectiva	15
2.1.2.3 O envelhecimento no Brasil	20
2.1.2.3.1 O envelhecimento no meio rural	27
2.2 A questão do desenvolvimento	31
2.2.1 Conceituando o desenvolvimento	31
2.2.2 O desenvolvimento local.....	34
2.2.3 A questão do desenvolvimento rural.....	35
2.2.3.1 Agricultura familiar e o desenvolvimento local.....	36
2.2.4 Elementos para o desenvolvimento local	41
2.2.4.1 O compromisso local.....	41
2.2.4.2 Cooperação e participação	45
2.3 Benefícios rurais e desenvolvimento local.....	47
2.3.1 Estudos desenvolvidos no Brasil.....	47
2.3.1.1 Renda nos domicílios dos beneficiários da Previdência Social	48
2.3.1.2 Renda nos domicílios dos beneficiários da Previdência rural.....	49
2.3.1.3 Os benefícios rurais e as economias locais	52
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	60
3.1 Procedimentos metodológicos.....	61
3.2 Delineamento amostral.....	64
3.2.1 Amostra piloto.....	65
3.2.2 Amostra final.....	68

3.3 Pesquisa de campo	71
3.4 Sistematização e conferência de informações	72
3.5 Limitações da pesquisa	73
3.5.1 Documental	73
3.5.2 Campo	73
3.6 Caracterização da região de estudo	76
3.6.1 O Vale do Jequitinhonha	76
3.6.2 O município de Medina.....	80
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	90
4.1 Perfil do aposentado rural residente no município de Medina, MG.....	90
4.2 Condições sócio-econômicas dos aposentados rurais de Medina	97
4.2.1 A prática das atividades rurais	97
4.2.2 A Aposentadoria como fonte de renda.....	102
4.2.3 A aposentadoria e a economia familiar no município de Medina	103
4.3 A aposentadoria rural e a economia do município	110
4.3.1 O comércio local	113
4.4 Envolvimento e participação dos aposentados rurais no desenvolvimento local.....	121
4.4.1 Relação poder municipal e os aposentados rurais.....	122
4.4.2 Fatores sócio-econômicos e o aposentado rural	123
4.4.3 O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina e os aposentados rurais	128
4.4.4 Experiências comunitárias de envolvimento e participação dos aposentados.....	132
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	147
ANEXOS	155

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Quantidade de benefícios em manutenção do período de 1990 – 2001	13
TABELA 2. Quantidade e valor de benefícios previdenciários por grandes regiões do Brasil, 2001	14
TABELA 3. Renúncias previdenciárias em 2001	15
TABELA 4. Balanço da Seguridade Social em 2001	16
TABELA 5. Participação total com benefícios em relação ao FPM, para o ano de 2000	56
TABELA 6. Benefícios que superam a arrecadação do INSS por estado em 2000	58
TABELA 7. Distribuição da amostra piloto	65
TABELA 8. Distribuição dos aposentados e das variáveis na amostra piloto (Medina, período 1992-2002)	66
TABELA 9. Resultados da amostra final	70
TABELA 10. População residente no município de Medina, MG, período de 1970 a 2002	84
TABELA 11. População ocupada por setores econômicos no município de Medina, 1991	85
TABELA 12. Principais produtos agrícolas da lavoura temporária, 2001 .	86
TABELA 13. Pecuária - Principais efetivos no município de Medina, 2000	87

TABELA 14. Distribuição dos aposentados por área de residência e por sexo	90
TABELA 15. Estado civil dos aposentados	91
TABELA 16. Idade dos aposentados	92
TABELA 17. Número de filhos nas famílias do aposentados	93
TABELA 18. Frequência dos aposentados à escola	95
TABELA 19. Aposentados que não frequentaram o ensino oficial	95
TABELA 20. Condições de acesso à terra para a prática agrícola	99
TABELA 21. Tamanho das terras agrícolas usadas por aposentados	100
TABELA 22. Valor médio mensal comercializado em produtos agrícolas ..	101
TABELA 23. Tempo de recebimento do benefício rural	103
TABELA 24. Distribuição dos aposentados e valor do benefício por domicílio	104
TABELA 25. Principais fontes de renda familiar e o peso do benefício rural na família	105
TABELA 26. Número de membros por residência de aposentados	107
TABELA 27. Despesas mais comuns nas famílias dos aposentados	109
TABELA 28. Gasto médio mensal domiciliar por setores	114
TABELA 29. Arrecadação média mensal propiciada pelas aposentadorias rurais no varejo de Medina, 2002	120
TABELA 30. Contratação de mão-de-obra pelos aposentados rurais	125

TABELA 31. Principais fontes de renda nos domicílios dos aposentados
de Lagedo Pedrez 133

TABELA 32. Principais fontes de renda nos domicílios dos aposentados
do Aredó 137

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1.** População brasileira no período de 1950-2000 (em milhões). . 22
- FIGURA 2.** Projeção de idosos por sexo no período de 2000-2050, Brasil (em milhões) 23
- FIGURA 3.** Taxa de mortalidade da população idosa brasileira, por sexo no período de 1980-1998 (por 1.000 habitantes) 25
- FIGURA 4.** Quantidade das aposentadorias, por idade, concedidas à clientela rural no período de 1991-2001, Brasil (mil) 30
- FIGURA 5.** Quantidade das aposentadorias por idade em manutenção para clientela rural, por sexo, no período de 1992-2001, Brasil 30
- FIGURA 6.** Número de estabelecimentos agrícolas distribuídos por categorias rurais, Brasil 37
- FIGURA 7.** Área total agrícola distribuída por categorias rurais, Brasil (Milhões) 38
- FIGURA 8.** Participação dos benefícios dos idosos rurais na renda total da família, Brasil, 1998 50
- FIGURA 9.** Fontes de renda dos idosos, Brasil, 1998 51
- FIGURA 10.** Quantidade de benefícios mantidos no município de Medina em 2002 111
- FIGURA 11.** Valores correntes (R\$) de benefícios mantidos em Medina em 2002 112
- FIGURA 12.** Comparação entre os valores de FPM e os benefícios mantidos em Medina em 2002 113

RESUMO

AUGUSTO, Hélder dos Anjos. **Aposentadorias rurais e o desenvolvimento municipal: o caso de Medina, nordeste mineiro, 2003.** 175 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.¹

O presente estudo, sobre os efeitos multiplicadores das aposentadorias rurais no município, vem levantar uma questão de suma importância para os dias atuais, visto que é crescente a participação relativa do grupo etário idoso no conjunto total da população brasileira. Devido a este fator, existe uma preocupação com o futuro da Previdência Social que deve passar por reformas. O objetivo geral do trabalho é caracterizar o aposentado rural da região e identificar sua participação e envolvimento na economia da família e do município, bem como os efeitos sobre o desenvolvimento local. Trata-se de um estudo de caso, realizado em Minas Gerais, na região do Médio Jequitinhonha, mais precisamente no município de Medina, com população estimada em 22.000 habitantes. Para obter os dados necessários, foram aplicados questionários semi-estruturados, ou seja, com questões abertas e fechadas, em 74 aposentados rurais, compondo uma amostra proporcional estratificada, levando-se em conta: sexo, área de residência e ser proprietário, ou não, de terra. O aposentado rural, apontado como um dos grandes responsáveis pelo déficit no caixa previdenciário, é figura digna deste benefício, do qual faz uma gestão eficaz, conseguindo até mesmo gerar outras ocupações no campo. A análise estatística e qualitativa dos dados colhidos desta amostra representativa permitiu identificar o aposentado rural como um importante ator no cenário do desenvolvimento, pois os efeitos de seu benefício começam a causar transformações nele próprio, em sua família, sindicato, município, estado e federação, num efeito de proporções cada vez mais significativas. Conclui-se, portanto, por meio deste estudo, que os benefícios concedidos aos aposentados rurais de Medina são responsáveis pela elevação de sua auto-estima, pois com esta renda se sentem mais seguros; constituem principal fonte de renda para suas famílias, diminuindo o nível de pobreza; são um fator de desenvolvimento econômico e social, gerando renda, empregos e um rico capital social.

¹ Orientador: Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro – UFLA.

ABSTRACT

AUGUSTO, Hélder dos Anjos. Rural retirements and municipal development: the case of Medina, northeast of the Minas Gerais state. 2003. 175p. Master Degree (Dissertation in Management) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.¹

The present study about the multiplicative effects of the rural retirements, stands up a very important question nowadays, considering that the old people number is increasing in an accelerated rythm and the Social Welfare needs urgent reforms. The rural pensioner, considered as the major responsables for the social walfare deficit, are the main concerned by this benefit, of which they make an efficient management, propitiating other new occupations. This case study was realized in the Media Jequitinhonha (Minas Gerais state), exactly in the city of Medina, with 22.000 inhabitants. For the data collection it was applied half-structuralized questionnaires containing opened and closed questions with 74 respondents, coumposed by a proportional stratificated sampling, considering: sex, residence area, land owner or not. The main objective is to trace the regional rural pensioner profile and to identificate its participation and involvement in the domestic economy and its effects on the local development. The statistical and qualitative analysis of the collected data of the representative sampling allows to identify the rural retired as an important actor of the development scenery, because the effects of his benefit began to cause transformations, in his own life, in his family, syndicate, city, state and so on., and is increasing in more and more his significant proportions. Therefore, we can conclude through this work that the rural retired benefits of Medina increase his self-reliance, because this benefit is the main rent saurce and so offering security and decreasing the poverty. The benefits are a social and economic development factor; they provide rent, jobs and a rich social capital.

¹ Adviser: Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro – UFLA.

1 INTRODUÇÃO

Diversas transformações demográficas em diferentes regiões trazem novos desafios e oportunidades para o mundo contemporâneo. As mudanças relativas ao tamanho da população humana, sua taxa de crescimento e distribuição, causam um grande impacto na perspectiva de desenvolvimento.

Principalmente na segunda metade no século XX, os países desenvolvidos passaram a conviver com um novo fenômeno: o envelhecimento populacional. No caso brasileiro, os debates ocorridos nos últimos cinco anos sobre o envelhecimento da população têm movimentado várias esferas da academia e da sociedade em geral. Em busca de uma melhor avaliação e determinação das causas e conseqüências do fenômeno, muito se tem escrito neste período, de forma a alertar em que direções estas modificações demográficas estão caminhando.

Dada à elevada taxa de fecundidade no passado, principalmente entre os anos de 1960 e 1970, o Brasil tendeu a ser considerado um país de jovens. As recentes transformações na estrutura etária brasileira, fundamentadas, principalmente, na queda do índice de fecundidade e de mortalidade, deu realce a um novo contingente populacional – o dos idosos. E as projeções demográficas mostram que o Brasil tende a ser um país de população relativamente idosa, visto que o crescimento deste tem sido superior à de outros grupos etários. Os números publicados em vários estudos populacionais espelham as transformações da pirâmide etária brasileira. Esta transformação não se restringe apenas ao Brasil, mas também a muitas outras regiões do planeta.

Como se pode depreender, as causas principais deste fenômeno são as alterações no comportamento da natalidade e da mortalidade. Durante muitos anos, pensou-se que a “expansão populacional da terceira idade” era

conseqüência direta do aumento na expectativa de vida, isto é, o aumento do número médio de anos a ser vivido pelos idosos. Na verdade, a queda da mortalidade está acontecendo nas primeiras faixas de idade, significando uma redução da mortalidade infantil, o que permite, posteriormente o aumento dos grupos etários em idade fértil. Aliada a esta queda, está o declínio da natalidade, pois a redução no número de nascimentos provoca, na estrutura etária da população, uma diminuição progressiva dos grupos mais jovens e, conseqüentemente, um aumento da importância relativa dos grupos de idosos. Portanto, a diminuição percentual do grupo etário jovem implica num aumento proporcional das outras faixas de idade, principalmente na dos idosos.

Este fenômeno de envelhecimento populacional não é um processo exclusivamente natural. Embora ele seja a dinâmica das inter-relações entre a mortalidade e natalidade, faz-se necessário considerar que o homem é um ser dotado de grande mobilidade espacial desde as primeiras civilizações. Sendo as migrações seletivas, produzem necessariamente impactos estruturais importantes, pois, se uma determinada região é receptora de contingentes populacionais, os potenciais ativos aumentam e, conseqüentemente, a participação relativa dos idosos declina sensivelmente. Numa situação inversa, quer dizer, região exportadora de grupos populacionais (particularmente os de idade ativa), a tendência natural é aumentar a importância relativa da população idosa – conseqüência do declínio da fecundidade.

O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil influenciou em grande medida as migrações, pois boa parte da população rural privada da posse de terra foi obrigada a movimentar-se para as grandes cidades ou para as regiões de fronteiras agrícolas. Estes deslocamentos espaciais acabaram por repercutir no fraco crescimento natural da população rural em algumas regiões, devido à distribuição desigual dos sexos e dos grupos etários.

No que tange à participação relativa dos idosos da área rural no conjunto total da população brasileira, as transformações sociais e econômicas são ainda de maior relevância, já que, em suas trajetórias de vida, acumularam prejuízos, como trabalhar sem registro em carteira; muitas vezes sem remuneração, além de trabalho precoce, dupla jornada e muitas outras irregularidades. Neste setor, o processo de envelhecimento traz à tona discussões e debates sobre o novo ator social – o idoso aposentado rural – que vem influenciando a esfera rural, a partir do resgate da Constituição de 1988, quando o trabalhador do campo foi incluído no Regime Geral da Previdência Social. Com a regulamentação do dispositivo constitucional, em 1991, os homens de 60 anos e as mulheres de 55 anos passaram a ser beneficiados com uma aposentadoria de um salário mínimo, equiparando-os assim aos trabalhadores do setor urbano.

Dentre os inúmeros temas da demografia social, considerados de relevância para grupos específicos, principalmente para o campo brasileiro, os aposentados rurais constituem um deles. Este estudo se junta a muitos outros e assume uma posição a favor de que as transformações demográficas e as políticas sociais praticadas na atualidade devam ser palco de contínuas discussões, procurando contribuir para a compreensão do caráter econômico e social desse contingente contemporâneo. Esse desafio imposto às estratégias de políticas públicas para o desenvolvimento local estimula, cada vez mais, a pesquisa e a elaboração de propostas alternativas para a atuação do governo. E, para compreender a complexidade da questão deste novo ator social, torna-se necessário buscar meios apropriados para demonstrar que o idoso do campo continua oferecendo uma contribuição socio-econômica e cultural significativa para sua família, comunidade e município.

Estudos comprovam que, com a expansão dos benefícios da Previdência Social, uma série de transformações significativas vem ocorrendo na vida econômica e social de grande parte das familiares e dos municípios brasileiros

que dele dependem fundamentalmente. Diante destas constatações e atentando-se para o fato de que o aposentado rural passou a ser um importante ator social, este estudo analisa os efeitos multiplicadores das aposentadorias rurais na promoção do desenvolvimento local

Trabalhos a serem referenciados a posteriori mostram que a situação do idoso brasileiro, em questão de renda, melhorou consideravelmente a partir de 1991. Essa melhoria é decorrente de várias mudanças no setor previdenciário, que passou a cobrir um maior número de idosos. Esta nova lógica da Previdência Social em garantir também ao trabalhador rural, homem e mulher, renda na velhice, tem contribuído para a redução dos níveis de pobreza, não só para a população idosa, mas também para seus dependentes.

A escolha do tema encontra justificativa nas evidências acima e pela relevância do assunto, ainda ausente nas discussões do país do pesquisador (Moçambique, África Austral), onde não existem recursos humanos na área e nem políticas de renda mínima para idosos e inválidos camponeses. Nesta perspectiva, o presente estudo tem como objetivo geral caracterizar o aposentado rural de Medina; identificar sua participação e envolvimento nas decisões do município e os efeitos de seu benefício previdenciário na economia familiar e do município, bem como sobre o desenvolvimento local.

Especificamente, pretende-se:

1. traçar o perfil do aposentado rural residente no município de Medina, Minas Gerais, levando-se em conta: sexo, área de residência (rural e urbana), estado civil, idade média, número de filhos e escolaridade;
2. analisar as condições socio-econômicas dessas pessoas e a qualidade de vida após a aposentadoria, observando as formas de acesso à terra, as práticas das atividades rurais, a renda, as aquisições e melhorias, dentre outros;

3. estudar a contribuição dos aposentados rurais do local por meio de seus benefícios na economia familiar e nas atividades do município, analisando a importância do aposentado rural na família e o peso de seu benefício na renda familiar, bem como sua influência, participação e envolvimento nas decisões de sua comunidade;
4. identificar e analisar os efeitos dos benefícios das aposentadorias rurais sobre o desenvolvimento local, observando os seus impactos no comércio local, nas ocupações e na geração de renda, entre outros aspectos.

O trabalho está organizado da seguinte forma: Introdução – neste item é abordada a apresentação do estudo, importância, justificativa do tema ora proposto e objetivos, geral e específicos; Referencial teórico – são apresentados três grandes blocos de discussão: um sobre a Previdência Social e as aposentadorias rurais, outro sobre temáticas relacionadas ao desenvolvimento local e o terceiro sobre os estudos realizados no Brasil sobre os impactos dos benefícios rurais no desenvolvimento local; Metodologia de pesquisa – descreve o método utilizado na pesquisa em geral e as técnicas qualitativas e quantitativas para o alcance dos objetivos almejados; Resultados e discussões – são apresentados dados estatísticos e qualitativos que refletem as características dos aposentados rurais, sua importância e os efeitos da renda dos benefícios concedidos pela Previdência Social no município de Medina, Minas Gerais; Considerações finais – apresentação das conclusões tiradas a partir dos dados colhidos e interpretados pela pesquisa; Referências bibliográficas – são enumerados todos os tipos de fontes de informações utilizados no estudo; Anexos – são apresentados amostra piloto, cálculo de renda média e variância, amostragem estratificada proporcional, parceria UFLA/PPJ - STR de Medina e ITAVALE, questionário e roteiro de entrevistas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Previdência Social e os aposentados rurais

2.1.1 Aspectos conceituais e sua evolução: um panorama

Para se entender a trajetória do sistema previdenciário brasileiro no setor rural é preciso referenciar os dois modelos tradicionais da previdência social: *bismarkiano e beveridgiano*.

O bismarkiano teve sua origem na Alemanha, em 1883. Neste modelo, a Previdência Social é baseada no seguro social e tem como fundamento básico a contribuição do segurado sobre o rendimento, ou seja, ela estipula, como regra de acesso, a contribuição prévia. Este seguro social tinha como bases fundamentais: saúde, invalidez e envelhecimento (Schwarzer, 2000a).

O modelo beveridgiano, de origem inglesa, é baseado no direito a uma aposentadoria universal básica, isto é, não há uma exigência de contribuição anterior para a obtenção de um benefício (Schwarzer, 2000b). O surgimento deste modelo, após a II Guerra Mundial, constitui um marco histórico no processo evolutivo da seguridade social, visto que a cobertura universal é consequência da constatação de que, sendo atendidas as necessidades dos indivíduos, elas repercutem não só neles, mas também em toda a sociedade (Westenberger & Pereira, 1997).

De acordo com Schwarzer (2000a), existia na Inglaterra, em 1601, uma política social baseada na Lei dos Pobres, em que o assistencialismo, de natureza política, utilizava normas fundamentadas na pobreza para a obtenção dos direitos sociais. Só depois é que surgiu, conforme já citado, o modelo beveridgiano.

A Previdência Social pode ser conceituada como programas regulamentados pelo Estado que “(...) *amparam os indivíduos no caso de interrupção ou perda da capacidade de obter renda e asseguram a cobertura de certas despesas especiais oriundas do casamento, nascimento ou morte*” (Anfip, 1999:13). Chiarelli & Souza (2001) definem a Previdência como um conjunto de órgãos com o propósito de servir aos empregados formais e suas famílias.

Para a Anfip (1999), existem três tipos de cobertura de manutenção de renda:

“(...) os sistemas universais, os relativos ao emprego e os sujeitos a recursos. Nos dois primeiros, o segurado, os dependentes, o cônjuge e filhos do segurado falecido podem reivindicar os benefícios por uma questão de direito; já os benefícios sujeitos a recursos baseiam-se na comparação entre a renda ou recursos de uma pessoa e uma medida padrão.” (Anfip, 1999: 13).

Os sistemas relativos a emprego geralmente baseiam-se no direito às pensões e outros pagamentos periódicos na duração da relação empregatícia ou de autônomo ou, no caso de abonos familiares e acidentes de trabalho, na existência do vínculo empregatício. Portanto, na trajetória dos sistemas previdenciários no mundo, percebe-se que eles estão organizados por sistemas formais ou informais, públicos ou privados, intrafamiliares e de transferência de renda intergeracionais:

“(...) sempre de geração ativa para a inativa. Os sistemas formais, públicos ou privados, podem ser financiados por meio de contribuições de segurados ativos, impostos arrecadados, junto a toda a sociedade, rendimentos de estoques de capital investidos em nome dos segurados” (Schwarzer, 2000a:1).

Ainda no âmbito internacional, os sistemas de Previdência Social são executados em três modalidades: seguro social, serviço público e assistência social. Há países que contemplam todos, sendo que a Previdência Social, propriamente dita, é o Seguro Social, que se destina aos seus contribuintes e dependentes exclusivamente (Reis, 1998).

Para Westenberger & Pereira (1997), no Brasil, podem ser identificadas duas formas de Previdência Social: sistema de seguridade social e sistema de aposentadoria. O sistema de seguridade social é constituído de Previdência Social, Saúde e Assistência Social. No primeiro caso, é uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados. A Previdência Social serve para substituir a renda do segurado-contribuinte quando da perda de sua capacidade de trabalho por doença, invalidez, idade avançada, desemprego involuntário, morte, incluindo também a maternidade e reclusão (Brasil, 2002).

Com relação à saúde, é um direito de todos os cidadãos e dever do Estado garanti-la por meio de mecanismos que visam adotar ações preventivas e curativas, de forma a preservar a saúde física e mental dos mesmos. A assistência social é considerada como uma garantia e amparo do Estado perante os cidadãos para a sua sobrevivência. É caracterizada por uma limitação de benefícios aos necessitados ou à pessoa de renda mínima, onde estes terão que comparar casos e situações a serem contemplados por meio do Benefício de

Prestação Continuada de Assistência Social – BPC – homens e mulheres com mais de 67 anos, deficientes físicos e mentais e pessoas carentes com renda familiar inferior a 25% do salário mínimo por pessoa (Brasil, 2000).

No Brasil, a Previdência Social pode ser pública ou privada. A pública tem um caráter obrigatório, abrangendo todos os trabalhadores do setor privado submetidos ao Regime Geral da Previdência Social. A privada é composta, por sua vez, de sistema fechado e aberto. O aberto tem um caráter voluntário e o fechado é de natureza restrita a um certo grupo, como, por exemplo, os trabalhadores de uma empresa (DESER, 2000). De acordo com a mesma fonte, no setor rural os segurados são divididos da seguinte forma: os empregados, os especiais, os autônomos e os empresários.

O sistema de aposentadoria brasileiro também é composto por três setores: Previdência Social, que concede benefícios aos trabalhadores da iniciativa privada urbana ou rural; Previdência dos Servidores Públicos, que no caso dos servidores federais, é financiada pelo Tesouro Nacional sob a conta de Encargos Previdenciários da União e, Previdência Privada, que é complementar e facultativa (Westenberger & Pereira, 1997).

A Previdência Social tem uma história fragmentada e, segundo DESER (2000), a Constituição de 1988 marca um importante passo do Seguro Social com a incorporação da saúde ao sistema previdenciário. Para melhor entendimento dos avanços neste campo, é interessante resgatar um pouco da história da Previdência Social no Brasil.

2.1.1.1 Trajetória histórica

A Previdência Social, por definição, sempre teve seu alicerce no trabalho formal, pois ela foi criada de forma a proteger os trabalhadores no final de sua

vida economicamente ativa. A trajetória da Previdência Social no Brasil constitui, nos dias de hoje, uma das questões econômicas e sociais que mais têm suscitado discussões no meio do poder público e da sociedade no geral. Este setor já passou por várias mudanças estruturais e conceituais, incluindo o grau de cobertura, o elenco de benefícios oferecidos e a forma de financiamento do sistema.

Os primeiros programas de previdência surgiram ainda no período imperial, com a criação de Montepios e Montes de Socorro, destinados a empregados públicos e seus dependentes. Entre 1908 e 1923, marco histórico do sistema previdenciário brasileiro, formularam-se uma série de decretos que regularizaram o direito à aposentadoria dos empregados dos Correios, das estradas de ferro, das oficinas da Imprensa Nacional, do Ministério da Fazenda, dos operários do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, dos operários da Casa da Moeda, da Alfândega do Rio de Janeiro, do Seguro Contra Acidentes do Trabalho e outros.

A lei Elói, de 1923, de Elói Chaves, deu início a uma nova trajetória da Previdência Social no Brasil. A partir dela vai surgir uma série de instituições da Previdência Social. O Decreto n.º 4.682, de 24/01/1923, determinou a criação da Caixa de Aposentadorias e Pensões (CAPs) para os empregados de cada empresa ferroviária. Ainda no mesmo ano, criou-se o Conselho Nacional do Trabalho, com atribuições, inclusive, para decidir sobre questões relativas à Previdência Social, se estendendo até 1926, atingindo os trabalhadores portuários e marítimos e em 1928, os empregados de empresas de serviços telegráficos e radiotelegráficos. Em 1930, criou-se o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tendo como atribuições a orientação e supervisionamento da Previdência Social. No mesmo ano, em dezembro, determinou-se a criação de Caixas de Aposentadorias e Pensões para os empregados dos serviços de força, luz e bondes. Vários decretos foram se estendendo a vários setores, como

serviços públicos, mineração e transporte aéreo (Beltrão et al., 2000; Delgado & Schwarzer, 2000; Schwarzer, 2000a; Reis, 1998).

No primeiro governo de Getúlio Vargas, nos anos de 1930, foram criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) que, segundo DESER (2000), tinham como objetivo segurar apenas os setores econômicos que na época eram de grande realce, nomeadamente as indústrias, os bancos e os transportes marítimos. A criação dos IAPs se deu em 1933 e a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), de 1960, unificou as legislações referentes às duas instituições anteriores, mas com uma certa autonomia de funcionamento.

Em 1955, foi criado o Serviço Social Rural, órgão destinado à prestação de assistência à população rural. Entretanto, em 1962, este serviço passou a integrar a Superintendência da Política Agrária (SUPRA), conforme Beltrão et al. (2000).

No Governo de João Goulart, em 1963, foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural e o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL, fundamentado na comercialização de produtos rurais, sobre a qual recaía 1% de contribuição (DESER, 2000; Delgado & Schwarzer, 2000a; Schwarzer, 2000; Reis, 1998 e Martinez, 1985). Segundo DESER (2000), esta política não foi eficiente, uma vez que os regimentos eram de caráter demonstrativo e surtiram poucos efeitos na esfera social rural. Em 1969, os trabalhadores rurais, principalmente empregados do setor agrário da agroindústria canavieira, passaram a ser contemplados pela Previdência Social. Três meses depois, houve extensão do Plano Básico para as demais atividades rurais, conforme Beltrão et al.(2000).

Em 1971, surgiu a Lei Complementar, quando os trabalhadores rurais foram incorporados a determinados benefícios, com a instituição do Programa de Assistência aos Trabalhadores Rurais – PRO-Rural (DESER, 2000; Beltrão et

al., 2000; Martinez, 1985). De acordo com Reis (1998), este programa substituiu o Plano Básico da Previdência Social Rural. No ano de 1975, ainda dentro do sistema PRO-RURAL/FUNRURAL, os pescadores e garimpeiros, bem como seus dependentes, foram contemplados pelos benefícios oferecidos pelo sistema em causa (DESER, 2000; Beltrão et al., 2000; Delgado & Schwarzer, 2000; Schwarzer, 2000a).

Outro grande marco da história brasileira foi o resgate dos novos fundamentos pela Carta Magna de 1988, segundo a qual a Previdência Social faz parte da Seguridade Social Brasileira. Conforme reza o artigo 194 da Constituição de 1988: *“A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações e iniciativas dos Poderes Públicos e da Sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, a previdência e a assistência social”* (Brasil, 1988: 131).

Com este resgate foram criadas condições orçamentárias, de forma a garantir a Seguridade Social nos seus subsistemas. De acordo com Reis (1998), foram contempladas duas fontes de recursos: contribuições sobre o faturamento e sobre o lucro líquido das empresas.

Em 1991, com a regulamentação da Constituição de 1988, incluindo os trabalhadores rurais e os segurados em regime de produção familiar no plano de benefícios normais do RGPS (Regime Geral da Previdência Social), foram instituídos novos critérios para este público alvo: a idade de acesso à aposentadoria (reduzida em 5 anos), o valor do benefício (igual ao do salário mínimo), as formas de comprovação de atividade rural, o acesso de mulheres à aposentadoria e as formas de contribuição do segurado. Para melhor espelhar esta inclusão, o item a seguir mostra os números da Previdência Social desde 1990.

2.1.2 Números da previdência social

2.1.2.1 A distribuição dos benefícios

Os dados da Tabela 1 evidenciam um crescimento, em 1992, em mais de 22% dos benefícios para o setor rural. No período de 1991 a 1994, o mesmo setor presenciou um incremento de mais de 56%. Em 1990, haviam 4,3 milhões de benefícios e em 2001 esse número subiu para 6,6 milhões de aposentadorias, pensões, rendas mensais vitalícias e amparos previdenciários dos segurados no setor rural, representando um acréscimo de 52,93%. Se comparado ao global, (urbano e rural) neste período de 11 anos o crescimento foi de 60,6%.

TABELA 1. Quantidade de benefícios em manutenção do período de 1990-2001

ANO	Benefícios urbanos	Benefícios rurais	Total
1990	8.144.393	4.329.345	12.473.738
1991	8.534.205	4.101.366	12.635.171
1992	8.704.040	5.005.727	13.709.767
1993	9.075.487	6.046.648	15.122.135
1994	9.327.033	6.426.147	15.713.180
1995	9.773.846	6.402.741	16.176.587
1996	10.522.038	6.320.450	16.912.493
1997	11.581.652	5.892.188	17.473.840
1998	11.954.384	6.065.044	18.182.764
1999	12.555.059	6.279.528	18.834.587
2000	13.078.876	6.493.872	19.572.748
2001	13.411.599	6.621.259	20.032.858

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social – MPAS, extraído da ANFIP, 2002.

Elaboração: Assessoria econômica/Anfip.

OBS: Nos benefícios rurais de 1999 estão incluídos os 380.768 beneficiários rurais com RMV (Renda Mensal Vitalícia).

De acordo com Brant (2001), o resultado desse aumento na quantidade de benefícios para o setor rural está na elevação da renda per capita dos aposentados, da ordem de 30%, no período de 1992 a 1999.

A Tabela 2 representa as quantidades e respectivos valores dos benefícios em manutenção para o ano de 2002, por grandes regiões. Há uma relação direta entre a quantidade de benefícios mantidos e a população total das grandes regiões. Percebe-se que o maior valor se destina à região sudeste, com mais de 1 milhão de benefícios em manutenção. Mais de 52% do valor total dos benefícios são absorvidos nesta região, sendo que a grande fatia vai para o estado de São Paulo, com 579.345 benefícios, seguido de Minas Gerais, com 320.095. Analisando-se a distribuição dos valores mantidos em 2001, pela população total da região sudeste, obtém-se o valor de R\$6,97 por habitante ao ano. Outra região de destaque em número de benefícios é a região nordeste, com 19% do valor total do país. Repartindo-se este valor entre sua população total, chega-se a R\$3,88 por habitante ao ano.

TABELA 2. Quantidade e valor de benefícios previdenciários por grandes regiões do Brasil, 2001

Grandes regiões do Brasil	População total	Quantidade de benefícios	Valor corrente dos benefícios	
			R\$ (Milhões)	% do valor
Norte	12.900.704	131.527	32,9	3,39
Nordeste	47.741.711	856.460	185,0	19,06
Centro-oeste	11.636.728	178.317	71,4	7,35
Sudeste	72.412.411	1.169.204	504,8	52,01
Sul	25.107.616	520.826	176,6	18,19
Brasil	169.799.170	2.856.334	970,6	100,00

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social, dados demográficos de 2001 (Brasil, 2002).

Dados de população: Censo demográfico de 2000.

2.1.2.2 Seguridade social em perspectiva

Muito se fala do “rombo” no caixa do INSS, órgão responsável pela execução das ações previdenciárias. Este rombo seria um grande déficit nas contas da instituição, causado por vários fatores (sonegação, evasão e outros). Segundo o jornal Estado de Minas (15/07/02), em 2001, cinco setores (clubes de futebol, empregadores rurais, entidades filantrópicas, simples e segurados especiais) foram responsáveis por cerca de R\$8 bilhões do déficit anual do INSS. Ou seja, trata-se de praticamente a metade do déficit, que é de R\$ 16,5 bilhões (Tabela 3). Sem esta renúncia, o déficit cairia para R\$ 6,5 bilhões, o que traria um pouco mais de tranquilidade ao setor. De acordo com a mesma fonte, a aposentadoria tem absorvido a maior parte dos subsídios (R\$ 3,24 bilhões) destinados aos trabalhadores rurais no Regime de Economia Familiar e garimpeiros.

TABELA 3. Renúncias previdenciárias em 2001

Setores	Valores (R\$)
Clubes de futebol	16,3 milhões
Empregador rural	775,5 milhões
Entidades filantrópicas	1,91 bilhão
Simplex	2,20 bilhões
Segurado especial	3,4 bilhões

Fonte: Jornal Estado de Minas, 15/07/2002, a partir de dados do Ministério da Assistência e Previdência Social/IBGE.

Os subsídios absorvem 6,34% da arrecadação anual do INSS que, em 2001, foi de R\$ 62,49 bilhões. A Tabela 4 mostra dados publicados pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social – ANFIP.

Estes dados fazem uma avaliação orçamentária da Seguridade Social no Brasil no ano de 2001. Os números são pertinentes para uma discussão que se desenrola em torno dos gastos e receitas da Previdência Social.

TABELA 4. Balanço da Seguridade Social em 2001

I - RECEITAS	(R\$ Bilhões)
Receita previdenciária líquida (2)	62,491
Outras recitas do INSS (3)	0,618
COFINS	45,679
Contribuição Social sobre o lucro líquido	8,968
Concurso de prognóstico	0,521
Receita própria do Ministério da Saúde	0,962
Outras contribuições sociais (4)	0,481
CPMF	17,157
Total de Receitas	136,877
II – DESPESAS	
Pagamento total de benefícios (5)	78,697
1. Benefícios Previdenciários (6)	73,692
Urbanos	59,383
Rurais (7)	14,309
2. Benefícios Assistenciais	4,323
RMV	1,636
LOAS	2,687
3. EPU – Legislação especial (8)	0,682
Saúde (9)	21,111
Assistência Social Geral	1,875
Custeio e pessoal do MPAS (10)	3,497
Ações do Fundo de Combate à Pobreza	0,233
Total de Despesas	105,413

Fonte: SIAFI e Fluxo de Caixa do INSS (dados de previdência), extraído pela ANFIP, 2002.

Notas: (1) Receitas e despesas da Seguridade Social, conforme preceitua o artigo 195 da C.F.; (2) Receita líquida = arrecadação bancária + simples + depósitos judiciais - restituições de arrecadação - transferências a terceiros; (3) Corresponde a rendimentos financeiros, antecipação de receita e outros, segundo o Fluxo de Caixa do INSS; (4) Referem-se a contribuições sobre o DPVAT (vai para a saúde), contribuições sobre prêmios prescritos, bens apreendidos (parcela da assistência social). (5) Referem-se aos benefícios mantidos (previdenciários + assistenciais), excluindo-se EPU e benefícios com anistiados. (6) O valor difere do Fluxo de Caixa do INSS (que somou R\$ 65,787 bilhões) devido à separação das RMV em item próprio. (7) Dados preliminares. (8) Encargos previdenciários da União: benefícios concedidos através de leis especiais, pagos pelo INSS, com recursos da Seguridade Social, e repassados pelo Tesouro. (9) Inclui ações de saúde do SUS, saneamento e custeio do Ministério da Saúde. (10) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do INSS, bem como despesas operacionais consignadas.

Observa-se que os dados da Tabela 4 contradizem o argumento de que existe um “rombo” no caixa previdenciário e que a mesma esteja com um grande déficit. O que se vê é uma receita bem maior que as despesas, gerando um superávit de 31,464 bilhões de reais, correspondente a 23% do total arrecadado ao ano.

Conforme verificado na Tabela 3, há um número significativo de renúncias previdenciárias de setores importantes da sociedade, o que contribui para o suposto déficit. Entretanto, segundo Cechin (2001) a arrecadação líquida cresceu 13,4% em relação ao último ano da década de 1990.

Ainda analisando a Tabela 4, nota-se que os Encargos de Previdenciários da União (EPU) são responsáveis por cerca de R\$0,7 bilhão do total das despesas da Seguridade Social. Tal montante é alto, visto que este tipo de aposentadoria faz parte de um sistema separado do Regime Geral da Previdência Social.

Os gastos com benefícios rurais (Tabela 4) foram da ordem de R\$ 14,31 bilhões, enquanto a receita não ultrapassou os R\$ 809 milhões (Anfip, 2002),

equivalentes a 4,34% do total das aposentadorias rurais pagas no mesmo período. Mais de 95% da despesa ficaram por conta do Tesouro Nacional e da contribuição dos ativos urbanos. Não é nada tímido o peso desses benefícios no caixa da Seguridade Social, há que se reconhecer. Entretanto, pondera-se que o setor vive em situação precária, com rendimentos baixos, desprovido de registros em carteira e, como consequência, pouco contributivo.(Anfip, 2002).

Mesmo verificando tantos encargos sobre si, dados mostram um crescimento anual considerável da arrecadação previdenciária (13,4%). Isso se deve à redução no número de evasão, à diminuição da sonegação e à volta de alguns contribuintes.

“O fato de a arrecadação ter crescido mais do que a massa salarial, que forma a base de contribuição, pode ser explicado pela redução da sonegação e evasão e pela recuperação de contribuições de exercícios anteriores. Contribuíram para diminuir a sonegação vários instrumentos legais adotados recentemente, entre eles: a retenção pelo contratante da contribuição devida pelo contratado quando prestador de serviços (setor em que a sonegação era elevada); a retenção das contribuições correntes das prefeituras, que pactuaram parcelamento especial com retenção do Fundo de Participação dos Municípios (era enorme o não recolhimento por parte das prefeituras); a lei de crimes contra a Previdência, que aumentou o custo esperado da sonegação (inclusive com a possível prisão do sonegador); e a GFIP que, pela primeira vez na história da Previdência exigiu das empresas empregadoras a confissão das contribuições mensais correntes” (Cechin, 2001: 24).

Todo o discurso de que há um rombo no caixa previdenciário é uma questão conceitual, como podemos observar. Uns recebem muito e muitos recebem pouco: é a realidade do setor em questão, onde avança uma discussão sobre o equilíbrio financeiro. Há quem diga que não cabe à Previdência sanar as desigualdades redistribuindo renda, porém, outras correntes defendem que a instituição não pode ignorar a importância desse equilíbrio.

“ O Governo insiste num diagnóstico distorcido e simplista do Orçamento da Seguridade Social, ao não levar em conta que os repasses constitucionais das fontes exclusivas de recursos são realizadas, em sua grande parte, para cobertura de outros gastos. É exatamente devido a essa distorção conceitual e também à necessidade de financiamento dos benefícios assistenciais e rurais, que compõem um dos maiores programas de renda mínima do mundo, que o chamado “déficit” da Previdência Social é muito mal entendido e muito mal debatido com a sociedade” (Anfip, 2002: 3).

Uma reforma previdenciária é o que se precisa e não fazer dela um mero alvo de inúmeras discussões e praticamente nenhum consenso. Existem projetos a serem votados no Legislativo Federal, mas, pelo andar da discussão, esta reforma está cada vez mais longe de acontecer. O que se vê é uma distribuição de benefícios injusta, que faz aposentados competirem com jovens no mercado de trabalho, abrindo assim um novo leque de problemas, em vez de gozarem com dignidade de sua aposentadoria, talvez até gerando renda e novos empregos. Ao se unificarem os regimes de Previdência Social (o grande anseio da sociedade brasileira), há que se contemplar todos os profissionais de todas as categorias, inclusive e principalmente as públicas, responsáveis por grande parte

desse desequilíbrio. O universo das aposentadorias rurais, responsável também por um desequilíbrio orçamentário da Previdência, não pode ser visto com o mesmo rigor que os outros setores, antes que seja feita uma reestruturação do setor que sobrevive em condições precárias. É preciso uma política ajustada e o meio rural precisa ser visto com atenção especial e um certo “carinho”, devido à fragilidade econômica de seus membros, fruto da própria história e políticas que direcionaram o processo de desenvolvimento do país.

Atentando para a nova realidade demográfica do Brasil, há que se conhecer um pouco mais sobre este processo de envelhecimento populacional, o que permitirá entender as possíveis causas e conseqüências do fenômeno e também avaliar a importância e o grau de cobertura dos benefícios previdenciários.

2.1.2.3 O envelhecimento no Brasil

A questão do idoso, no passado, era considerada um assunto marginal por parte de alguns segmentos da sociedade, apesar de vários apelos internacionais. Este grupo etário vulnerável está em evidência nos dias de hoje com muita força, em virtude das várias projeções estatísticas feitas por diversas instituições de pesquisa sobre o envelhecimento da população brasileira. Este fenômeno de envelhecimento que se notava somente em países desenvolvidos passou a ser uma temática comum nos países em via de desenvolvimento.

Analisar a população brasileira significa resgatar todo o processo de formação do país, buscando informações do período imperial e formação da República até os dias de hoje. Porém, para este estudo, interessa fazer um corte temporal, levando em consideração duas variáveis demográficas básicas: natalidade e mortalidade.

Os números da Figura 1 mostram que a população do Brasil teve um crescimento médio de 2,27% no período de 1950 a 2000. O período de maior crescimento se deu entre os anos de 1960 a 1970 e o de menor crescimento foi registrado entre os anos de 1991 a 1996.

Dados de projeção das Nações Unidas apontados por Moreira (2001) mostram que, para as próximas cinco décadas, o Brasil terá 244 milhões de habitantes, num crescimento médio de 0,44% ao ano. Destas projeções, 42,2 milhões correspondem à população idosa, o que equivale a 17,3% da população brasileira. O grupo etário jovem, que no ano de 2000 representava 28% da população, em 2050 experimentará uma queda de 8,7%. Esta ascensão e queda dos grupos idoso e jovem, respectivamente, são resultado, segundo Camarano (2002), do alto índice de natalidade no passado e da redução da mortalidade com o passar dos anos.

Entende-se por envelhecimento populacional, *“o crescimento da população considerada idosa em uma dimensão tal que, de forma sustentada, amplia sua participação relativa no total da população”* (Moreira, 2001:27). Para o mesmo autor, esta ampliação da participação relativa da população idosa pode ser explicada por envelhecimento pela base ou por envelhecimento pelo topo. Pela base, quando acontece a diminuição do grupo etário jovem, resultado da redução da natalidade, e pelo topo, quando ocorre o crescimento do grupo etário idoso, consequência da diminuição da mortalidade.

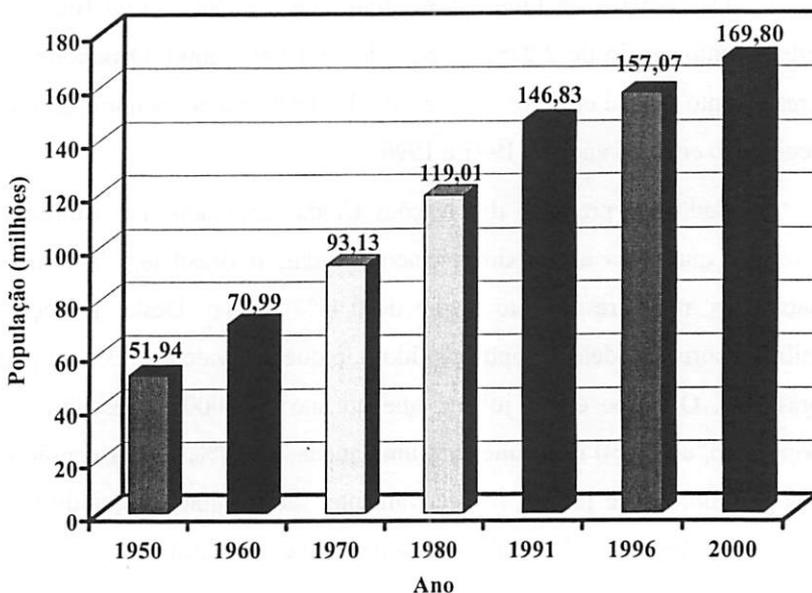


FIGURA 1. População brasileira no período de 1950-2000 (em milhões).

Fonte: IBGE (2002)

1996 – Contagem da População

1950 a 1991 e 2000 – Censo Demográfico

Elaboração: adaptação do pesquisador

É necessário, nesta discussão sobre o crescimento populacional, levar-se em conta o gênero. O número de mulheres idosas em 2000, equivalente a 55,6% do total dos idosos, pode, em 2050, aumentar para 58,4% (Figura 2). Este volume explica-se por vários fatores, desde menores taxas de mortalidade até a inserção da mulher no mercado de trabalho e menor fecundidade. Segundo Moreira (2001), a taxa de mortalidade beneficia as mulheres desde a infância e resulta num número maior de mulheres em todas as faixas etárias. A Figura 2 mostra a predominância da maioria feminina, com tendência a ampliar. Porém, Camarano (2002) adverte para as conseqüências desse maior número de

mulheres, pois, apesar de terem maior sobrevida que os homens, são mais suscetíveis a doenças físicas e mentais, demandando, assim, políticas especiais de saúde.

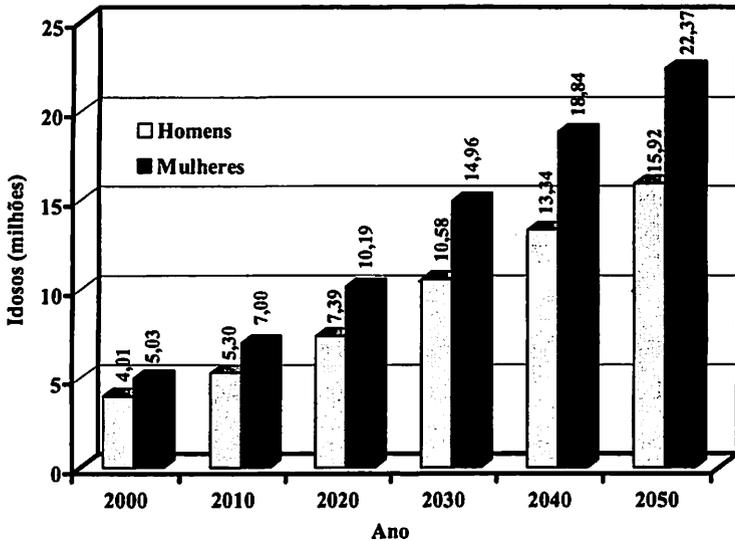


FIGURA 2. Projeção de idosos por sexo no período de 2000-2050, Brasil (em milhões).

Fonte: Moreira 1997, extraído por Moreira (2001).

Elaboração: adaptação do pesquisador.

Segundo dados do Censo 2000 (IBGE, 2002), a expectativa de vida no país subiu de 66 para 68,6 anos e o crescimento na população mundial de idosos é sensível e inegável. Na década de 1950, havia 204 milhões de idosos no mundo e em 1998 esse número subiu para 579 milhões. Nesse período, a expectativa de vida cresceu 19 anos. Hoje, a cada dez pessoas, uma é idosa e em 2050 essa proporção subirá para uma em cada cinco. O número de idosos com idade centenária chegará a 2,2 milhões no mundo dentro de cinco décadas. Os

estados que concentram o maior número de idosos com 100 anos ou mais são: São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Em todo o Brasil, no ano de 2000, existiam 1.603.883 domicílios onde o idoso morava sozinho; o equivalente a 17,9% dos idosos do país. Esta proporção cresceu desde 1991 e destaca a posição do sexo feminino, que representa 67% do total de idosos que moram sozinhos. As regiões sul e sudeste são as que têm maior número de domicílios onde mora apenas o idoso, segundo dados do Censo 2000 (IBGE, 2002).

A queda da mortalidade entre os idosos brasileiros, no período de 1980 a 1998, pode ser observada na Figura 3, que sugere queda para ambos os sexos. No caso das mulheres, a taxa de mortalidade em 1980 era de 58,3 óbitos em cada mil habitantes e, em 1998, diminuiu para 45,8, numa variação relativa de 21,5%. A situação se repete para os homens, com uma variação relativa de 21,7%. Todos os dados provam que a população do Brasil está envelhecendo e estima-se que daqui a 50 anos o número de idosos terá aumentado consideravelmente, o que implica na necessidade de se traçarem novos planos de políticas públicas na área de saúde e bem-estar social direcionados a estas pessoas.

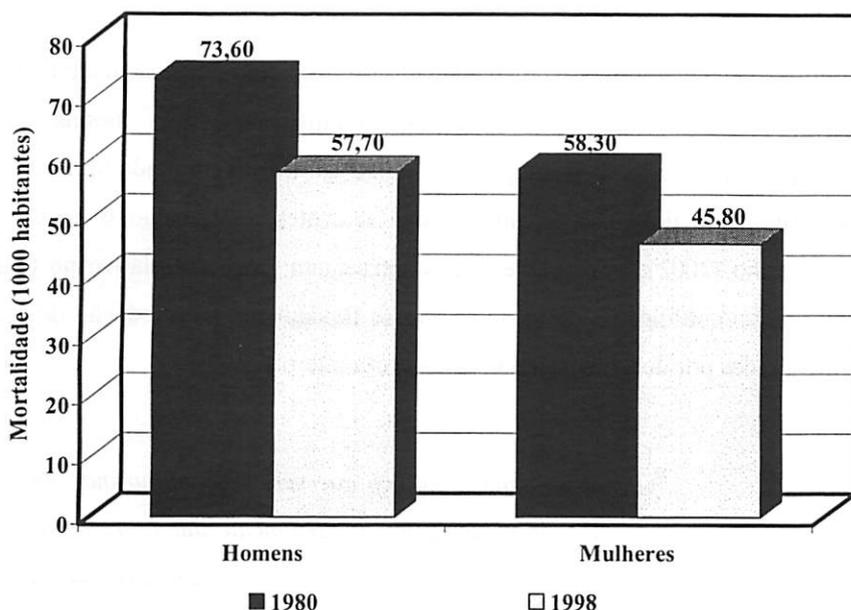


FIGURA 3. Taxa de mortalidade da população idosa brasileira, por sexo no período de 1980-1998 (por 1.000 habitantes).

Fonte: IBGE, vários Censos Demográficos e Ministério da Saúde. Estimativas do IPEA. Extraído por Camarano, (2002).

A queda nos índices de mortalidade no Brasil mostram alguns avanços no setor da saúde, principalmente quando comparados com outras nações. Segundo Moreira (2001), as projeções de 1998 das Nações Unidas sugerem a 6ª posição para o Brasil, entre as nações de intenso processo de envelhecimento populacional, perdendo para a Coreia do Sul, Tailândia, Venezuela, Japão e Coreia do Norte.

Em se tratando de mortalidade, faz-se necessário abordar as causas de morte entre os idosos brasileiros. Os estudos de Camarano (2002) e Simões (2002) salientam duas causas de morte: externa e interna. O aumento da

longevidade tem favorecido, de certa forma, um prolongamento do tempo de permanência dos idosos no mercado de trabalho. Porém, a capacidade física dos mesmos no exercício das atividades produtivas não é a mesma quando comparada à condição fisiológica das faixas etárias jovem e adulta. Portanto, a probabilidade do idoso na ativa sofrer acidentes de trabalho é maior. Para Camarano (2002), as causas externas apresentam um peso relativo no total de mortes no contingente de idosos e isto se fundamenta pela redução de mortes provocadas por doenças, que são de natureza interna.

“O padrão epidemiológico que vem se configurando no Brasil reflete, de uma certa maneira, um quadro médio que reproduz, em nível nacional, não só os efeitos da incidência das causas externas sobre os grupos de jovem e adultos, mas também aspectos diferenciados da incidência da mortalidade por determinadas causas específicas sobre as faixas etárias mais velhas” (Simões, 2002: 112).

Admite-se que há alterações nas causas de morte no grupo etário idoso. Os estudos são unânimes ao atribuírem às doenças do aparelho circulatório a causa principal de morte no contingente dos idosos (Camarano, 2002; Simões, 2002; Camarano et al., 1999). Porém, a participação das doenças do aparelho circulatório nas causas de óbito dos idosos tem se reduzido no decorrer dos anos. Em 1980, as mortes por esta causa atingiram 42,7% e 46,9% do total dos óbitos entre homens e mulheres, respectivamente. Já, em 1997, representavam 39,4% entre os homens e 36,3% entre as mulheres idosas (Camarano, 2002).

Esta queda pode ser atribuída às melhorias que o Brasil vem alcançando nas áreas preventivas e curativas. Os avanços tecnológicos, as pesquisas

científicas e a expansão de políticas públicas, ainda que de pequeno impacto, têm contribuído para a melhoria de vida dos idosos brasileiros.

2.1.2.3.1 O envelhecimento no meio rural

A discussão sobre as dinâmicas das populações rurais não é assunto contemporâneo. Desde as grandes explosões do êxodo rural, este setor foi e continua sendo alvo de grandes debates no cenário nacional e internacional. Exemplo disso é a grande região nordeste, que foi responsável pelo fornecimento de um vasto número de mão-de-obra para os grandes centros urbanos e fronteiras agrícolas. Foi justamente esta região que obteve, no passado, os maiores índices relativos de fecundidade.

Embora a migração rural possa promover diferentes efeitos, no caso brasileiro, principalmente nas regiões do nordeste do país e em Minas Gerais, eles ocorrem num contexto de transformações da sociedade, pois os aspectos políticos, econômicos e sociais influenciam em grande medida no processo de redistribuição populacional, conforme foi observado por Sales & Baeninger (2000). As estratégias de desenvolvimento urbano-industrial influenciaram de forma decisiva a migração rural-urbano, tendo em vista que:

“(...) a modernização agrícola adotada veio a beneficiar, de formas complementares, a concentração de propriedade e do uso da terra (...) e por outra os subsídios incentivaram a mecanização e, por consequência a redução da necessidade de mão-de-obra”
(Martine,1994: 47).

Estes fatores ainda se fazem refletir na atualidade, apesar de, nos anos de 1990, o ritmo de saída de jovens ter diminuído, principalmente nas regiões sul e sudeste. Porém, Camarano & Abramovay (1999) chamam a atenção para outro fenômeno que vem acontecendo no meio rural: a *masculinização* da população. A causa é a saída cada vez mais freqüente de jovens de sexo feminino, devido a vários fatores, inclusive às oportunidades de emprego em atividades terciárias e pelo nível de instrução escolar da mulher, cada vez maior que o dos homens. Este fenômeno é bem diferente ao que ocorria no passado, quando as mulheres tinham escolaridade menor e, por conseqüência, menores oportunidades de emprego, permanecendo no campo. Com isto, a grande ausência de jovens de sexo feminino pode estar contribuindo para um baixo nível de fecundidade no campo e, conseqüentemente, o envelhecimento da população rural.

O que se vê, então, é uma população feminina cada vez menor entre os jovens rurais e cada vez maior entre a faixa etária dos idosos. Fundindo os fenômenos, há que se chegar à conclusão que o cenário rural sofrerá grandes mudanças demográficas, pois as mulheres adultas já existentes no campo, lá envelhecerão e se aposentarão, formando assim um grande contingente de idosas rurais.

Beltrão et al.(2000) sugerem que a inserção dos idosos nos domicílios rurais aumentou 2% no período de 1988 a 1996. O crescimento é atribuído ao envelhecimento que o setor rural vem sofrendo nos últimos anos. Aliados a esses números, dados da Previdência Social para o período de 1992 a 1994 revelam que 88% das concessões de benefícios rurais foram para as aposentadorias por idade. Pesquisa mostra que:

“Se, em 1993, de cada 3 concessões rurais para aposentadoria por idade, 2 eram destinadas às mulheres, atualmente a distribuição das concessões rurais entre gêneros nessa espécie de benefícios ainda é superior em 30% ao número de benefícios concedidos aos homens” (Silva, 2000: 109)

Dados da Figura 4 mostram a quantidade de aposentadorias concedidas aos aposentados rurais no período de 1991 a 2001 e a Figura 5 comprova o crescente predomínio de idosos do sexo feminino. Os números sugerem que as concessões de aposentadorias por idade aumentaram em mais de 400% no período de 1991 a 1992, período em que as mulheres rurais entraram no sistema previdenciário. Os anos de 1992 e 1993 revelam números recordes para o setor rural (Gráfico 4). Se comparamos a quantidade de benefícios rurais mantidos para as aposentadorias por idade, as mulheres se destacam ao longo do período de análise, permitindo, assim, inferir o que diversos autores denominam de *feminização na velhice*.

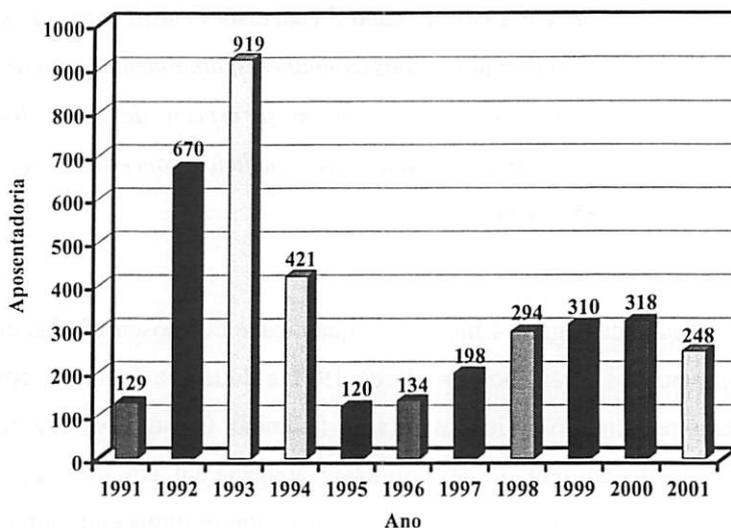


FIGURA 4. Quantidade das aposentadorias, por idade, concedidas à clientela rural no período de 1991-2001, Brasil (mil).

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social (Brasil, 2001).

Adaptação do pesquisador.

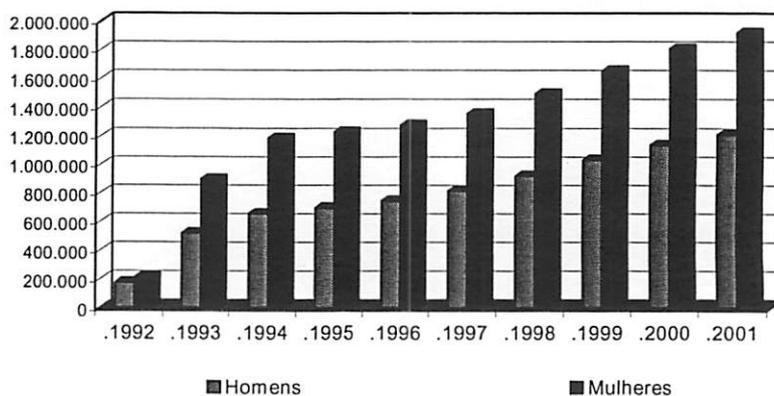


FIGURA 5. Quantidade das aposentadorias, por idade, em manutenção para a clientela rural, por sexo no período de 1992-2001, Brasil.

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social (Brasil, 2001)

Adaptação do pesquisador

A tendência, no meio rural, é de crescimento nos números de aposentadorias concedidas por idade, o que indica um aceleração no processo de envelhecimento da população rural brasileira. Estes novos atores sociais que lotam os territórios rurais constituem um grande desafio para os formuladores de políticas públicas voltadas para os grupos etários vulneráveis, garantindo formas de oportunidades sem discriminação de idade e principalmente de gênero, incentivando a mulher idosa a participar do processo de decisão na vida econômica e comunitária. E quando se fala em participação dos indivíduos nas decisões comunitárias, sem nenhum tipo de discriminação, aspira-se que todos sejam participantes no processo de desenvolvimento local e sintam os efeitos dele em todas as áreas (política, econômica, social, cultural, etc.). Diferente do passado, o idoso, hoje, pode ser visto como um promotor do desenvolvimento, por meio de sua larga experiência de vida, envolvimento e participação em várias atividades da sociedade.

2.2 A questão do desenvolvimento

2.2.1 Conceituando o desenvolvimento

Para definir-se desenvolvimento, há que considerá-lo em diversas dimensões, devido à sua amplitude econômica, social, política, cultural e ambiental.

Na opinião de Pereira (1985:19), o desenvolvimento “(...) *é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo.*” Nota-se ser um processo globalizado, no qual todos os segmentos da sociedade são afetados. Não existe uma versão fragmentada de desenvolvimento (apenas econômico, ou social ou cultural), senão para exposição didática. O

desenvolvimento, portanto, é um processo de transformação global, em que todos os indivíduos envolvidos sentem as transformações em todas as dimensões.

Entretanto, para que isso aconteça, Nery (1998) afirma que é preciso que haja um ambiente propício de estimulação a novas relações para que as vivências se convertam em aprendizagem. Neste ambiente, a coletividade se torna, progressivamente, cada vez mais capaz de realizar seus projetos, solucionar seus problemas, num nível cada vez mais amplo que o local e de forma cada vez mais freqüente.

A definição de desenvolvimento, segundo Demo (1996), é parecida com a do fundamento histórico, totalmente dependente das circunstâncias. Os recursos materiais precisam estar disponíveis, o tamanho do país e de sua população também influenciam, assim como a infra-estrutura física, o comércio, dentre outros aspectos. Também, e principalmente, a qualidade histórica da população deve ser favorável. Qualidade esta que pode ser traduzida como a competência de um povo em fazer sua própria história, transpondo as dificuldades, transformando os problemas em soluções. O desenvolvimento pode ser feito ou conquistado, desde que seja promovido um ambiente propício, com indivíduos comprometidos com a coletividade.

O desenvolvimento econômico pode ser notado conforme o equilíbrio social e o crescimento da sociedade (Furtado, 1983; Accarini, 1987), diretamente ligados à produção, distribuição e consumo de bens materiais, juntamente com todas as relações desenvolvidas em torno do processo e suas mudanças.

A Economia Política se preocupa muito com a questão do desenvolvimento econômico. Desenvolvimento econômico foi o *“tema central*

da economia clássica, como nos indicam o título e conteúdo da obra pioneira de Adam Smith.” (Barán, 1977:50).

Da forma histórica, o desenvolvimento econômico sempre significou grandes e profundas transformações da estrutura econômica, social e política, daqueles que dominam a produção, a distribuição e o consumo. Sempre impulsionado por grupos sedentos de justiça social, o desenvolvimento encontrou barreiras ao se deparar com os interesses particulares dos que estão acostumados a desfrutar de privilégios concedidos pela organização do complexo social e seus costumes imperialistas (Barán, 1977).

Singer (1982:25-26) esclarece o significado da expressão “*crescimento sem desenvolvimento*”, não só no setor econômico, da seguinte forma:

“O primeiro corolário da distinção entre desenvolvimento e crescimento é que o crescimento é visto como um processo de expansão quantitativa, mais comumente observável nos sistemas relativamente estáveis dos países industrializados, ao passo que o desenvolvimento é encarado como um processo de transformação qualitativa dos sistemas econômicos prevalentes nos países subdesenvolvidos (...).”

Considera-se, então, que desenvolvimento é a mudança de todo um sistema.

O ser humano é o objetivo principal do desenvolvimento, como mentor de seu sucesso ou fracasso, pois ele é capaz de fazer sua própria história bem sucedida em todos os ângulos. Dessa forma, servirá de exemplo para outros, o que desencadeará um processo de auto-confiança ao seu redor e o efeito será sempre mais desenvolvimento.

2.2.2 O desenvolvimento local

De acordo com Termes, citado por Moura et al. (2000), do pós-guerra até o começo dos anos de 1970, os programas públicos voltados para o desenvolvimento regional eram realizados com o propósito de sanar automaticamente os problemas locais. Acreditava-se que aos governos locais bastava seguir os governos centrais para alcançarem o desenvolvimento.

A partir da década de 1980, o desenvolvimento econômico por meio do governo local se tornou alvo de debates, principalmente na Europa e na América Latina, ganhando grande importância. O momento de crise fiscal do Estado abriu mais caminho para os processos de descentralização administrativa, que foram adotados em quase todos os países, mesmo que em ritmos variados. Os governos locais se posicionaram como renovadores de políticas públicas, mas enfrentaram o desafio de buscar soluções para a questão do desemprego ocasionado pelo crescimento tecnológico (Moura et al., 2000).

Teoricamente, a idéia de desenvolvimento local é positiva; no entanto, ao se basear na sociedade e suas capacidades de tirar o máximo de proveito de suas atividades, pode se tornar inviável, devido às características particulares de cada região, o que exigirá projetos individuais.

Discutir localidade implica, a priori, levar em conta as limitações e potencialidades territoriais onde o processo de desenvolvimento pode se desenrolar. A localidade é caracterizada pelos sujeitos que nela habitam e praticam todas as suas atividades do dia-a-dia, numa relação de identidade coletiva.

Guajardo (1988: 84) entende local como: “*Um território de identidade e de solidariedade, um cenário de reconhecimento cultural e de intersubjetividade e também um lugar de representações e práticas cotidianas*”. Faz-se necessária a promoção destes valores.

De acordo com Featherstone (1996), a expressão *local* é facilmente associada a um espaço particular limitado, baseado em laços familiares e tempo de moradia; contudo, a identidade cultural e as interações cotidianas dos membros de uma localidade são o que transforma este mero espaço em um *lugar*.

2.2.3 A questão do desenvolvimento rural

A agricultura no Brasil é considerada, pela história, como de grande influência nos aspectos sociais, políticos e econômicos. A tradição na exploração do pau-brasil e a agricultura baseada no uso de mão-de-obra escrava na exploração e produção de açúcar e café, ditaram o estilo da sociedade brasileira (Rurbano, 2000).

Há uma série de teorias e conceitos formados em torno do processo de desenvolvimento rural. Uma delas é que o setor agrário desempenhou um grande papel na criação de capital para viabilizar a implantação industrial e a urbanização.

Ao longo dos últimos 100 anos, a agricultura não se transformou por inteiro (nem nos países desenvolvidos) em empresas capitalistas; por isso, não cessam os estudos para se compreender este fenômeno de sobrevivência do pequeno agricultor. Os fatores mencionados com mais frequência dentro das particularidades da pequena produção familiar são: a cooperação entre os familiares, questões de adaptação e flexibilidade que favorecem a pluriatividade, algumas tradições, o sentimento de ligação profunda com a terra, entre outros.

O processo pelo qual passa o setor rural é reestruturativo, principalmente nos aspectos econômico e social. A pequena produção oscila entre uma administração pluriativa e multi-rentável, proveniente da família e outra

totalmente industrial, capitalista e em grande escala, ou seja, pequena extensão de terra versus grandes extensões; subsistência versus total mercantilização; tradição versus mecanização. Percebe-se que não se trata de uma simples transição como se pode pensar, mas de um fenômeno complexo e lento.

2.2.3.1 Agricultura familiar e o desenvolvimento local

Ao se estudar este setor - agricultura familiar² - algumas reflexões teóricas são necessárias para tentar compreender o seu desenho e minimizar o preconceito em relação aos produtores familiares. Diferentes segmentos sociais têm difundido uma imagem não realista do setor, impedindo que se enxergue sua importância na produção de alimentos básicos, absorção de mão-de-obra rural e, ainda, sua capacidade de adaptação a diversos contextos sócio-econômicos.

Autores como Abramovay (1992) e Lamarche (1993) revelam que a agricultura familiar opera em diversos níveis econômicos, tecnológicos, políticos, culturais, de relação de trabalho, de forma de acumulação, de acesso à propriedade da terra, de decisão sobre o quê e como produzir, do destino de produção e mais. A grande heterogeneidade do setor agrícola no Brasil, conseqüência do processo de modernização, determinou a existência de categorias distintas das unidades rurais produtivas. Não se trata aqui de analisar a trajetória histórica do setor familiar, mas sim de levantar elementos que possam mostrar a importância e o papel que esses agricultores podem desempenhar na promoção do desenvolvimento local.

² “A agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva” (INCRA/FAO, 2000).

Dados do Censo Agropecuário 1995/1996 revelam que, dos 4.859.864 estabelecimentos rurais existentes no Brasil, 85,2% podem ser considerados estabelecimentos familiares (Figura 6) e que essa quantidade absorve 30,5% da área total, contra 67,9% absorvidos pela agricultura patronal (Figura 7), que representa 11,4% do total de estabelecimentos rurais. As outras categorias são representadas por instituições religiosas, entidades públicas (federais, estaduais e municipais) e instituições não identificadas (INCRA/FAO, 2000).

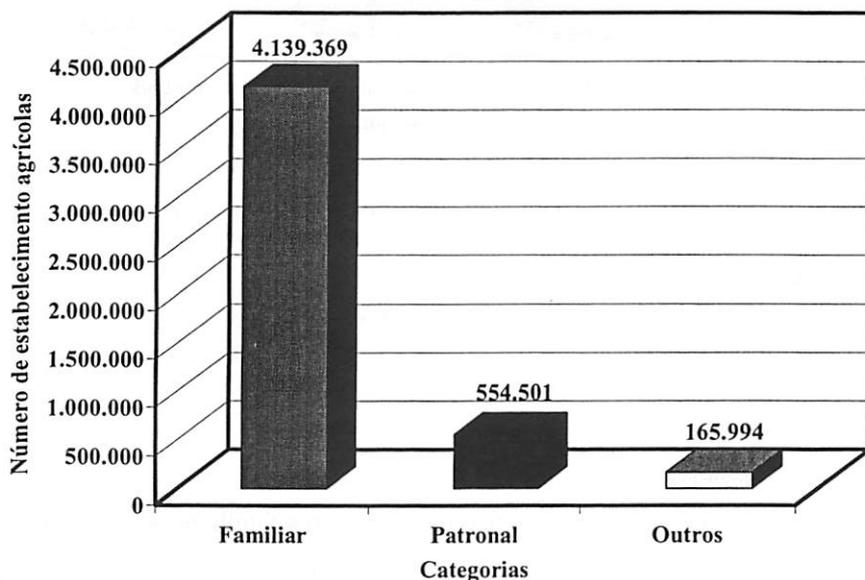


FIGURA 6. Número de estabelecimentos agrícolas distribuídos por categorias rurais, Brasil.

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996, IBGE.

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (2000).

Adaptado pelo pesquisador.

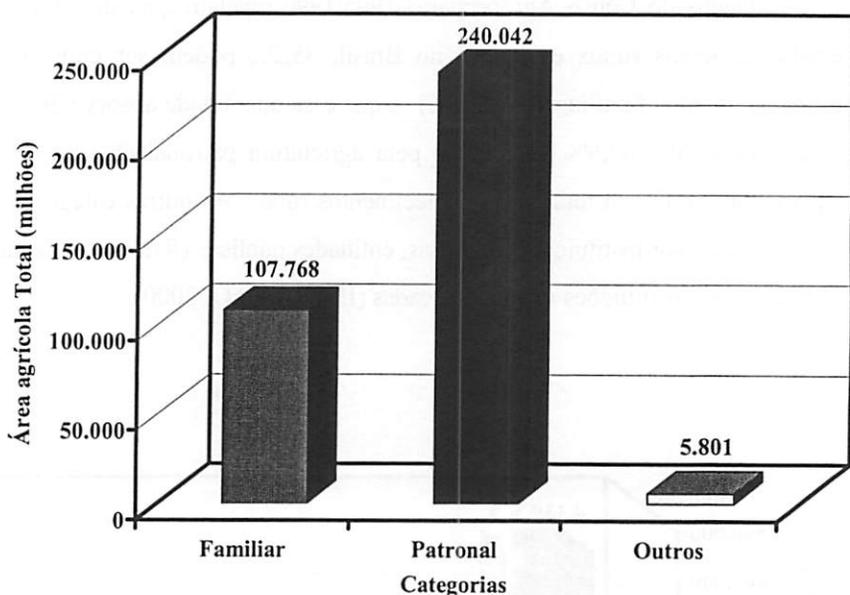


FIGURA 7. Área total agrícola distribuída por categorias rurais, Brasil (milhões).

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996, IBGE.

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (2000).

Adaptado pelo pesquisador.

Com apenas 30,5% de área, os agricultores familiares são responsáveis por 37,9% do valor bruto de produção (VBP) total. A discrepância entre patronal e familiar é ainda maior quando se observa a quantidade de financiamento rural: a agricultura patronal fica com a maior fatia, isto é, 73,8% do valor total, contra 25,3% destinados aos agricultores familiares (INCRA/FAO, 2000). Estes números revelam que o setor familiar, apesar de suas dificuldades – falta de tecnologia sofisticada, capital financeiro, terra e outros – consegue ser racional no emprego dos poucos recursos concedidos pelo governo. Diferente da

agricultura patronal, cujo foco é a obtenção de lucro supernormal, a partir da produtividade e rentabilidade, o agricultor familiar tem como foco principal a composição familiar que, na concepção de Chayanov (1974), está associada à “auto exploração” do grupo doméstico, isto é, da própria mão-de-obra familiar.

Ainda analisando os dados do Censo 1995/1996, trabalhados pelo INCRA/FAO (2000), a renda total por hectare/ano obtida pelo setor familiar é 2,4 vezes maior que do setor patronal; quer dizer, o setor obtém, em média, R\$104,00/ha/ano e os patronais apenas R\$44,00/ha/ano. Com esta renda anual, absorvendo em média 26 ha de terra, o setor familiar gera 76,9% das ocupações totais no cenário rural. Estas especificidades do setor familiar contrapõem-se às atribuições dadas à influência da mercadoria, à extensão de terras e à qualidade do solo. De acordo com Chayanov (1974), a taxa média de lucro do setor patronal não pode servir de base para julgar o regime de economia familiar, pois este grupo social apresenta uma lógica própria, que não se espelha no cálculo capitalista, mas sim pelo equilíbrio entre trabalho e consumo.

O setor familiar constitui um sistema diversificado e integrado, pois, no âmbito da produção agrícola, utiliza, além das atividades agrícolas, a criação de animais, o artesanato, o extrativismo e o beneficiamento dos produtos da roça que, por vezes, agrega valor comercial. A categoria familiar é bastante heterogênea, no Brasil, pois cada região tem influências culturais, econômicas e políticas bem distintas. No caso específico do sudeste brasileiro, o setor da agricultura familiar é refletido por uma ampla diversidade de características localizadas e o aspecto comum nos quatro estados da região é a presença de grandes latifúndios de algodão, cana-de-açúcar, café e criação de gado de corte e de leite. Neste cenário, os agricultores familiares estão dentro ou na periferia dessas gigantescas fazendas. Nesta região do país, o setor familiar é representado por 75,3% do total de estabelecimentos rurais e ocupa apenas 29,2% do total de área regional (INCRA/FAO, 2000).

O enfoque do desenvolvimento local já referido deve estar pautado também nos agricultores familiares, pois estes, como organização social e protagonistas do cenário rural e até mesmo do urbano, interferem em toda dinâmica territorial. Os membros integrantes das unidades domésticas, de vizinhança, da comunidade em geral, se organizam nos processos de trabalho e de relações de convivência, mediante acordos básicos relacionados com a estrutura familiar.

Para Carneiro (1997), o governo, por meio do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), direciona e reconhece que a agricultura tem um papel fundamental na melhoria das condições de vida da população, assim como na promoção do desenvolvimento econômico do país. Em 1995, como parte do programa, o governo federal disponibilizou cerca de R\$200 milhões para a área de custeio, com juros de 12% ao ano, taxa esta que nos próximos anos cairia consideravelmente, até o ano de 2002, quando foram alocados R\$ 4 bilhões, com taxa de juros de, no máximo, 4% ao ano. O valor não atende à demanda que seria de R\$ 11 bilhões, mas não deixa de representar um grande avanço para o setor (PRONAF, 2002). O Pronaf é fruto de incansáveis lutas dos agricultores familiares, organizados em sindicatos – regionais e nacionais – e do reconhecimento pelo governo da importância e do papel que este segmento tem desempenhado na produção agrícola, na geração de ocupações e no combate à pobreza no ambiente rural.

A promoção da agricultura familiar deve estar voltada para o desenvolvimento local, no qual os aspectos culturais, sociais, econômicos e ecológicos devem estar presentes de forma incluyente. O ambiente da agricultura familiar não é estático, pois ele produz e reproduz formas de conhecimento acumuladas ao longo do tempo e, a partir delas, os produtores planejam e executam projetos de curto e médio prazos (Carneiro, 1997).

A agricultura familiar constitui, então, um setor capaz de fomentar a criação de novas oportunidades de emprego, produção, mercado e políticas, desde que a cooperação e parcerias locais estejam em sintonia, de forma a alcançar os propósitos da comunidade local e da sociedade em geral.

A exploração da terra, feita de forma familiar, com o intuito de suprir as necessidades básicas de consumo de seus membros e possível comercialização ou troca de produtos, é uma prática que resiste ao tempo e à modernização. O triângulo entre família, trabalho e terra mostra que, quer velho ou jovem, o setor de produção familiar não se extinguirá e continuará contribuindo para o desenvolvimento de suas localidades. O pequeno produtor rural dificilmente abandonará a terra, ainda que se locomova em busca de melhores condições de vida. As políticas públicas voltadas para o setor agrícola não devem desprezar o sentimento que move o pequeno produtor, mas apoiá-lo em sua busca de permanência no campo, não apenas visando à produção, mas também à sua satisfação pessoal.

2.2.4 Elementos para o desenvolvimento local

2.2.4.1 O compromisso local

Muito se tem falado e escrito a respeito do desenvolvimento local e rural. Além da importância do assunto, estas referências servem para despertar o interesse por algumas áreas fortes do setor, muitas vezes ignoradas ou até mesmo desconsideradas pela sociedade urbano-industrial, sobretudo o patrimônio natural e cultural que, ao suscitar atividades turísticas constituirá uma nova força para os espaços esquecidos.

Considerando que o desenvolvimento local se constrói com os indivíduos e para os mesmos, eles devem estar disponíveis e voltados a

contribuir para o envolvimento cívico, por meio da participação numa ótica multidimensionada, fatores estes indispensáveis à construção do desenvolvimento.

Atentar para o “espaço dos cidadãos” e sua capacidade para “transformar os lugares” não significa apenas evidenciar a posição geográfica, mas também render-se a um discurso que, ao longo do tempo, vem contribuindo ricamente para os aspectos cultural, social e político (Marques, 2000), principalmente sobre o comportamento humano em relação aos lugares e o lugar como produto desse comportamento. Tudo isso reflete suas intenções e valores, reforçando a idéia de que o espaço é, sem sombra de dúvida, um produto social.

Em termos conceituais, esta abordagem do desenvolvimento local/rural está apoiada em quatro conceitos que se inter-relacionam:

-“responsabilidade partilhada – participação efetiva (cooperação) de diferentes atores num mesmo processo de decisão, o qual, apesar da diversidade de níveis, não deve ignorar nenhum dos potenciais intervenientes por forma a que todos possam responder pelos seus atos;

- exercício da cidadania – um dever e um direito de todo e qualquer indivíduo, independentemente da raça, confissão religiosa, partido político ou estatuto social, de intervir ativa e pacificamente na vida da coletividade com vista a manifestar a sua opinião e sugerir alternativas de mudanças; participação dos cidadãos – atitude que reconhece a necessidade de intervir em prol do coletivo, um tipo de adesão solidária a determinados objetivos, de uma forma, quer ativa e intervencionente, quer de mera cumplicidade e;

- desenvolvimento sustentável do espaço rural – perspectiva eclética onde defendemos que a renovação , a mudança, deverá ser a resultante das intervenções que integram o que de melhor existe no domínio do pensamento local e das políticas de desenvolvimento, com vista à preservação do património ecológico, social, recreativo e cultural, por forma a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e a criar estruturas de atração e revitalização que permitam às gerações futuras existirem fora do contexto das grandes ou médias cidades” (Marques, 2000: 21-22).

Pode-se encontrar resistência política à idéia de desenvolvimento local baseado no envolvimento e participação dos cidadãos. Entretanto, este é apenas um lado da questão, pois existem outros pontos de igual importância: a participação das associações culturais, esportivas, religiosas e outras.

Dada a importância da participação, em que estão envolvidos vários agentes de desenvolvimento econômico, educativo, político, enfim, toda a sociedade, quer individualmente ou associada, há que se ressaltar o papel da comunicação e incentivo para que haja mais interação entre os indivíduos. Sem uma comunicação efetiva e incentivos não se consegue a auto-estima necessária para viabilizar o desenvolvimento local por meio da união da sociedade e da identidade local, dimensões estas muito difíceis de serem alcançadas. Como afirma Soromenho-Marques (1996:38):

“Quando morre a atmosfera da liberdade, da política como experiência humana do erro e da sua retificação, morrem também os cidadãos, transformados em átomos, em membros de um rebanho

social pronto a oferecer-se em imolação pelas mais sórdidas e vazias das causas”.

Para pensar na atuação dos executivos municipais sobre o desenvolvimento local, é preciso desprezar a lógica economicista. Apesar da importância da centralização econômica, deve-se ressaltar que, para se falar em cidadania, os interesses do ser humano, das coletividades e maiorias devem estar em primeiro plano. O que todos desejam é qualidade de vida, uma justa distribuição de renda, acesso aos serviços públicos, desde os mais elementares até aos benefícios tecnológicos e culturais. A base do desenvolvimento está na igualdade de direitos a todos os cidadãos.

Existe uma forte ligação entre a democracia política e a democracia econômica, pois, ao se defender a melhor distribuição de renda, conseqüentemente transformar-se-á o cenário político.

A chave do sucesso das ações governamentais de desenvolvimento local está no grau de compromisso do governo, o que possibilitará a mobilização dos agentes locais e resultará no aumento da produtividade social, ou seja, promoção da racionalidade no uso dos recursos disponíveis na comunidade, tudo numa visão de produtividade conjunta, não individualizada. Este aumento de produtividade deve mobilizar os diversos segmentos sociais e econômicos, rurais e urbanos.

2.2.4.2 Cooperação e participação

Nos anos de 1970, 1980 e mais acentuadamente nos anos de 1990, ocorreram muitas modificações nos processos produtivos devido ao declínio de regiões fortes em indústrias e ao rápido crescimento econômico de outras regiões. Isso fez com que fossem repensadas as teorias e políticas de desenvolvimento local e regional.

Diversos estudos com experiências de participação popular local e regional na América Latina (Fedozzi, 1997; Bandeira, 1999) ressaltam que muitas foram as dificuldades internas para realização de todo o processo, mas não deixam de demonstrar avanços sociais e econômicos nesse tipo de ação, promovendo integração entre os diversos setores da sociedade civil e poder público. Quer em situações de acordo ou discórdia, mas sempre buscando o entendimento, as decisões tomadas em conjunto podem gerar um importante capital social, isto é, a capacidade dentro da organização social de combinar ou sustentar as normas de comportamento, a confiança, os valores, os deveres, as habilidades, desde que estejam programadas para tal, de forma ordenada e constante (Putnam, 1996).

Dessa forma, a literatura econômica começou a enfatizar os instrumentos de cooperação. Vários autores, inspirados na relação entre setor público e privado, passaram a discorrer sobre as vantagens da cooperação (Carvalho, 1997; Tenório & Rozenberg, 1997). Contudo, ela está longe de ser um processo fácil de agilizar, pois requer mudanças políticas e um modelo moderno de gestão, que se orientará primeiramente pelos fatores sócio-culturais e comportamentais dos atores envolvidos.

Quando o poder local assume a função de agente articulador entre as iniciativas e os atores locais do desenvolvimento, cresce a importância das parcerias. Atualmente, surgem parcerias nas mais diversas áreas, envolvendo

diversos atores. Esses atores podem ser, além do próprio governo local, o governo estadual e o federal, ONGs, comunidades organizadas, instituições de pesquisa e formação, empresas, entidades corporativas ou pessoas interessadas. Dessa forma vão se identificando os atores e suas capacidades de ação, bem como seus interesses.

“Assim, o desenvolvimento passa a ser entendido como a melhoria quantitativa e qualitativa das condições de vida e de trabalho da população, sendo, por esta razão, global e integrado, sistêmico e constituído por uma multiplicidade de fatores que interagem com grande poder de transformação. Por outro lado, as abordagens participativas atendem ao desenvolvimento a partir de princípios de localidade porque a base do processo são as comunidades locais, sendo as pessoas entendidas, não apenas enquanto beneficiárias das mudanças mas, principalmente e acima de tudo, como as suas principais promotoras. Dessa forma, as comunidades locais são o sujeito das mudanças e não somente o seu objeto” (Brito, 1999: 2).

Portanto, o desenvolvimento deve ser entendido a partir da conjugação de noções básicas, como inclusão, repartição eqüitativa, participação e envolvimento. Noções estas mais conhecidas pelos trabalhadores rurais após a concessão dos benefícios previdenciários, pois se sentem incluídos num programa de renda mínima e também no ambiente familiar, onde não são mais considerados como um peso, mas sim como um membro gerador de renda no domicílio, conforme várias pesquisas realizadas no Brasil têm constatado.

3.3 Benefícios rurais e desenvolvimento local

2.3.1 Estudos desenvolvidos no Brasil

A contribuição dos benefícios previdenciários é, de fato, de grande valia na manutenção de renda da população idosa. Os dados de 1999 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostram que o nível de pobreza no Brasil é muito alto, atingindo 34% da população, ou seja, 54,5 milhões de pessoas. Os benefícios têm contribuído para que 45,3% da população se situe acima da linha da pobreza, ou seja, 72,6 milhões de brasileiros (Brasil, 2001), contribuindo assim para o equilíbrio social.

A expansão da política previdenciária, a partir de 1991, contribuiu para que uma grande massa de trabalhadores rurais pudesse aposentar-se com um benefício equivalente ao valor do salário mínimo. De acordo com Brant (2001), os benefícios do setor representam um autêntico programa de renda mínima para os idosos residentes na área rural, pois, no ano de 2000, a Previdência Social manteve 7 milhões de benefícios rurais. O aumento no número de benefícios, citado no item 3.1.2, da ordem de 52,93% no período de 1990 a 2001, vem acompanhado de melhoria nas condições de vida de milhares de domicílios do setor rural. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 1999, elaborado pelo IPEA, o nível de pobreza nos domicílios com algum membro beneficiário da Previdência é 40,6% menor do que o restante de domicílios. E em 56,6% dos domicílios com presença de pelo menos um idoso aposentado, este é responsável pelo sustento da família (Brant, 2001).

2.3.1.1 Renda nos domicílios dos beneficiários da Previdência Social

Estudos têm mostrado o papel dos idosos aposentados no seio das diversas famílias brasileiras. Segundo Camarano (2002), os benefícios previdenciários que funcionam como um seguro de renda vitalícia têm sido amplamente requisitados, não só por idosos, mas também por jovens em situação de exclusão e limitação no mercado de trabalho. A presença do idoso aposentado nos domicílios tem sido considerada como “tábua de salvação” em todos os momentos, quer nos rumos das famílias, quer nas decisões orçamentárias do domicílio.

Com relação à inserção do idoso aposentado no mercado de trabalho, a situação pode ser explicada pelo aumento da longevidade que o Brasil vem conquistando, também pela oferta de trabalho, visto que o empregador terá vantagens em termos de encargos trabalhistas e, por fim, pelo aumento dos benefícios previdenciários que vem acontecendo desde 1992 (Camarano, 2001). Segundo o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) (2000), a renda média dos idosos brasileiros é maior que a dos jovens com menos de 30 anos. Esta mesma fonte observa um peso de 52% das aposentadorias na renda familiar e, quando a renda da família é inferior a dois salários mínimos, este peso pode chegar a 90%. Observa-se que 49% destas famílias possuem idosos como chefes e filhos morando junto.

Os dados do PNAD de 1997 revelam que o rendimento médio familiar per capita, em domicílios com idosos, é 14,52% maior que os rendimentos per capita dos domicílios sem idosos. A idade média dos aposentados destas famílias é de 66 anos.

2.3.1.2 Renda nos domicílios dos beneficiários da Previdência rural

Em pesquisa realizada por Delgado & Cardoso Jr. (1999), com o objetivo de avaliar os impactos sócio-econômicos e regionais da Previdência Social Rural (nas regiões sul e nordeste do Brasil), constatou-se a elevação relativa da renda domiciliar dos beneficiários da previdência, consequência das mudanças nas leis da Previdência Social a partir de 1992. Os resultados mostram que a renda domiciliar na região sul do país é aproximadamente três vezes maior que o valor do salário mínimo, enquanto que na região nordeste a renda domiciliar é de 1,6 salário mínimo. Porém, quando comparado o peso do benefício previdenciário no rendimento familiar, os resultados mostram que, na região nordeste, o benefício corresponde a 70,8% do total orçamentário domiciliar e na região sul, a 41,5% do total. Para os autores, esta constatação permite inferir que a importância do benefício rural ascende na medida em que decrescem as categorias de rendimento domiciliar.

O trabalho de Schwarzer (2000a) feito na região norte do Brasil, mais precisamente no estado do Pará, também com o objetivo de avaliar os impactos dos benefícios rurais, constatou que os benefícios rurais concedidos aos clientes da Previdência Social representam, aproximadamente, 50% da renda total nos domicílios. Estes números também demonstram a importância dos benefícios na manutenção familiar.

A Figura 8, baseada em dados do PNAD de 1998, revela que a renda das famílias com presença de algum idoso aposentado rural é acrescida em até 74,5% e quando este idoso é o chefe da família esta contribuição chega a 81,7% da renda total familiar.

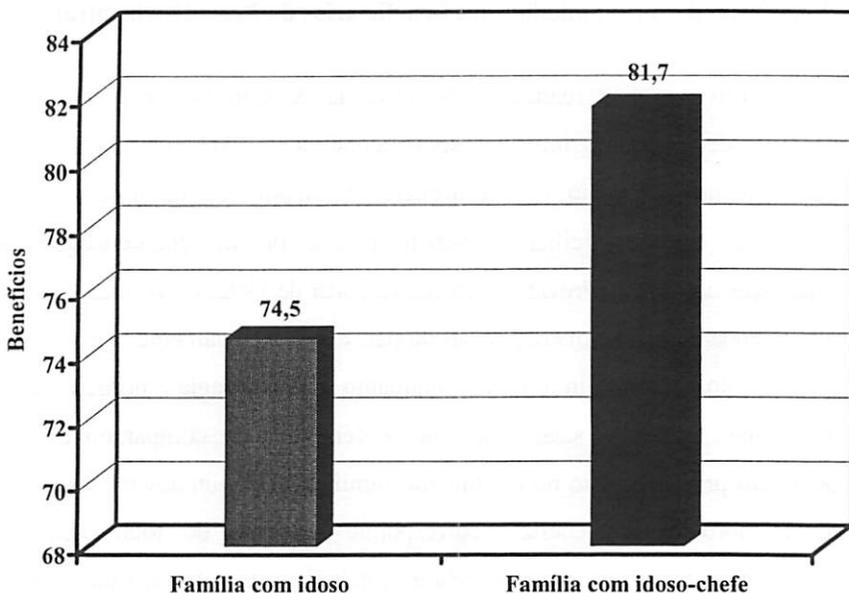


FIGURA 8. Participação dos benefícios dos idosos rurais na renda total da família, Brasil, 1998.

Fonte: IBGE, PNAD, 1998. Elaboração: IPEA, extraído por Brant (2001)

Idosos: População com mais de 60 anos.

Adaptação do pesquisador.

A Figura 9 mostra o comportamento das fontes de renda dos idosos distribuídos por sexo. As mulheres idosas aposentadas ocupam um lugar de destaque, com 87,4% da renda proveniente da Previdência Social, sendo 69,8% das aposentadorias e 17,6% de pensões. No caso dos homens idosos, as aposentadorias correspondem a 54,5% do total da renda e 40,1% são provenientes do trabalho, o que indica a presença de idosos inseridos em diversas atividades produtivas. Fato curioso são as rendas oriundas de pensão, em que os homens estão representando apenas 1%. Estes dados permitem inferir uma tendência de sobrevivência feminina com relação aos homens e uma maior acumulação de benefícios previdenciários neste grupo.

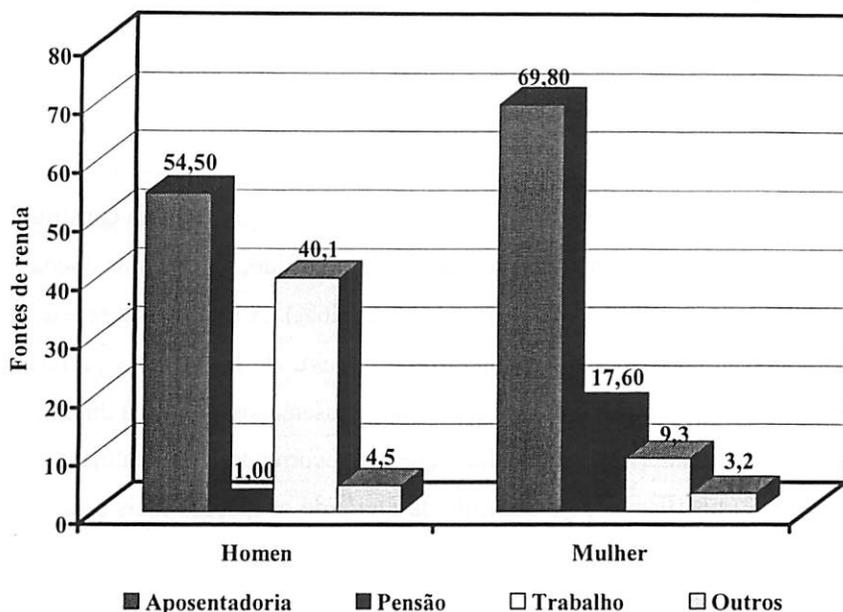


FIGURA 9. Fontes de renda dos idosos, Brasil, 1998.

Fonte: IBGE, PNAD, 1998. Elaboração: IPEA, extraído por Brant (2001)

Idosos: População com mais de 60 anos.

Adaptação do pesquisador.

Outra pesquisa, desenvolvida por Kageyama (2001), usando dados do PNAD de 1999, identificou dois tipos de rendas nas famílias rurais brasileiras: renda agrícola e não-agrícola. A renda agrícola é composta pelo trabalho na roça e a não agrícola por outras fontes, como aposentadoria, pensões e previdência, trabalho não agrícola, aluguel, juros e doações. Nos domicílios rurais onde se vive apenas de rendas não-agrícolas, o peso da aposentadoria é de 31,3% do total. No conjunto total das fontes (agrícolas e não-agrícolas), a importância da aposentadoria na renda familiar cai para 14,1%, sobressaindo o trabalho agrícola, com 55% de contribuição no total da renda. Para a autora, as três principais fontes de renda das famílias rurais são: “(...) o trabalho agrícola, que representa 55% da renda familiar, seguido dos trabalhos fora da agricultura

(25% da renda total) e os benefícios sociais (aposentadorias, pensões e previdência, totalizando 16,6%, mas com predomínio absoluto das aposentadorias)” (Kageyama, 2001: p.64).

Com respeito à inserção do idoso rural no mercado de trabalho, Wajnman et al. (1999) constataram que o ramo da agropecuária constitui o setor que mais absorve a mão-de-obra idosa, tendo sofrido, porém, uma queda relativa no período de 1982 a 1997 (de 55% para 46%). A situação se repete também para as mulheres idosas do meio rural. Apesar de haver certa preferência de alguns empregadores em contratar idosos aposentados, devido à diminuição dos encargos trabalhistas, este declínio que vem ocorrendo, principalmente nos anos de 1990, justifica-se pelo aumento da oferta de ocupações mais especializadas, exigência esta do atual mercado de trabalho e pela diminuição nos índices de atividades dos idosos.

Os critérios usados nas pesquisas citadas apresentam formas distintas. Entretanto, mostram a importância da renda dos idosos aposentados da área rural no seio das famílias. É preciso considerar que o peso dos benefícios previdenciários rurais nos domicílios varia de acordo com a região do país e o número e tipo de fontes de rendas existentes em cada domicílio.

2.3.1.3 Os benefícios rurais e as economias locais

Para falar em benefícios previdenciários e economia local, há que se levar em conta o tamanho do município e a região na qual estão inseridos. Considerando este aspecto, as cidades pequenas de regiões pobres são favorecidas em relação às cidades grandes de regiões ricas (Gomes et al.,1998, citado por Calsavara, 2001).

Como o valor mínimo pago pelo benefício previdenciário é nacional, nos municípios menores de regiões pobres ele tem maior poder de compra, proporcionando, assim, renda para o município e melhores condições de vida para o aposentado e sua família.

Sem sombra de dúvidas, a Previdência dinamiza a economia local. Apesar de não pagar altos valores, principalmente aos beneficiários rurais, este dinheiro é gasto totalmente nos comércios locais, o que gera emprego, crescimento dos estabelecimentos, maior movimentação financeira, mais financiamentos, devido ao pagamento em dia e muito mais.

“Com o advento do Plano Real e o recrudescimento do desemprego, os benefícios da Previdência Social têm exercido um papel fundamental nas economias locais. Muitos aposentados e pensionistas são colocados na figura de “marajás” no interior dos municípios nordestinos, não por ganharem bem, mas pela “ascensão social” que conquistam ao aposentar-se. Um trabalhador rural que é explorado nas fazendas pelo “salário” em torno de R\$50,00, tem sua renda triplicada ao passar a receber o salário mínimo a que faz jus após aposentar-se. Na Paraíba há professoras ganhando algo em torno de R\$60,00, ou menos, que muitas vezes ficam 2 ou 3 meses sem receber seu “salário”. Quando se aposentam, não só aumentam consideravelmente sua renda, como passam a receber em dia” (França, 2002: XIV).

Em certas regiões, como sul e sudeste, o salário mínimo pago pela Previdência aos aposentados não tem o mesmo “significado” que na região nordeste onde este benefício chega com cara de “enriquecimento”. Ao se triplicar uma renda, as perspectivas do cidadão mudam completamente. Há

municípios na região nordeste, onde só é permitida a venda a prazo para aposentados, devido à pontualidade de seus pagamentos. Alguns municípios adotam normas proibindo ao comércio informal vender para estes beneficiários em época de pagamento (período do mês em que o comércio mais arrecada), para que não haja prejuízo ao comércio local (França, 2002).

Brant (2001) afirma que a Previdência Social é a grande responsável para que haja certo equilíbrio social, principalmente quando se trata da aposentadoria rural, pois reduz significativamente o nível de pobreza entre os idosos. Ele confirma os dados do PNAD/1996, contidos no item 3.3.2, quando afirma que os índices de pobreza entre a população idosa são menores que na população jovem.

Na pesquisa desenvolvida por Schwarzer (2000a) no estado do Pará (região de Igarapeçu), dados mostram que os benefícios rurais concedidos para esta região tiveram, em 1995, um impacto significativo, visto que os pagamentos previdenciários rurais foram quase três vezes superiores ao valor da folha de todos os empregados formais deste município. A absorção do dinheiro desses beneficiários na região tem representado uma parte significativa no faturamento dos comerciantes locais.

A pesquisa constatou também que:

“(...) o sistema de benefícios rurais parece funcionar como um substituto parcial para o sistema de seguro-desemprego, o qual, por sua vez, não existe na área rural brasileira. (...) outro efeito positivo sobre a qualidade de vida local é que o acesso à renda monetária permite que os beneficiários adquiram serviços médicos e medicamentos não disponíveis na rede pública de saúde” (Schwarzer, 2000a: 52-53).

A pesquisa de França (2002), baseada na comparação entre o total de pagamentos de benefícios aos aposentados e pensionistas e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM)³, revela um número expressivo de municípios com valores de benefícios pagos no ano 2000 maiores que o FPM. Constatou-se que, dos 5.507 municípios pesquisados, 3.479, ou seja, 63,17% deles, apresentam um número de benefícios previdenciários maior que a arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios. Por outro lado, 4.399 municípios brasileiros apresentam o total de benefícios superior ao valor de arrecadação do INSS local.

Analisando-se a Tabela 5, vê-se que o Estado que apresenta maior número de municípios com benefícios previdenciários maior que o FPM é o Espírito Santo, com mais de 88% do total. Se compararmos as grandes regiões do Brasil, vemos na região norte, o estado do Pará, com 56,64%; na região nordeste, o estado de Pernambuco, com 85,32%; na região centro-oeste (não incluindo o DF), o estado do Mato Grosso do Sul, com 54,44%; na região sudeste, o estado do Espírito Santo, com 88,31% e, finalmente, na região sul do Brasil, o estado do Paraná, com 73,60% (França, 2002).

³ São parcelas de recursos arrecadados pelo Governo Federal (22,5% do IR - Imposto de Renda e IPI – Imposto de produtos Industrializados) e repassados aos municípios.

TABELA 5. Participação total com benefícios em relação ao FPM, para o ano de 2000

Estados	Total de municípios		
	(1) 2000	(2) 2000	(3)
Acre	22	10	45,45%
Alagoas	102	56	54,90%
Amazonas	62	25	40,32%
Amapá	16	3	18,75%
Bahia	415	300	72,28%
Ceara	184	128	69,56%
Distrito Federal	1	1	100,00%
Espirito Santo	77	68	88,31%
Goiás	242	107	44,21%
Maranhão	217	115	52,99%
Minas Gerais	853	541	63,42%
Mato Grosso do Sul	77	42	54,54%
Mato Grosso	126	50	39,68%
Para	143	81	56,64%
Paraíba	223	141	63,62%
Pernambuco	184	157	85,32%
Piauí	221	113	51,13%
Paraná	399	294	73,68%
Rio de Janeiro	91	76	83,51%
Rio Grande do Norte	166	107	64,45%
Rio Grande do Sul	467	294	62,95%
Rondônia	52	24	46,15%
Roraima	15	4	26,66%
Santa Catarina	293	193	65,87%
Sergipe	75	46	61,38%
São Paulo	645	492	76,27%
Tocantins	139	34	24,46%
Total	5.507	3.479	63,17%

Fonte: DATAPREV – SIAFI, extraído por França, 2002.

1 - Total de municípios pesquisados – 2000.

2 - Total de municípios com benefícios superiores ao FPM – 2000.

3 - Percentual de municípios com benefícios superiores ao FPM – 2000.

Nota-se que a injeção de recursos monetários da Previdência Social para os municípios é, de fato, importante, visto que os números por si só revelam o impacto que esses pagamentos causam nas economias locais.

Pelos dados da Tabela 6, percebe-se que são inúmeros os municípios que apresentam pagamentos de benefícios previdenciários maiores, quando comparados aos que a arrecadação previdenciária consegue obter. Na região nordeste, o estado do Ceará lidera, com 95,1%. É neste estado onde encontram-se dois municípios com dados alarmantes. O município de Deputado Irapuã Pinheiro, tem benefícios da previdência 974,37 vezes maiores do que a arrecadação; nesta situação, o município precisaria de um pouco mais de 974 anos de arrecadação para pagar um ano de benefícios. O município de Quiterianópolis tem valores de benefícios pagos 468,30 vezes maiores que as arrecadações do INSS (França, 2002).

TABELA 6. Benefícios que superam a arrecadação do INSS por estado em 2000

Estados	Benef. superior	Total	%
Acre	12	22	54,54
Alagoas	95	102	93,13
Amazonas	58	62	93,54
Amapá	10	16	62,5
Bahia	370	415	89,15
Ceará	175	184	95,1
Distrito Federal	0	1	0
Espirito Santo	66	77	85,71
Goiás	206	242	85,12
Maranhão	144	217	66,35
Minas Gerais	687	853	80,53
Mato Grosso Do Sul	67	77	87,01
Mato Grosso	75	126	59,52
Pará	110	143	76,92
Paraíba	191	223	85,65
Pernambuco	171	184	92,93
Piauí	154	221	69,68
Paraná	313	399	78,44
Rio De Janeiro	72	91	79,12
Rio Grande Do Norte	153	166	92,16
Rondônia	25	52	48,07
Roraima	7	15	46,66
Rio Grande Do Sul	369	467	79,01
Santa Catarina	221	293	75,42
Sergipe	65	75	86,66
São Paulo	473	645	73,33
Tocantins	110	139	79,13
Total	4.399	5.507	79,88

Fonte: DATAPREV, extraído por França, 2002.

Após breve levantamento teórico sobre o tema em estudo, o item a seguir discorre sobre a metodologia aplicada para se atingir os objetivos propostos.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Para o estudo ora proposto, foi adotado o método *estudo de caso*, com enfoque exploratório. Em ciências sociais, este método apresenta uma grande relevância na obtenção de informações qualitativas que possibilitem, segundo Becker (1997), compreender de forma abrangente o grupo em estudo e, ao mesmo tempo, tentar desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre as regularidades do processo e estruturas sociais existentes no objeto em análise. “(...)em geral, os grupos de caso representam a estratégia preferida ... quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real” (Yin, 2001: 27). Para o mesmo autor, este método, num ambiente de pesquisa, proporciona uma rica contribuição, principalmente para assuntos singulares, organizacionais e políticos.

Diversos autores indicam que os estudos de casos apresentam vantagens por usarem técnicas de coleta de dados mais flexíveis e por poderem ser conduzidas em praticamente qualquer tipo de instalação social. Para Godoy (1995), o estudo de caso apresenta um exame mais detalhado do ambiente e o propósito fundamental é o de analisar intensivamente uma dada unidade social. Este método consiste também no exame de um conjunto de ações em desenvolvimento, buscando mostrar como os princípios teóricos se manifestam nestas ações (Alencar, 1999).

Uma vez delimitado o universo dos aposentados rurais, optou-se pela metodologia qualitativa conjugada com técnicas quantitativas, buscando uma representatividade, de forma a identificar e entender as particularidades dos efeitos multiplicadores das aposentadorias rurais nos domicílios dos beneficiários e no município em particular. Apesar da metodologia quantitativa

apreciar os números, a conjugação com a qualitativa é justificável na validade dos saberes constituídos, conforme Laville & Dionne (1999).

Pela natureza da pesquisa, o método qualitativo possibilitou captar melhor o universo dos efeitos, como também permitiu perceber como este processo de inclusão social se desenrola. E para obter uma boa representatividade da realidade estudada, recorre-se a elementos estatísticos de forma a tirar conclusões sobre o todo (população), partindo da observação de partes desse todo (amostra). Este é um aspecto essencial da estatística: proporcionar métodos inferenciais, possibilitando que as conclusões transcendam os dados obtidos inicialmente (Crespo, 1993).

De acordo com o apresentado, pode-se concluir que o método de estudo de caso, fundamentado nestas duas metodologias, é útil para esta pesquisa, que é de natureza exploratória e investiga área ou assunto contemporâneo com poucas pesquisas preliminares. Levando em conta que este tem por fundamento básico abrir perspectivas para um vasto campo de novos estudos, a escolha do método de pesquisa justifica-se plenamente.

3.1 Procedimentos metodológicos

O desenvolvimento da pesquisa teve como base principal os seguintes passos:

1) Contatos preliminares

Foi realizado um encontro entre o pesquisador, seu professor orientador e a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município a ser pesquisado. Na oportunidade foram discutidas a então proposta de pesquisa no município, a viabilidade da mesma e as repercussões no cenário social, político e

econômico do município e região. Conforme Bogdan & Biklen (1994), existem dois tipos de pesquisas: a dissimulada, em que o pesquisador recolhe dados sem autorização dos envolvidos, o que traz problemas de ordem ética, moral e legal, e a objetiva, em que o pesquisador pede autorização para colher dados, pede cooperação e explicita seu objetivo. Como esta é uma investigação objetiva, destaca-se que foi a partir desse encontro que foram traçadas as formas de trabalho, visto existir uma parceria entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina, o Instituto dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Vale do Jequitinhonha (ITAVALE) e a Universidade Federal de Lavras (UFLA). Feito isso, passou-se ao levantamento de dados dos aposentados rurais.

2) Pesquisa documental

A pesquisa documental foi baseada nas consultas regulares aos arquivos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina, que de forma geral, estão compilados em discos rígidos e flexíveis. Salienta-se também que existe, nas instalações do Sindicato, material impresso arquivado em forma de folhetos, informativos, fotografias, entre outros. De acordo com Godoy (1995), a pesquisa documental fornece importante contribuição para a investigação de um determinado assunto, possibilitando uma complementação de informações obtidas em outras fontes, além de prover o investigador de dados complementares que possibilitam uma compreensão mais profunda acerca do problema em questão. Conforme Ferrari (1982), este tipo de técnica é uma forma de aprofundamento com dados que previamente foram elaborados com outros intuítos e que provavelmente não sofreram um determinado tratamento de análise, ou, então, podem contribuir de alguma forma para outros tipos de pesquisa.

3) Levantamento de dados dos aposentados rurais, a partir de uma lista de endereços

Ao pesquisarem-se as características dos indivíduos de uma população é preciso que estas estejam bem definidas, de modo que não fiquem dúvidas a respeito deste indivíduo pertencer ou não a esta população. Os critérios estabelecidos devem valer para todas as pessoas, no tempo ou no espaço e, muitas vezes, limita-se a pesquisa a uma parte da população, o que é chamado de amostra. Para uma margem de erro menor, esta amostra deve ser representativa, ou seja, possuir todas as características da população a ser pesquisada. Como a pesquisa é de natureza social, optou-se por uma amostragem proporcional estratificada, em que a população se divide em subpopulações – estratos. Para o estudo, foi elaborada, primeiramente, uma estratégia de pesquisa, propondo-se oito estratos construídos com as variáveis: sexo, área de residência e condição de acesso à terra (Tabela 7). A questão do gênero, no âmbito das aposentadorias rurais, é de suma importância, pois esta população é hoje composta por homens e mulheres, já que há doze anos, era só de homens. O local de residência acaba por ditar a repercussão do benefício na vida da família, quer na continuidade das atividades rurais ou na mudança para a cidade. Outra característica básica da população em estudo é a condição de acesso à terra, devido à natureza do regime de economia familiar, que independe de ser proprietário ou não de terra.

Analisando-se os arquivos de documentos de pedidos de aposentadoria do STR-Medina, sortearam-se inicialmente dez nomes para cada estrato, num total de 80 nomes (ver anexos) para formação da amostra-piloto. Esta amostra foi composta por 40 nomes de aposentados rurais, dos quais 20 homens e 20 mulheres, na mesma proporção pela área de residência, ou seja, rural e urbana; proprietários e não-proprietários de terra. A escolha de 80 nomes justifica-se pela observação das variantes: mudança de endereço, mortalidade, problemas mentais e desconhecidos, para se evitar um déficit de indivíduos e o

comprometimento da amostra-piloto. Foram analisados documentos do período de 1992 a 2000, num intervalo de dois em dois anos. De posse dos nomes dos aposentados e de seus respectivos endereços, partiu-se para as entrevistas.

4) Aplicação do questionário na amostra piloto

Esta fase ocorreu com a aplicação dos questionários mistos (com questões abertas e fechadas) pré-elaborados e obedeceu a dois períodos distintos: um na parte da manhã e outro na parte da tarde. A parte da manhã foi destinada aos aposentados residentes na área rural, pois o Sindicato agendou com os mesmos para serem entrevistados na sede do STR de Medina nos dias em que viessem à cidade receber seus benefícios (primeira quinzena do mês). Essa medida tornou possível agilizar e viabilizar o tempo e o espaço para a realização da pesquisa, visto as dificuldades de acesso às suas residências. No período da tarde, foram entrevistados os aposentados residentes na área urbana (entrevista realizada nos domicílios dos aposentados).

4.2 Delineamento amostral

A população em estudo apresenta comportamento heterogêneo, porém, dentro de cada estrato um comportamento homogêneo. Portanto, optou-se, conforme já citado, por uma amostragem proporcional estratificada (Cochran, 1998), considerando 8 estratos:

TABELA 7. Distribuição da amostra-piloto

Sexo	Situação domiciliar	Condição de acesso à terra
Mulher	Rural	Com terra
Mulher	Rural	Sem terra
Mulher	Urbana	Com terra
Mulher	Urbana	Sem terra
Homem	Rural	Com terra
Homem	Rural	Sem terra
Homem	Urbana	Com terra
Homem	Urbana	Sem terra

3.2.1 Amostra piloto

Na tentativa de obter, a partir das variáveis mais importantes, o grau de variabilidade das mesmas, decidiu-se fazer uma amostra-piloto para auxiliar o pesquisador na hora de aprimorar os planos para a coleta de dados, tanto em relação ao conteúdo, quanto nos procedimentos que devem ser seguidos, principalmente na decisão da escolha certa da amostra final.

Como já mencionado, as unidades de análise para composição da amostra-piloto são os estratos baseados em sexo, área de residência e condição de acesso à terra para a prática agrícola, no período de 1992 a 2000. Para a análise da amostra, levou-se em conta três variáveis distintas: renda familiar; manutenção de atividade agrícola e auxílio familiar. A variável renda familiar teve como objetivo identificar as principais fontes de renda das famílias dos aposentados rurais. As outras duas variáveis permitiram conhecer a alocação dos benefícios previdenciários.

De acordo com a Tabela 8, a totalidade, ou seja, 100% das famílias tem nos recursos da aposentadoria sua principal fonte de renda. Dos 20 aposentados

residentes na área rural, apenas 2 recebem algum tipo de pensão como segunda fonte de renda familiar e 6 têm na comercialização de produtos agrícolas na feira semanal uma terceira fonte de renda. Ainda na área rural, 15 dos 20 aposentados entrevistados fazem o uso dos benefícios da previdência na manutenção da prática agrícola e apenas um deles não utiliza esta renda para auxiliar a algum membro da família.

TABELA 8. Distribuição dos aposentados e das variáveis na amostra piloto (Medina,1992-2002)

Estratos específicos		Renda familiar	Manutenção agrícola	Auxílio familiar	
Mulher	Rural	Com terra	5 aposentadoria 1 pensão	4	5
		Sem terra	5 aposentadoria 1 pensão 1 comercialização	3	5
	Urbana	Com terra	5 aposentadoria 2 pensão	4	3
		Sem terra	5 aposentadoria 2 pensão 1 comercialização 2 prestação serviços	2	5
Homem	Rural	com terra	5 aposentadoria 3 comercialização	5	5
		sem terra	5 aposentadoria 2 comercialização	3	4
	Urbano	Com terra	5 aposentadoria 1 comercialização	4	5
		Sem terra	5 aposentadoria 2 comercialização	4	4

Na área urbana 4 beneficiários têm, além da aposentadoria, pensão e, nesta renda, sua segunda maior fonte. Apenas 4 deles utilizam a comercialização de produtos agrícolas como outra fonte. Constatou-se também que uma quarta fonte de renda é a prestação de serviços, num total de 2 famílias. Dos 20 entrevistados, 14 fazem uso do benefício da aposentadoria na manutenção da roça e 17 auxiliam, com a mesma renda, a pelo menos um membro da família.

Analisando-se por sexo nota-se que, do total de mulheres aposentadas, 6 delas recebem pensão como segunda fonte de renda familiar e apenas 2 têm na comercialização agrícola a terceira fonte de renda. A prestação de serviços aparece como uma quarta fonte em 2 famílias residentes na área urbana e que não têm propriedade rural, o que não acontece em nenhum dos outros estratos. Delas, 13 alocam o benefício na manutenção de alguma atividade agrícola e 18 prestam algum tipo de auxílio a, pelo menos, um membro da família, número este proporcional ao sexo masculino. Para o sexo masculino, nota-se apenas duas fontes de renda, sendo a segunda a comercialização dos produtos agrícolas e 16 dos 20 entrevistados utilizam a aposentadoria para tocar a roça.

No item condição de acesso à terra, tanto os proprietários quanto os não proprietários de terra têm a pensão e a comercialização dos produtos agrícolas como segunda e terceira fontes de renda, respectivamente. A prática da comercialização agrícola é maior nas famílias dos aposentados não-proprietários de terra, o que representa um dado interessante. Dos proprietários de terra, 17 se utilizam da aposentadoria para investir na manutenção de suas atividades agrícolas e 18 auxiliam a algum membro da família. Os não-proprietários, que, por sua vez comercializam mais os produtos agrícolas que os proprietários de terra, investem bem menos na manutenção da roça familiar (12 famílias), talvez pela condição de acesso à terra.

Conforme Yin (2001), não se pode confundir um teste piloto com um pré teste. No caso em questão, é utilizada uma maneira mais formal, que ajuda o pesquisador a desenvolver o alinhamento relevante das questões, elucidando melhor os conceitos a serem usados no projeto de pesquisa.

3.2.2 Amostra final

Para determinar o tamanho da amostra a ser utilizada no estudo foram adotadas as expressões apresentadas por Raj (1972), com as seguintes considerações:

1. critério proporcional para a amostragem estratificada, isto é, uma vez obtido o tamanho amostral total, ele repartiu-se proporcionalmente ao tamanho do estrato em cada um dos estratos estabelecidos;
2. na obtenção dos dados necessários para se calcular as expressões estabelecidas por Raj (1972) foi necessário realizar uma pesquisa piloto constituída de entrevistas com 5 aposentados para cada um dos 8 extratos (total: 40), distribuídos em um para cada ano (1992, 1994, 1996, 1998 e 2000), nos quais aplicou-se o questionário (ver anexo 14);
3. foram consideradas 3 variáveis para se determinar o tamanho da amostra geral: renda, manutenção da roça e auxílio família, as quais, a priori, seriam as mais importantes no estudo.

As expressões para um delineamento amostral estratificado com repartição proporcional dos dados sugeridos por Raj (1972), são as seguintes:

- 1) No caso da variável renda:

$$n_R = \frac{\sum_{h=1}^k \frac{N_h}{N} S_{Y_h}^2}{V + \frac{1}{N} \sum_{h=1}^k \frac{N_h}{N} S_{Y_h}^2} \quad n_R = 60,12$$

Em que:

V – é a variância do estimador desejado;

wh – é a razão entre o número de elementos da amostra do “estrato h” e o tamanho amostral total;

Wh – é a razão entre o número de elemento do estrato “h” e o número do elemento da população;

$S_{Y_h}^2$ – é a variância amostral no estrato “h” obtido a partir da amostra-piloto;

N – tamanho da população;

N_h - tamanho da população no estrato correspondente;

n_R - tamanho da amostra calculada, considerando a variável renda.

No caso das variáveis manutenção da roça e auxílio-família:

$$n = \frac{\frac{1}{V} \sum_{h=1}^k \frac{N_h}{N} P_h (1-P_h)}{1 + \frac{1}{N} \left[\frac{1}{V} \sum_{h=1}^k \frac{N_h}{N} P_h (1-P_h) \right]} \quad n_M = 7,046 \quad n_A = 2,053$$

em que,

n_M - tamanho da amostra, considerando a variável manutenção da roça;

n_A - tamanho da amostra, considerando a variável auxílio familiar;

P_h - é a proporção de indivíduos do estrato "h" que mantêm a unidade produtiva (roça) ou que auxiliam as suas respectivas famílias com o dinheiro do benefício rural. Este foi o valor determinado a partir da amostra piloto.

Como se pode deprender da Tabela 9, para o cálculo do tamanho da amostra total foi considerada apenas a variável renda, devido ao número extremamente baixo para as outras variáveis (ver cálculos em Anexos).

Com as expressões mencionadas acima, o resultado final foi o seguinte:

TABELA 9. Resultados da amostra final

Estratos	Amostra-piloto	Amostra calculada	Amostra final
	Renda	Renda	Renda
Mulher/rural/com terra	5	1,32*	5**
Mulher/rural/sem terra	5	22,32	22
Mulher/urbana/com terra	5	0,54*	5**
Mulher/urbana/sem terra	5	8,94	9
Homem/rural/com terra	5	3,05*	5**
Homem /rural/sem terra	5	16,13	16
Homem/urbano/com terra	5	1,32*	5**
Homem/urbano/sem terra	5	6,57	7
Tamanho da amostra total	40	60,19	74

Nota: * Números que foram desprezados por serem menores que os da amostra-piloto;

** Números equivalentes aos da amostra-piloto.

Como pode-se observar, o tamanho da amostra total calculada foi de 60 indivíduos. Porém, os estratos calculados que ficaram abaixo do valor dos estratos da amostra-piloto foram desprezados e considerados os números correspondentes na amostra piloto (ver nota da Tabela 9), para não inutilizar as entrevistas excedentes, pois quanto maior for a amostra, melhor será a conclusão dos resultados.

3.3 Pesquisa de campo

Esta fase da pesquisa envolveu dois momentos: aplicação do questionário semi-estruturado diretamente aos aposentados rurais e outras entrevistas concedidas por representantes de diversos setores do município, como prefeitura municipal, comércio local, sindicato, Emater, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Câmara Municipal e cidadãos.

Na aplicação dos questionários para os aposentados rurais, as entrevistas se desenvolveram nos respectivos domicílios.

Nas entrevistas a estes diversos representantes do município, houve necessidade de procedimentos mais formais, tornando assim possível a obtenção de informações. Foram entrevistados, no setor comercial, representantes de supermercados, açougues, lojas de material de construção e produtos agropecuários, farmácias, barbearias, armazéns, mercearias, lojas de roupas populares, lojas de móveis e utensílios domésticos. No poder público local, foram entrevistados: o prefeito local, seu assessor, um vereador e um ex-vereador cidadão honorário de Medina, autor do livro *“Medina: parte da sua história vira causas e curiosidades”*. No Sindicato, foram entrevistados dois membros da diretoria. Foi entrevistada uma técnica da Emater, um membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e cidadãos medinenses.

De acordo com Bryne (1977), a entrevista é uma forma de obter informações sobre os fatos observados e/ou opiniões expressas sobre os acontecimentos. Queiroz (1991) observa que, na entrevista semi-estruturada, as questões expostas são o reflexo não só da teoria que sustenta a ação do pesquisador, mas também de toda a informação que ele obteve sobre o assunto a ser pesquisado. Complementando, Trivinos (1987) considera que a entrevista semi-estruturada e a observação direta funcionam como os principais instrumentos de coleta de informações.

3.4 Sistematização e conferência de informações

Além dos dados primários, obtidos na pesquisa de campo, o estudo envolveu também dados secundários (STR-Medina, INSS local, IBGE e outros). Os mesmos também foram processados por meio do software Sphinx Plus, um sistema simples e profissional que permite efetuar todos os tratamentos básicos necessários. A sistematização dos dados foi feita de acordo com os objetivos do trabalho.

Uma outra parte do trabalho foi processada pelos softwares Excel, versão 5.0 e Word Perfect 97.

Sistematização das variáveis quantitativas:

Sexo: homem, mulher; idade: anos de vida; residência: urbana, rural; estado civil: casado, solteiro, viúvo; grau de instrução: frequência à escola oficial; filhos: sim, não; agregado domiciliar: número de membros residentes; condição de acesso a terra: pequeno proprietário, parceria, meeiro, comodato, cedido e agregado; tamanho da terra: área em hectares; principais fontes de renda: aposentadoria, pensão e comercialização; comercialização: valor médio

por domicílio; tempo de aposentadoria: anos de benefício; aposentados por domicílio: frequência; gastos comuns: frequência por setores; despesas: gasto médio por domicílio; contratação de mão-de-obra: frequência e número.

3.5 Limitações da pesquisa

3.5.1 Documental

Na avaliação dos arquivos de aposentados rurais do STR de Medina, foram detectados alguns desencontros de informações. Percebeu-se que alguns dos documentos arquivados nem sempre estavam de acordo com os anos a partir dos quais os aposentados passaram a receber o benefício. Estas divergências foram percebidas no contato direto com os aposentados, ocasionando algumas baixas na lista sorteada. Ressalta-se que, para não comprometer a integridade da amostra, alguns aposentados foram entrevistados de forma improvisada, visto que seus nomes, a priori, não constavam na lista. Mas, como se enquadravam nos requisitos pré-estabelecidos, os obstáculos foram sendo superados.

3.5.2 Campo

Uma dificuldade foi o contato direto com o público alvo. De acordo com o planejado, a parte da manhã seria destinada ao aposentado residente na área rural para facilitar o encontro. Isso porque os mesmos deslocam-se regularmente para a zona urbana neste horário, com a finalidade de receber os seus benefícios nos bancos e na casa lotérica local. Dentro do que se esperava, estes aposentados seriam abordados no recinto das instituições de pagamento. No entanto, tal forma de contato tornou-se inviável por vários fatores:

- segundo informações dos gerentes das instituições bancárias (Caixa Econômica Federal e BRADESCO), bem como da Casa Lotérica, os mesmos não dispunham de nenhuma forma de identificação dos aposentados, nem de suas datas de recebimento;
- ausência de um membro do Sindicato para apresentar o pesquisador aos aposentados. A abordagem de um estranho poderia criar uma certa desconfiança por parte dos mesmos, visto que vêm ocorrendo cenas oportunistas de malfeitores tentando burlar os aposentados. Este problema foi, posteriormente, solucionado pelo Sindicato, em uma assembléia realizada com os seus membros, quando a pesquisa lhes foi apresentada;
- a falta de alguma identificação formal (crachá, encaminhamento da universidade, etc.) da qual o pesquisador pudesse se valer ao abordar o pesquisado, trazendo-lhe mais confiabilidade. Problema este também resolvido com a confecção de um crachá. Vale observar que tais recursos de identificação são elementos essenciais na abertura de caminhos para o alvo que se pretende alcançar.

A coleta de dados por meio das entrevistas nos domicílios também apresentou algumas dificuldades, devido à identificação, como já exposto. O período da pesquisa coincidiu com o da campanha eleitoral, quando muitas pessoas visitavam as casas para pedir votos. Por muitas vezes o pesquisador foi confundido com um cabo eleitoral e levava-se tempo para convencê-los do contrário. Havia propagandas políticas enganosas do tipo: *“quem votar no candidato “X” vai perder a aposentadoria”*, segundo relato de alguns aposentados. Esta informação, aliada ao tema da pesquisa em questão, causou desconfiança e medo por parte das famílias, que se recusavam a receber o pesquisador.

Por temor à violência e roubo, muitos idosos têm receio em falar com pessoas estranhas ou recebê-las em suas residências. Então, era necessário uma apresentação mais formal e documentada, mas ainda sob olhares de desconfiança (característica típica dos mineiros). Ao longo da entrevista, procurava-se descontraír ao máximo o entrevistado que, por fim, se mostrava mais tranqüilo. São pessoas simples, de vida calma e sossegada e que, mesmo desconfiadas, eram muito acolhedoras, simpáticas e faziam questão de oferecer um café ou outra coisa. Alguns até se empolgavam com a entrevista e desenrolavam longas conversas e contavam casos. Vencidas as dificuldades de abordagem e aproximação, as informações ficavam mais fáceis de serem obtidas. Pôde-se observar que as pessoas das cidades pequenas, principalmente os idosos, também estão assustadas com os altos índices de violência registrados no país, pois têm se precavido. Foi necessário muito diálogo e esclarecimentos para ganhar a confiança das famílias, o que tornou mais lento o trabalho de campo.

Tomando conhecimento de tais problemas, o Sindicato, em sua Assembléia do dia 13/09/02, abordou o assunto em sua pauta e esclareceu melhor à população aposentada quanto à visita do pesquisador (devidamente identificado com crachá) e ao objetivo da pesquisa. Tais informações foram sendo repassadas aos membros ausentes e solucionado o problema. Estas dificuldades foram mais freqüentes na zona urbana, pois, na zona rural, um membro da Associação Comunitária acompanhou o pesquisador nas visitas.

3.6 Caracterização da região de estudo

3.6.1 O Vale do Jequitinhonha

O Vale do Jequitinhonha está localizado na região nordeste do estado de Minas Gerais, onde a colonização enfrentou a resistência indígena e o próprio desconhecimento do território. O nome do vale surge em função do principal rio que banha a região, o rio Jequitinhonha (nasce na Serra do Espinhaço), que quer dizer; “jequi cheio de peixe”, devido à sua grande abundância. O rio foi descoberto pelo espanhol Francisco Bruza Spinosa, um dos desbravadores da região. Esta região é composta pelo Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha (Medina, MG, 2000; Alves et al.,1996).

O que possibilitou, a princípio, o povoamento do Médio Jequitinhonha, foi a criação de gado, quando os rebanhos foram avançando em direção ao interior à procura de pastagens (Alves et al., 1996). Segundo os autores, primeiro vieram os bandeirantes do estado de São Paulo e abriram caminho pela mata fechada, enfrentando vários perigos, principalmente a fúria do povo indígena. As terras mineiras eram ocupadas por dezenas de povos indígenas. Na região nordeste, os povos mais comuns eram os Maxacalis, Tocoíós, Namimiquins, Aimorés, Pojichás, Paruntus e outros. Com o ciclo do ouro em decadência, por volta de 1724 foi encontrado diamante onde hoje é a cidade de Diamantina. Até hoje se exploram diamantes na região, principalmente no Vale do Jequitinhonha. Com a descoberta dessas riquezas, multidões se deslocaram das capitânicas da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro para a região, abandonando seus engenhos, lavouras, rebanhos e tudo mais. Índios e negros foram usados nesta atividade exploratória. De acordo com os mesmos autores, as riquezas do diamante é que foram responsáveis pelo povoamento da região nordeste de Minas Gerais.

Não só a região, mas todo o estado absorveu maior população de negros, devido ao grande número de escravos contrabandeados para o trabalho nas minas. Os escravos eram trazidos da costa africana, principalmente de Angola, Congo, Moçambique e Benguela. A população mineira foi ficando diversificada em sua composição étnica, com maioria de mestiços, mulatos e cafuzos (negros e índios). Apesar de todo o trabalho brutal e discriminação, a cultura mineira foi a que mais assimilou traços da cultura africana e indígena (Alves et al., 1996).

Depois da mineração, prevaleceu a pecuária. Surgiram, ainda, as lavouras de subsistência, cultivando milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar e algodão. Mas, o enfraquecimento dessas culturas fez com que esses produtos se tornassem escassos na região e a preços muito altos, contribuindo, assim, para que a vida na região ficasse mais difícil.

Em 1970, foi criada a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE), com o intuito de melhorar a qualidade de vida e desenvolver a região. Porém, o desenvolvimento ainda era muito limitado. Ribeiro (1997 :7) argumenta que: *“O Jequitinhonha desapareceu na história para emergir nos projetos públicos dos anos 70 como o “Vale da Miséria”, famoso pela exportação de trabalhadores não-qualificados para o Sudeste do Brasil, produtos de muita cultura, mas absolutamente “carentes”.*

Outras culturas, como a cafeicultura e reflorestamento de eucalipto, também foram introduzidas, mas acompanhadas de mais problemas que soluções. A falta de infra-estrutura e urbanização, mão-de-obra barata e mínimas condições de vida, continuavam a dificultar a vida da população do Vale (Alves et al., 1996).

Estudos desenvolvidos por Bosco & Jordão Netto (1967) sobre migrações para o estado de São Paulo observaram que diversas companhias particulares passaram a resgatar, nos anos de 1930, nas regiões do nordeste do

país e no norte de Minas, trabalhadores para suprir o déficit de mão-de-obra que se fazia sentir nas regiões paulistas e paranaenses. A ampliação e a abertura de novas rodovias possibilitaram a articulação dos mercados regionais (Balan, 1973) e ao mesmo tempo, permitiram o movimento de grandes levas de baianos e mineiros para São Paulo (Bosco & Jordão Netto, 1967). Os mesmos autores ressaltam que o estado da Bahia e toda Minas Gerais foram os grandes fornecedores de mão-de-obra para esta região.

No contexto das migrações internas no Brasil, tendo em conta as duas vertentes – centros urbanos e regiões de fronteiras agrícolas – no processo de desenvolvimento capitalista, o estado de Minas Gerais foi o principal exportador de trabalhadores (Brito & Souza, 1995). Para os mesmos autores, São Paulo, Rio de Janeiro (centros urbanos), Paraná e centro-oeste (fronteiras agrícolas) constituíram as principais regiões de destino dos mineiros. Os autores destacam a importância também das migrações intra-estaduais, isto é, dentro do próprio estado.

No âmbito das migrações temporárias dos trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha em direção às fronteiras agrícolas do centro-sul do Brasil, no período de 1950 à 1990, Ribeiro (1993) constatou que o esgotamento ou fechamento das fronteiras implicava no retorno dos migrantes aos seus lugares de origem. Para Ribeiro (1993), existe uma “(...) *enorme força das relações dos lavradores com a terra, o peso das regras da herança e da exclusão, a vitalidade e equilíbrio dos sistemas de produção (...) Os lavradores vão a São Paulo em momentos bem definidos, por razões bem precisas e em idades muito determinadas*” (Ribeiro 1993:30)

Outro aspecto importante desta região do nordeste mineiro é a condição em que os trabalhadores estavam submetidos: agregados e sitiantes. De acordo com Ribeiro (1993), a condição de agregado não dava o direito à posse da terra,

mas sim a permissão de nela plantar. Porém, esta situação implicava, de certo modo, numa migração permanente, visto que as possibilidades de serem retirados da terra eram muito maiores. Já na condição de sitiante, a presença dos membros da família no local era a condição de retorno e de acumulação e reprodução familiar.

Em outro trabalho, também realizado na mesma região do Alto Jequitinhonha, Ribeiro & Galizoni (2000) observaram a existência de uma relação entre o fenômeno migração e a terra, quer dizer, a saída dos trabalhadores rurais estaria condicionada aos aspectos de reprodução familiar, aos aspectos produtivos e à questão ambiental do lugar.

“Esses migrantes eram ao mesmo tempo atraídos e empurrados para a selva. Viajavam seduzidos pela liberdade de ocupação das terras da mata e por sua prodigiosa abundância, mas partiam também, expulsos pelo crescimento populacional e esgotamento ambiental das suas regiões de origem” (Ribeiro, 1997:5).

Estudos desenvolvidos no estado de Minas Gerais têm mostrado uma inversão no comportamento da região sudeste brasileira, pois, historicamente, esta região foi a grande responsável pelo deslocamento de mão-de-obra. Trabalho desenvolvido por Carvalho et al. (1998) constatou que, no âmbito das migrações de retorno, cerca de 387 mil imigrantes voltaram para a unidade de federação de origem. Porém, quando analisada a origem dos imigrantes, os autores observaram que grande parte dos retornados (52, 2%) não era proveniente do município de destino. Outro estudo desenvolvido por Ribeiro & Carvalho (1999), também no âmbito das imigrações para o estado de Minas no período de 1981-1991, tendo em conta o município de origem, constatou que 184.805 dos imigrantes regressaram para seus lugares de origem e 201.756 se direcionaram para municípios não de origem.

3.6.2 O município de Medina

O município de Medina está localizado na microrregião do Médio Jequitinhonha e possui uma área de 1.477 km², com população estimada em 21.616 habitantes (dados preliminares do IBGE para 2002). Faz fronteira ao norte com os municípios de Cachoeira do Pajeú, Pedra Azul e Santa Cruz de Salinas; ao sul com os municípios de Itinga e Itaobim e a oeste com o município de Comercinho.

Apesar de sua extensa área territorial, nota-se que o perímetro urbano é relativamente pequeno e desprovido de uma boa infra-estrutura. Existem muitas ruas sem calçamento, redes de esgoto e energia elétrica, principalmente nos bairros mais afastados.

O centro comercial está localizado na parte mais baixa da cidade – parte plana - onde funcionam duas agências bancárias e a maior parte dos estabelecimentos comerciais do município: bares, restaurantes, lojas, dois hotéis, pensões, mercado municipal, discotecas e outros. A feira municipal é o evento que mais movimentava o centro da cidade. Ela acontece todos os sábados, quando os pequenos produtores trazem seus produtos para serem comercializados. O movimento é muito grande, devido à demanda por produtos *in natura* e o mercado se torna pequeno e até as ruas e praças se tornam cenário deste tipo de comércio. O movimento é mais intenso nos horários de 09:00h às 11:00h e na primeira quinzena do mês (período de pagamento). Neste período, ficam praticamente intransitáveis as redondezas do mercado. A grande demanda pelos produtos provenientes da produção familiar se deve à qualidade, origem e preço dos produtos. Há uma preferência tão grande que percebe-se uma certa conscientização por parte da população e mesmo dos outros produtores que não comercializam, em incentivar esta prática, ajudando-se mutuamente.

É no centro que estão as igrejas católicas, protestantes e demais e o único hospital da cidade que atende a emergências e internações. A praça principal é o palco de praticamente todas as manifestações culturais, religiosas, políticas e cívicas. Nesta praça existe um ponto de táxi e mototáxi, que asseguram o transporte daqueles que podem pagar, já que o município não possui linha de ônibus coletivo urbano, o que dificulta a vida dos cidadãos medinenses, pois as distâncias são longas para serem percorridas à pé. Outros recorrem às bicicletas, transporte muito comum e acessível na cidade.

As sedes da prefeitura e câmara municipal também estão localizadas no centro. A política do município segue uma linha conservadora, em que duas famílias, há dezenas de anos, administram a cidade. Este tipo de política, típica de municípios pequenos, é consequência dos princípios que nortearam a formação econômica brasileira.

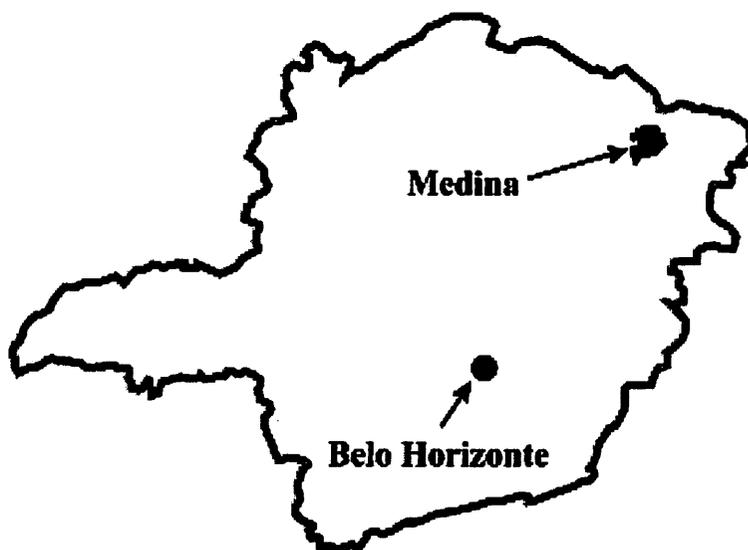
Observou-se que não há nenhum tipo de relação entre prefeitura municipal e STR de Medina. No entanto, existe uma estreita relação com a câmara municipal, que conta com um vereador membro do Sindicato. Outras instituições públicas, como o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), têm trabalhado em conjunto pelo bem estar dos trabalhadores rurais.

A organização sindical do município obedece a oito setores representados por oito comunidades rurais com suas respectivas associações comunitárias: Bidó, Roça do Mato, Limeira, Rochedo, Gameleira, Aredó, Campo Lindo, Pé da Ladeira, povoado General Dutra e distrito Puparecê.

A área urbana também é organizada por setores, cada um com sua associação comunitária: Bonfim, São José, São Geraldo, Santo Antônio e Nossa

Senhora Aparecida. Dessa forma, cada setor tem sua representação e fica mais fácil debater com a administração sobre suas necessidades.

É uma cidade receptiva e hospitaleira, interessada em crescer e em receber novas experiências, características estas notadas pelo interesse em apoiar pesquisas que visem acumular dados que possam resultar em políticas públicas para o desenvolvimento local.



O nome Medina foi dado em homenagem ao seu fundador, o espanhol Leandro de Medina, que chegou à região em 22 de maio de 1824. Antes de se chamar Medina, o município se chamou Santa Rita de Itinga; Santa Rita de Araçuaí e Santa Rita de Medina. A emancipação do município, até então vila, se deu em 17 de dezembro de 1938, mas só em janeiro de 1939 foi oficialmente reconhecida. Somente em 1945 houve eleições municipais, quando compôs-se o poder legislativo da cidade. São tradicionais as festas religiosas, principalmente

a de Santa Rita de Cássia, padroeira da cidade, realizada anualmente no dia 22 de maio. Toda a população se empenha e se envolve nesta festividade (Souza, 2001; Medina, MG, 2000).

A Tabela 10 mostra a distribuição da população no município de Medina, por sexo e área de residência, ao longo dos anos de 1970 até 2002. Nota-se uma certa estabilidade da população residente no município, não havendo grandes oscilações neste período. Pelos números pode-se depreender que a população medinense se concentrava, em sua grande maioria, no período de 1970 até o ano de 1980, na área rural. Esta concentração da população na área rural se justifica pelo próprio povoamento inserido num contexto de transformações da sociedade brasileira. A história de migrações no estado de Minas Gerais é marcada por uma diversidade de mobilidade espacial, destacando-se: imigração de escravos e europeus; migração de índios, dentro do próprio estado para se protegerem de perseguições e invasões, e migrações de trabalhadores urbanos e rurais em direção a grandes centros urbanos ou novas terras.

Percebe-se também, a partir de 1970 até o ano 2000, um crescimento considerável da população urbana, da ordem de 81,50%. Com relação à população rural, percebe-se que, a partir da década de 1970 até 1996, ela passou a ter um movimento decrescente, da ordem de 42,32%. Porém, no período de 1996 a 2000, a população rural passou de 6.848 pessoas para 7.148, um crescimento de 4,38%. Se comparamos este crescimento por sexo, havia, no período de 1996, 3.609 homens residentes em área rural e, em 2000, passou para 3.829. No caso das mulheres, o crescimento foi bem mais tímido, apenas 80 pessoas.

TABELA 10. População residente no município de Medina, MG, período de 1970 a 2002

Sexo	Situação	Ano					
		1970	1980	1991	1996	2000	2002 (1)
Feminino	Urbana	4.257	5.781	6.845	7.152	7.356	-
	Rural	5.682	5.423	3.986	3.239	3.319	-
Masculino	Urbana	3.728	5.400	6.341	6.818	7.137	-
	Rural	6.190	6.105	4.588	3.609	3.829	-
Total da população		19.857	22.709	21.760	20.818	21.641	21.616

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo demográfico de 2000

Nota: para o anos de 1970, 1980 e 1991: - Dados da Amostra; para o ano de 1996: - Dados da Contagem da População. (1) Dados preliminares

Conforme dados de 1991 (Tabela 11), (FIBGE, 2002), os setores que mais absorvem mão-de-obra em Medina são o agropecuário, extração vegetal e pesca, com 4.499 pessoas ocupadas, ou seja, 53,77% do total. Dentro desse setor, destaca-se a pequena produção agrícola, responsável pela grande absorção de mão-de-obra temporária. Em seguida, vem a indústria e o comércio, com 1.022 e 596 pessoas, respectivamente. O comércio teve um crescimento significativo, devido à urbanização e alocação da renda dos idosos aposentados, proveniente dos benefícios previdenciários. A indústria absorve também mão-de-obra de outras cidades da região, principalmente o setor de beneficiamento dos produtos de extração mineral. O setor de transporte é representado por taxistas (carros e motos), ônibus da cidade para a zona rural e vice versa (não há transporte coletivo urbano); peruas, animais de montaria e charretes. O único setor de comunicação que absorve mão-de-obra em Medina é a Empresa Brasileiro de Correios e Telégrafos (ECT). Os outros serviços são representados

por instituições do governo, escritórios, hotéis, escolas, ONGs, sindicatos, administração pública e outros.

TABELA 11. População ocupada por setores econômicos no município de Medina, 1991

Setores	Número de Pessoas
Agropecuário, extração vegetal e pesca (1)	4.499
Industrial (2)	1.022
Comércio de mercadorias	596
Transporte e comunicação	203
Outros serviços (3)	2.047
TOTAL	8.367

Fonte: Fundação Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, Censo demográfico 2000 (FIBGE, 2002)

(1) Dado retirado da SME, 2000 (Apostila elaborada pela Secretaria Municipal de Educação).

(2) Inclui indústria de transformação, construção e outras atividades industriais.

(3) Inclui prestação de serviços, social, administração pública, serviços auxiliares de atividades econômicas e outras atividades.

Com relação à produção do município em lavoura temporária, há que se destacar a produção anual de mandioca, cana, milho, tomate e feijão, com R\$2.925.000,00; R\$288.000,00; R\$203.000,00; R\$200.000,00; R\$140.000,00, respectivamente (Tabela 12). Estes produtos são, justamente, oriundos, em sua grande maioria, das lavouras dos pequenos agricultores aposentados. Normalmente são utilizados no consumo familiar e o excedente é comercializado na feira municipal, aos sábados, na cidade. Com relação à cultura permanente, destacam-se as produções de manga, café, laranja bananas. Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação de Medina, MG (2000), para a prática das atividades agrícolas são utilizados 4.698 hectares de terra, dos

quais, na prática da lavoura permanente, são usados, aproximadamente, 933 ha e na lavoura temporária, cerca de 3.765 ha. Além da lavoura, o município possui atividades de pecuária, onde se destacam os rebanhos bovinos, galináceos, suínos e eqüinos (Tabela 13).

TABELA 12. Principais produtos agrícolas da lavoura temporária, 2001

Produto agrícolas	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor da produção (Mil reais)
Lavoura temporária				
Abacaxi (1)	2	54	27.000,00	45,00
Alho	6	10	1.666,67	30,00
Arroz (em casca)	139	63	453,24	19,00
Cana-de-açúcar	450	14.400	32.000,00	288,00
Fava (em grão)	30	35	1.166,67	21,00
Feijão (em grão)	1.000	117	117,00	140,00
Fumo (em folha)	150	100	666,67	100,00
Mamona (baga)	27	41	1518,52	21,00
Mandioca	450	8.357	18.571,11	2.925,00
Milho (em grão)	580	810	1.396,55	203,00
Tomate	5	250	50.000,00	200,00
Lavoura permanente				
Abacate (1)	3	7	2.333,33	1,00
Banana)	35	220	6.285,71	110,00
Café (em coco)	400	275	687,50	248,00
Côco-da-baía	12	30	2.500,00	15,00
Laranja (1)	20	320	16.000,00	192,00
Manga (1)	40	500	12.500,00	333,00
Maracujá (1)	5	88	17.600,00	28,00

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo Agropecuário 2000 (FIBGE, 2002).

Produção agrícola municipal: (1) Produção em mil frutos e rendimento em frutos/ha; (2) Produção em mil cachos e rendimento em cachos/ha.

TABELA 13. Pecuária - Principais efetivos no município de Medina, 2000

Especificação	No. de cabeças
Asininos	732
Bovinos	42.304
Bufalinos	498
Caprinos	280
Eqüinos	2.645
Galináceos	12.771
Muare	1.840
Ovinos	1.510
Suínos	2.887

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo Agropecuário 2000 (FIBGE, 2002).

Produção agropecuária municipal

As terras do município são utilizadas, basicamente, para lavouras temporárias e permanentes ou pastagens naturais ou plantadas. Existem ainda, matas, florestas naturais e florestas artificiais, terras produtivas não utilizadas e terras inaproveitáveis.

O agricultor familiar, que produz para consumo próprio e comercializa o excedente na feira do município, pratica também o beneficiamento de produtos como farinha, carne de sol, doces, produção de cachaça e outros. Outra prática comum é a do artesanato. Usando bambus, fibras e madeira produzem cestas, armarinhos, balaios, fruteiras, brinquedos, esculturas e muito mais.

Estes agricultores estão organizados em associações comunitárias, num total aproximado de 24 grupos, com uma média de 37 membros por associação. Estas associações funcionam como “*delegacias*” do Sindicato local. A diretoria destas associações é que responde, junto à comunidade, sobre quaisquer

assuntos. Graças a esta organização é que foi possível eleger um vereador representante da classe trabalhadora rural medinenses.

Percebe-se, ainda, uma grande participação feminina nas ações sindicais. Dessa forma, além de darem sua contribuição, encontram apoio e esperança de um dia se aposentarem e terem firmados os seus direitos de cidadãs. A sindicalização da mulher rural vem fortalecer ainda mais a categoria, pois, antes, ela não constava na lista de beneficiários e seu trabalho estava relegado ao esquecimento. No entanto, hoje, por meio da aposentadoria, tem sua independência financeira e mais consciência da importância de sua participação nos trabalhos sindicais.

Outra instituição que vem auxiliando em muito as famílias e as comunidades rurais é a Escola Família Agrícola (EFA)² de Itaobim, município próximo a Medina. Esta escola, diferenciada das escolas tradicionais, utiliza de uma pedagogia específica, a de alternância entre o meio sócio-profissional e o centro escolar, isto é, o tempo é dividido entre o período de formação na escola e o período com a família. Com o objetivo de dar formação sem afastar o jovem de sua realidade rural domiciliar, promove a inclusão de conhecimentos no ambiente de origem e não de exclusão como a escola regular, fortalecendo o elo do aluno com suas raízes.

Os movimentos de cunho religioso, como a Pastoral da Criança, também têm sido de grande ajuda para as famílias rurais. São trabalhos sociais que orientam, principalmente as mulheres, por meio de cursos, palestras sobre meios alternativos de manutenção da saúde, da auto-estima, do trabalho e mais.

² “Uma EFA é uma associação de famílias, pessoas e instituições que buscam solucionar a problemática comum da evolução e do desenvolvimento local através de atividades de formação, principalmente dos jovens...”, definição apresentada por Pedro Puig Calvó, Diretor Técnico da Solidariedade Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural –SIMFR, no 1º Seminário internacional realizado em Salvador – Ba, 23 a 25 de novembro de 1999.

Apesar das circunstâncias adversas, tanto para o acesso à terra quanto para a produção e comercialização, o agricultor familiar tem sustentado sua família e ainda contribuído para o fortalecimento da categoria e para o desenvolvimento do município.

A escolha da área de pesquisa, mais precisamente o município de Medina, é justificada pelas características da região. O município está situado numa região de perfis sócio-econômicos e culturais peculiares ao pesquisador, que é de origem africana (Moçambique) e se identificou com os traços étnicos, culturais e econômicos da região. O estado de Minas Gerais, principalmente a região do Vale do Jequitinhonha, foi palco de grandes movimentações populacionais oriundas do tráfico negreiro de países da costa africana. Na pré-escolha foram levados em consideração também os números publicados pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (ANFIP), já que Medina faz parte de um grupo de municípios do Brasil que têm valores de benefícios (aposentadorias) superiores ao Fundo de Participação Municipal e ao valor de arrecadação previdenciária do município. Outro aspecto de realce e que muito pesou na escolha do município é a parceria existente entre a Universidade Federal de Lavras (UFLA), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina (STR) e o Instituto de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Vale do Jequitinhonha (ITAVALE), que permitiu e assessorou a realização da pesquisa, tornando-se indispensável para o bom êxito da mesma.

O interesse mútuo entre Sindicato e pesquisador na temática em questão pesou também na escolha do município, que tem necessidades de políticas públicas voltadas para este segmento social. A idealização do trabalho não é apenas de ordem acadêmica, mas também uma contribuição social para as reivindicações da categoria representada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil do aposentado rural residente no município de Medina, MG

A Tabela 14 apresenta a distribuição dos aposentados entrevistados no município de Medina. Percebe-se que 64,9% dos aposentados residem na zona rural e menos da metade (35,14%) reside na zona urbana. Quando comparados por sexo, tanto na zona rural quanto na urbana, as mulheres são a maioria. Num total de 41 mulheres pesquisadas, 34,15% estão residindo na zona urbana e 65,85% na zona rural. Entre os 33 homens, 36,36% estão na zona urbana e 63,64% na rural.

TABELA 14. Distribuição dos aposentados por área de residência e por sexo

Aposentado	Área de residência		Total
	Urbano	Rural	
Homens	12	21	33
Mulheres	14	27	41
Total	26 (35,14%)	48 (64,86%)	74 (100%)

Fonte: dados da pesquisa, 2º semestre de 2002

O Censo de 2000 considera que houve um crescimento da população rural do município, no período de 1996 a 2000 (IBGE, 2002). Em 1996 havia, em Medina, 6.848 pessoas residindo na área rural e, em 2000, o número passou para 7.148 habitantes. Fatores deste crescimento podem estar relacionados com o número de nascidos no período, às próprias aposentadorias, que permitem ao

idoso continuar na zona rural com mais segurança econômica e, ainda, em menor escala, à reforma agrária, entre outros.

Com relação ao estado civil, percebe-se, na Tabela 15, que mais de 71% dos entrevistados são casados, 19% são viúvos e apenas 9% são solteiros. O índice de viúvos é relativamente alto, pois a média de idade dos idosos aposentados também é alta, conforme mostra a Tabela 16.

TABELA 15. Estado civil dos aposentados

Estado civil	Total	%
Casados (as)	53	71,62
Viúvos (as)	14	18,92
Solteiros (as)	7	9,46
Total observado	74	100

Fonte: dados da pesquisa, 2º semestre de 2002.

Ainda na Tabela 16 observa-se a frequência das idades dos aposentados, ficando a média em torno de 67 anos. Porém, o bloco de concentração de idosos está na faixa entre 61 e 75 anos (71,61%); com 32% no intervalo de 61 a 65 anos; 24% na faixa de 66 a 70 anos e; aproximadamente, 15% de 71 a 75 anos.

TABELA 16. Idade dos aposentados

Idade dos aposentados (anos)	Total	%
Menos de 61	9	12,16
De 61 a 65	24	32,43
De 66 a 70	18	24,32
De 71 a 75	11	14,86
De 76 a 79	9	12,16
Acima de 79	3	4,05
Total observado	74	100

Fonte: dados da pesquisa de campo, 2º semestre de 2002

Observando a Tabela 17, notar-se-á que 85% disseram ter filhos e apenas 13% disseram que não. Dos aposentados casados (Tabela 15), apenas 5,7% alegaram não ter filhos por razões de saúde. Quanto aos demais, a frequência foi de solteiros que, ao longo da vida jovem e adulta não tiveram nenhum tipo de vínculo conjugal ou nascimento de filhos. Para uns, foi por opção de vida e outros pela natureza da criação familiar, que os levou a se dedicarem somente à roça. Este fenômeno de celibato é comum no campo, uma vez que, movidos pela responsabilidade de cultivar a terra, cuidar dos irmãos mais novos em caso de morte dos pais e outras ocupações, alguns não se casavam. Com a evidente masculinização jovem do campo, devido ao fato de as mulheres jovens estarem abandonando a área rural em busca de melhores condições de trabalho, o celibato tende a continuar acontecendo, principalmente entre os homens. Como já mencionado, a população rural tende a sofrer modificações demográficas importantes: mais mulheres idosas no campo e mais homens jovens.

“(...) Oh, moço, a nossa vida foi sempre dura, no cabo da enxada e nossos painho obrigava a gente trabalhar no duro. Num tinha moleza não. Hoje estou velho, sinto falta duma companheira. Olha como a casa está ...” (J.P.S., aposentado Medina).

TABELA 17. Número de filhos nas famílias do aposentados

Nascimento de filhos	Total	%
Aposentados com filhos	63	85,14
Aposentados sem filhos	11	14,86
Total observado	74	100

Fonte: dados da pesquisa de campo, 2º semestre de 2002.

A presença de filhos e outros membros da família nas atividades de manutenção e reprodução é a condição essencial para o equilíbrio entre a produção e consumo. A reprodução da sociedade rural tem encontrado na herança a possibilidade de integridade da terra como área de produção familiar, mesmo enfrentando adversidades e falta de infra-estrutura. O processo de partilha e herança da terra não se submete apenas às forças da lei, mas também a critérios próprios de cada família ou região. A passagem da terra para a geração jovem é um fator essencial para a continuidade do setor familiar rural.

A agricultura familiar, com base na exploração de mão-de-obra da família, utiliza todos os recursos humanos existentes na instância social de reprodução, onde homens e mulheres se empenham de igual modo nas tarefas da roça. As mulheres, no entanto, têm trabalho dobrado, uma vez que suas atividades domésticas não são computadas, acarretando, assim, uma jornada de trabalho maior que a dos homens. Neste cotidiano de árdua labuta, homens,

mulheres, jovens, idosos e outros parentes domiciliados contribuem com seu suor, indistintamente, conforme relato a seguir:

“(...) todos nós trabalha. Não tem diferença entre homem e mulher; pra sobreviver tem que trabalhar. Hoje as coisas mudaram muito: os meninos têm transporte pra ir na escola, a aposentadoria ajuda as despesas de comer... Mudou mesmo!” (J.P.S., aposentado Medina).

O depoimento acima é válido também para o fator escolaridade (Tabela 18), pois, de acordo com a maioria dos aposentados, eles não freqüentaram a escola porque os pais não deixavam os filhos estudarem. Eles tinham que ajudar no trabalho da roça para obtenção do sustento da família. Para outra parte, o acesso à escola ficou dificultado pelo fato de, na época, não existirem escolas públicas na região e por estas estarem distantes das comunidades rurais.

“(...) não tinha jeito de estudar. O trabalho na roça e escola longe, como é que fica? Se fosse pra ir pra escola perderia muito tempo. E o serviço da roça? Para nosso pai valia mais cabo de enxada porque tinha feijão, milho, mandioca, cana, abóbora, criação, pé de manga, jaca, horta, abacaxi, melancia para alimentar o povo. Meu filho, nós trabalhou muito, graças a Deus!” (P.C., aposentado Medina).

Existe, de fato, um alto índice de aposentados rurais que não freqüentou a escola (65%), conforme a Tabela 18, contra os poucos que tiveram a oportunidade de freqüentar pelo menos um semestre de aulas.

TABELA 18. Frequência dos aposentados à escola

Frequência a escola oficial	Total	%
Sim	26	35,14
Não	48	64,86
Total observado	74	100

Fonte: dados da pesquisa de campo, 2º semestre de 2002.

Dos aposentados que não freqüentaram a escola na fase jovem ou adulta (48), 40% deles sabem assinar o nome; 52% não sabem ler nem escrever, contra somente 2% que sabe (Tabela 19). Este baixo índice de escolaridade no meio dos aposentados está relacionado a dois fatores: o uso da mão-de-obra familiar, pois, segundo os aposentados, os pais precisavam dos filhos para tocar a roça e as dificuldades financeiras para custear os estudos, porque na região não existia escola pública e nem havia transporte para se locomoverem da roça para a cidade. Em Medina, a média de freqüência à escola pelos idosos aposentados rurais é de 2,54 anos.

TABELA 19. Aposentados que não freqüentaram o ensino oficial

Grau de instrução	Total	%
Não sabe ler nem escrever	25	52,08
Sabe assinar o nome	19	39,58
Sabe ler um pouquinho	3	6,25
Sabe ler e escrever	1	2,08
Total observado	48	100

Fonte: dados da pesquisa de campo, 2º semestre de 2002.

“Nosso pai só pensava nele, não queria saber da escola. Ele falava que escola não dava comida nem roupa. Então, a gente tinha que trabalhar suando pra comer e vestir. Ele era muito difícil. Ele mora ali, pergunta pra ele, por que não deixava nós estudar?” (M.S.S., aposentado Medina).

“Painho não deixava ir pra escola porque tinha medo que nós ia escrever carta para nossos namorados. Ele falava que lugar de filho é na roça que a cidade estava cheia de coisas amaldiçoadas” (S.A.J., aposentada Medina).

“Nós era pobre, como ia estudar? Tinha que tocar esta terra de Deus para ter algum em troca. A escola tinha que pagar e nosso pai não tinha dinheiro e nem transporte não existia igual hoje. Ficava muito difícil e a gente só tem que agradecer a Deus por ter essa lavoura e este dinheiro que é fruto do nosso trabalho de roça. Mas hoje, eu dei um pouco de estudo para esses menino.” (J.S., aposentado Medina).

O perfil dos idosos aposentados rurais de Medina revela homens e mulheres humildes, com pouca instrução, mas lutadores, em busca de sonhos e aspirações bem modestas, como garantir o sustento da família com sua pequena produção. Estas características levam à necessidade de maior atenção por parte do poder público e organizações não governamentais, com relação a estas pessoas, principalmente quanto à educação e saúde.

4.2 Condições sócio-econômicas dos aposentados rurais de Medina

4.2.1 A prática das atividades rurais

Dos aposentados em estudo, apenas 2,7% não realizam práticas agrícolas, enquanto que os demais continuam tocando a roça. A quase totalidade (97,3%) dos aposentados rurais continua trabalhando. Segundo pesquisa feita por Almeida & Freitas (2002), baseada nos dados do PNAD 98 (microdados), os aposentados rurais brasileiros que continuam trabalhando na roça representam 30,06% do total e os que não mais trabalham, 43,75%. Considera-se grande o número de aposentados rurais que continuam trabalhando mais de 49 horas semanais, o que, além de ilegal, pode causar sérios problemas de saúde, principalmente a pessoas com idade avançada. O expressivo número detectado nesta pesquisa é ainda mais alarmante e pode ser explicado de diversas formas, inclusive pela relação triangular entre trabalho, família e terra. A expressão “aposentadoria”, para o trabalhador rural não significa “parar” suas atividades agrícolas, mas sim uma esperança de poder complementá-las. Conforme Camarano (2001), a explicação para o grande número de aposentados trabalhando está na oferta do mercado de trabalho, como já exposto, aliada ao aumento da longevidade, cada vez mais comprovada.

A continuidade da atividade agrícola está diretamente relacionada às várias condições de acesso à terra, conforme mostra a Tabela 20. Os dados da Tabela mostram que mais de 72% dos aposentados não são proprietários da terra onde desenvolvem suas atividades rurais; apenas 27% dos aposentados rurais têm o título da terra. Estes últimos afirmam que a aquisição da terra foi consequência de heranças e várias partilhas.

A grande maioria tem acesso à terra na condição de parceiro e 38% dos aposentados rurais continuam trabalhando na roça porque algum fazendeiro,

parente ou vizinho abriu seu espaço físico para plantio e residência dos mesmos sob certas condições. Razão pela qual a prática agrícola envolve todo um ambiente distinto, onde as relações de produção, o acesso à terra e as relações de vizinhança no meio comunitário vão muito além do espaço na unidade produtiva, de forma que se estabelece um equilíbrio no seio das famílias.

O número elevado de aposentados sem o domínio da terra, isto é, não proprietários de terra, pode ser explicado pela própria história de ocupação das terras no estado de Minas Gerais.

“O domínio de uma terra no nordeste de Minas podia garantir fartura, poder, prestígio, conforto e serviço alheio. (...) O domínio da terra criou a fazenda e sua origem no Jequitinhonha. (...) Os fazendeiros ocupavam terras, do mesmo modo que os posseiros, extraíam das matas abundâncias que acreditavam sem fim, usavam as mesmas técnicas e produtos dos posseiros. (...) As fazendas eram cheias de moradores, os agregados, que plantavam e criavam com muita liberdade nas terras da fazendas. (...) Os fazendeiros cediam terra para o morador, em troca exigiam o respeito às suas ordens e domínio” (Ribeiro, 1996:20-21).

De acordo com o mesmo autor, os fazendeiros, pela própria natureza de ocupação da região, criavam normas e mecanismos de modo a permitir o uso da terra por parte dos moradores. E com o passar do tempo *“(...) as fazendas iam se esparramando em terras de fronteiras”* (Ribeiro, 1997: 120). Desta forma podemos entender que o acesso à terra na condição de parceiro, meeiro, agregado ou outro tipo de dependência está correlacionado à história do povoamento regional.

Com relação aos pequenos proprietários de terra, a história se repete. Para a região não só migraram e se estabeleceram pessoas detentoras de bens, mas também pobres colonos, que usavam a sua própria mão-de-obra para lavrar a terra (Ribeiro, 1996). Esta relação intrínseca entre o trabalho e a mão-de-obra é regulamentada até nos dias de hoje, a partir do poder do responsável da família, em que a sucessão e herança constituem elementos fundamentais no seio dessas famílias. Uma das estratégias das famílias rurais dessa região é a migração, pois o crescimento da família e a partilha da terra estão intimamente correlacionados. A busca de outro trabalho, às vezes, é sinônimo de conversão de mais terra para a família.

TABELA 20. Condições de acesso à terra para a prática agrícola

Condições de acesso	Total	%
Pequeno proprietário	20	27,03
Parceria	28	37,84
Cedido	13	17,57
Posseiro	4	5,40
Meeiro	5	6,76
Comodato	3	4,05
Agregado	1	1,35
Total observado	74	

Fonte: dados da pesquisa de campo, 2º semestre de 2002

Pelos dados da Tabela 21, nota-se que os aposentados que não são proprietários (72,97%) usam áreas com tamanho inferior a 39 hectares, enquanto que os pequenos proprietários rurais têm uma área relativamente maior, usada juntamente com outros parentes. A média de área que abarca este grupo de não proprietários é de 21,05 hectares.

TABELA 21. Tamanho das terras agrícolas usadas por aposentados

Área (hectares)	Total de aposentados por faixa	%
menos de 39	54	72,97
de 40 a 78	15	20,27
de 79 a 117	3	4,05
de 118 a 156	1	1,35
de 157 a 195	1	1,35
Total observado	74	100

Fonte: dados da pesquisa de campo, 2º semestre de 2002

Nestas terras desenvolvem-se atividades de pecuária, produção artesanal, extrativismo e lavoura, sendo a mandioca, feijão e milho as culturas mais frequentes das famílias dos aposentados. As frutíferas e a prática de horta são também atividades bastante comuns nas unidades produtivas dos aposentados. A presença de pequenos animais, como galinhas, é bastante comum (96%), seguida da criação de porcos (38%). Poucos são os que criam gado de leite e de corte, respectivamente 12% e 5% dos aposentados. Com relação ao extrativismo vegetal, 62,16% dos aposentados fazem a coleta de lenha para consumo doméstico.

A grande concentração de terras em Medina, ou seja, propriedades acima de 1.000 hectares, representa menos de 2% do total de estabelecimentos agropecuários. A grande maioria (63%) é composta por pequenos proprietários de terra, em estabelecimentos com menos de 100 hectares. Os demais pequenos produtores rurais, ou seja, agricultores familiares, fazem a prática das atividades rurais por meio de outras condições de acesso à terra, nomeadamente: arrendatários, posseiros, meeiros, parceiros, agregados e assentados. A forma

mais comum é a relação de parceria, em que os agricultores familiares se submetem a contratos com os donos das terras.

Com relação ao destino da produção de suas lavouras, os dados mostram que todos os aposentados em plena atividade de roça usam seus produtos para o consumo familiar. Para além do consumo, apenas 31,08% deles fazem a comercialização dos seus produtos na feira do município. Os dados a seguir (Tabela 22) identificam as faixas de valor médio mensal que os aposentados rurais conseguem obter como fruto do trabalho familiar na roça.

Mais da metade dos que comercializam conseguem obter aproximadamente R\$50,00 por mês. Os que estão acima deste valor não só fazem a venda de produtos *in natura* como também de produtos processados artesanalmente, como farinha de mandioca, farinha de milho, doces, fumo, carne de sol, cachaça, cerâmicas, bordados e outros. Analisando-se a Tabela 22, estima-se uma renda agrícola média de R\$54,23.

TABELA 22. Valor médio mensal comercializado em produtos agrícolas

Valor médio mensal (R\$)	Total de aposentados por faixa	%
menos de 50	12	52,17
de 51 a 70	5	21,74
de 71 a 90	2	8,70
acima de 90	4	17,39
Total observado	23	100

Fonte: dados da pesquisa, 2º semestre de 2002.

O valor obtido na comercialização pode ser explicado pela condição de acesso à terra, visto que aproximadamente 73% dos aposentados fazem uso da terra de alguma forma, de acordo com os proprietários. Um exemplo são os meeiros, com contratos agrícolas que dão o direito de fazer uso do solo para a produção agrícola mediante a repartição eqüitativa (meeiro e proprietário) dos produtos obtidos na lavoura. Um outro aspecto importante que influencia a renda na comercialização é a total dependência do setor aos fatores climáticos, de ordem pluviométrica que, por vezes, comprometem a produção. Mesmo frente às adversidades, é uma renda importante, que pode corresponder de 10% a até 60% do valor de uma aposentadoria rural (R\$200,00) e ainda promove ocupação temporária para outros trabalhadores rurais.

4.2.2 A Aposentadoria como fonte de renda

Do total de aposentados, 97,3% aposentaram por idade e somente 2,7% por invalidez e todos eles adquiriram o benefício através do Regime de Economia Familiar.⁴

Conforme a Tabela 23, a distribuição do tempo de recebimento do benefício rural se estende por um período de aproximadamente dez anos. Observa-se também uma distribuição regular no período de 1992 a 2002. Comparando-se as idades dos aposentados e o período de aposentadoria, nota-se que ocorreram alguns contratempos derivados de documentação, perícia, morosidade no processo, entrevista e outros. Após a instalação de um posto do

⁴ “A Previdência entende como Regime de Economia Familiar aquele cujo trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e que é exercido em condições de mútua dependência e cooperação sem utilização de empregados. É admitida ajuda eventual de terceiros, desde que num sistema de mútua cooperação (exemplo: multirão, troca de dias de serviços, etc.) sem a existência de remuneração”. Extraído de DEDER (2000).

INSS no município, os processos foram sendo agilizados e encaminhados regularmente.

TABELA 23. Tempo de recebimento do benefício rural

Tempo de recebimento (anos)	Total de aposentados	%
Menos de 3	15	20,27
De 3 a 5	14	18,92
De 5 a 8	11	14,86
De 8 a 10	16	21,62
De 10 a 12	16	21,62
Acima de 12	2	2,70
Total observado	74	100

Fonte: dados da pesquisa, 2º semestre de 2002.

4.2.3 A aposentadoria e a economia familiar no município de Medina

Do total das famílias de aposentados pesquisadas, nota-se que 59,78% delas (Tabela 24) apresentam pelo menos 2 aposentados, sendo eles 84,62% esposo ou esposa, 9,61% irmão ou irmã, 3,85% filho ou filha e 1,92% mãe. A presença de 2 aposentados na família perfazem uma renda fixa mensal de R\$392,00 (valor de cada benefício: R\$200,00; desconto de contribuição sindical por beneficiário R\$4,00) para cada família. Num caso bem distinto, observa-se uma família constituída por 4 irmãos solteiros aposentados, sem filhos e pequenos proprietários de terra, com casa própria, perfazendo uma renda de R\$784,00. A singularidade deste caso contribuiu para que a renda média mensal proveniente das aposentadorias rurais ficasse relativamente alta.

TABELA 24. Distribuição dos aposentados e valor do benefício por domicílio

Número de aposentados por domicílio	Numero de domicílios		Valor de aposentadoria por domicílio (R\$)
	Total	%	
1	25	33,78	196,00
2	44	59,46	392,00
3	4	5,41	588,00
4	1	1,35	784,00
Total observado	74	100	

Fonte: dados da pesquisa, 2º semestre de 2002.

Ao analisar-se o montante advindo desta renda, que é de R\$25.284,00 (produto do número de domicílios pelo valor de aposentadoria domiciliar), constata-se uma média de benefício rural no valor de R\$341,68, o que merece uma análise comparativa do peso desta fonte de renda na vida das famílias. A Tabela 25 representa esta comparação com outras fontes das famílias dos aposentados rurais de Medina e evidencia o grau de importância da aposentadoria rural no orçamento doméstico.

Segundo dados da pesquisa, as principais fontes de renda das famílias dos aposentados rurais de Medina são: a aposentadoria, a comercialização de produtos advindos da produção agrícola familiar e a pensão previdenciária. Como se observa na Tabela 25, a renda média obtida na comercialização agrícola é de R\$54,23 (mínima: R\$20,00; máxima: R\$120,00). Esta atividade econômica desenvolvida nas feiras semanais é bastante comum na região e uma das práticas da agricultura familiar para o incremento da renda. Há uma grande demanda pelos produtos oferecidos, devido à qualidade e preço.

As pensões por morte são a segunda principal fonte de renda das famílias em questão, já que são responsáveis por 33,56% nas famílias de Renda 1 e 36,92% nas famílias de Renda 3.

A primeira principal fonte de renda é a aposentadoria rural, responsável por mais de 50% da renda em todas as famílias. Esta fonte chega a representar 100% da renda de 50% do total de domicílios pesquisados. Conclui-se, pelos dados da Tabela 25, que a aposentadoria é a grande sustentação das famílias dos aposentados rurais de Medina.

TABELA 25. Principais fontes de renda familiar e o peso do benefício rural na família

Composição da renda nas famílias	Média mensal (R\$)	Total (R\$)	Peso da aposentadoria na renda familiar (%)
Renda 1			
Aposentadoria	341,68	595,91	57,34
Comercialização	54,23		
Pensão	200,00		
Renda 2			
Aposentadoria	341,68	395,91	86,30
Comercialização	54,23		
Renda 3			
Aposentadoria	341,68	541,68	63,08
Pensão	200,00		
Renda 4			
Aposentadoria	341,68	341,68	100,00

Fonte: dados da pesquisa, 2º semestre de 2002

Esta representatividade da renda oriunda dos benefícios previdenciários rurais vem confirmar os diversos estudos na área. Como já mencionado anteriormente, os idosos aposentados da área rural, em todo o território nacional, têm como renda principal, a aposentadoria, sendo que as mulheres e os homens têm, respectivamente, 69,8% e 54,5% da renda proveniente da aposentadoria. Trabalhos como os de Delgado & Cardoso (1999); Barros et al. (1999),

Camarano et al. (2002), Schwarzer (2000a) e muitos outros estudos mostram o papel social que as aposentadorias rurais têm desempenhado na economia das famílias dos idosos.

Dados do Censo 2000 do FIBGE (2002) revelam que os idosos da área rural apresentam uma renda de aproximadamente 40% da renda da área urbana. No estado de Minas Gerais, os idosos da área rural têm, em média, 63,7% do rendimento dos idosos das áreas rurais de São Paulo. Contudo, Kageyama (2001) ressalva que o peso das rendas não-agrícolas nas economias das famílias pode diferenciar de acordo com a região ou país. Porém, a mesma autora reconhece que as rendas não-agrícolas representam, em média, um montante razoável para as famílias agrícolas. No seu trabalho sobre as múltiplas fontes de renda não-agrícolas, ela identificou que as aposentadorias representavam 31% do total desta renda, podendo até atingir mais de 38%, dependendo da região do país.

A alocação da renda familiar tem uma relação direta com o número de agregados familiares, dependentes totais e parciais e a própria mobilidade social familiar e comunitária. A Tabela 26 mostra o número de membros residentes nos domicílios dos aposentados e que, de uma forma ou de outra, dependem desta renda fixa.

Analisando-se a concentração de membros por residência dos aposentados (Tabela 26), observa-se que mais de 78% das famílias possuem de 2 a 5 membros, desde parentes mais próximos como mãe, irmãos, filhos e netos, até os mais distantes (sobrinhos, cunhados, sogra, etc.). Em 74 residências dos aposentados soma-se um total de 148 membros, especificamente: 64, 86% de filhos; 21,62% de netos; 7,43% de irmãos; 2,03% de cunhados; 1,35% de noras, 0,68% de sogras; 1,35% de sobrinhos e 0,68% de mães dos aposentados. A presença mais comum de filhos e netos nessas residências deve-se ao grande

número de separações conjugais, mães solteiras que têm os pais aposentados como garantia de sustento, além de vários outros motivos.

TABELA 26. Número de membros por residência de aposentados

Número de membros	Número de residências	%
menos de 2	5	6,76
De 2 a 3	30	40,54
De 4 a 5	28	37,84
De 6 a 7	10	13,51
Acima de 7	1	1,35
Total observado	74	100

Fonte: dados da pesquisa, 2º semestre de 2002.

No Brasil, 62,4% dos idosos são chefes de família, ou seja, responsáveis pelo sustento da casa. Este número vem crescendo a cada ano e a mulher idosa aposentada já representa 37% desse total. Mais de 60% dos idosos brasileiros moram com ou sem cônjuges, mas com filhos ou outros parentes na mesma casa, segundo dados do Censo 2000 (FIBGE, 2002). Por outro lado, alguns aposentados que possuem casa própria ocupada por familiares na cidade migraram do meio rural por motivos de saúde, ausência de moradia própria na área rural, viuvez e outros fatores. Esta migração resulta em aumento de renda para a família que o recebe, pois concentra todo o seu benefício nesta residência.

Do total de residências, em apenas uma verificou-se o número máximo de 9 membros, enquanto que o número mínimo de um membro foi registrado em 5 residências, representado por viúvos e solteiros.

O grau de dependência dos membros da família com relação à renda do aposentado rural varia entre parcial e total. Dentre os membros de dependência total estão crianças, jovens, estudantes, enfermos, viciados e desempregados. Os dependentes parciais podem ser filhos residentes fora, esposa e até vizinhos, numa relação de extrema fraternidade. Um outro aspecto interessante e de igual relevância são as contribuições feitas pelas famílias dos aposentados aos movimentos religiosos nas comunidades locais, visto que são periódicas, de grande valor sentimental e, se forem contabilizadas, representam valores expressivos dentro do orçamento familiar. Todos estes aspectos realçam o papel do idoso aposentado na renda familiar, conforme mostra o Figura 8.

Relacionando os gastos mais comuns dos aposentados, obtêm-se: supermercado ou armazém, farmácia, taxas e impostos, açougue, transporte, escola, vestuário, material de construção, combustível, prestação de serviços, feira, lojas populares e manutenção da lavoura (Tabela 27).

É interessante notar que, além das despesas mais básicas, como alimentação, farmácia e transporte, algumas outras despesas de cunho secundário aparecem com relevante peso. A despesa com material de construção se deve ao fato de os aposentados estarem sempre reformando, ampliando ou construindo alguma benfeitoria em suas propriedades. Na verdade, as obras são bem singelas, mas, de tão freqüentes já se tornaram parte do cotidiano do aposentado, que vê na sua renda fixa a possibilidade de melhorar suas condições de habitação. A aquisição de combustível é devido à falta de energia elétrica em algumas comunidades rurais, onde se utiliza querosene para lamparinas e outros. Os transportes mais freqüentes são os veículos fretados, que fazem a locomoção dos aposentados da roça para a cidade, mensalmente, para receber o benefício previdenciário e, semanalmente, para a comercialização de seus produtos na feira municipal.

Alguns aposentados custeiam o ensino dos filhos, ainda que maiores e dos netos. Não se tratam de cursos universitários, mas fundamentais e técnicos. A despesa é, sobretudo, com transporte e material escolar. Mais de 50% dos aposentados utilizam o benefício para manter a lavoura, mesmo não sendo os proprietários da terra. Os gastos mais comuns são com sementes, ferramentas, criação de pequenos animais e prestação de serviços a curto prazo (Tabela 27). A despesa com açougue traduz uma nova realidade, pois significa maior diversificação na dieta dos aposentados rurais. A média de consumo anual de carne pelas famílias dos aposentados rurais de Medina, que possuem aproximadamente 3,56 membros, está em torno de 13,5 quilos por pessoa. A média nacional é de 12 quilos anuais por pessoa. Isto significa um maior nível de consumo por parte das famílias dos aposentados.

TABELA 27. Despesas mais comuns nas famílias dos aposentados

Setores	Total de aposentados por setores	%
Supermercado/Armazém	74	100,00
Açougue	55	74,32
Farmácia	66	89,19
Taxas e impostos	59	79,73
Combustível	52	70,27
Prestação de serviços na lavoura	23	31,08
Transporte	52	70,27
Lojas populares	34	45,95
Feira	17	22,97
Material de construção	27	36,49
Manutenção da lavoura	57	77,03
Escola	26	35,14
Total	74	100

Fonte: dados da pesquisa de campo, 2º semestre de 2002.

4.3 A aposentadoria rural e a economia do município

Medina é um município de pequeno porte, com aproximadamente 200 estabelecimentos comerciais e tem suas atividades econômicas fortalecidas pela renda dos aposentados.

Pela Figura 10, percebe-se que a quantidade de benefícios distribuída por clientela no município de Medina é de 2.779 benefícios para trabalhadores rurais e apenas 692 para o setor urbano, demonstrando o grande peso das aposentadorias, pensões e assistências previdenciárias no setor rural. Já a Figura 11 expressa, em termos monetários, os valores que são distribuídos por clientela. É descomunal a diferença entre os dois setores, com o peso do setor rural 3,59 vezes maior que o urbano. Aliando estes dados aos da Figura 12, vê-se que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é bem inferior ao valor mantido em 2002 com benefícios previdenciários, ou seja, 2,4 vezes.

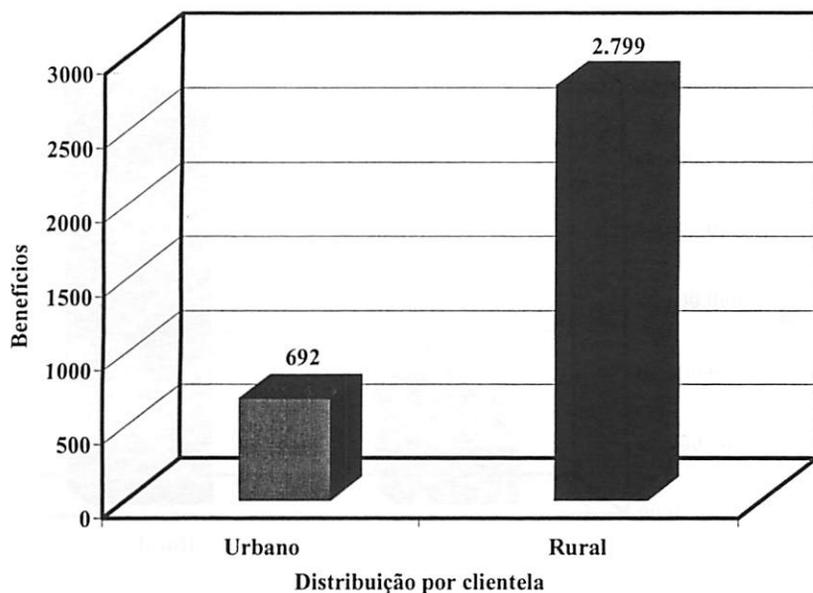


FIGURA 10. Quantidade de benefícios mantidos no município de Medina, em 2002.

Fonte: França, 2002

Elaboração: adaptação do pesquisador

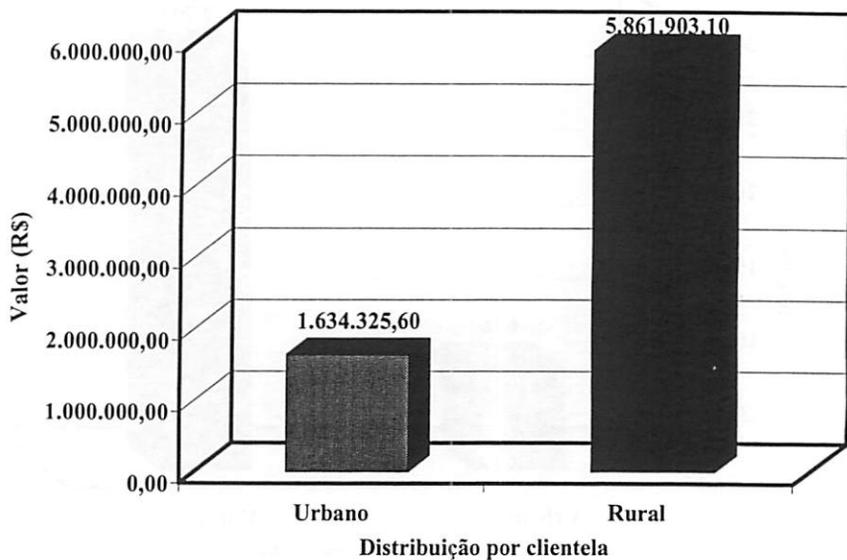


FIGURA 11. Valores correntes (R\$) de benefícios mantidos em Medina, em 2002.

Fonte: França, 2002.

Elaboração: adaptação do pesquisador

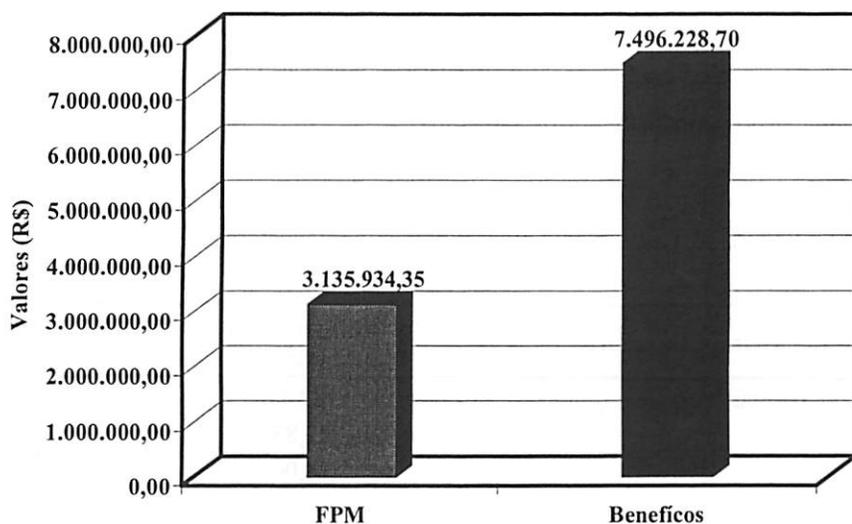


FIGURA 12. Comparação dos valores entre FPM e os benefícios mantidos em Medina, em 2002.

Fonte: França, 2002

Elaboração: adaptação do pesquisador

4.3.1 O comércio local

Dados fornecidos pelo INSS da cidade de Teófilo Otoni, Minas Gerais, mostram que, no município de Medina, até junho de 2002 existiam 2.771 aposentados rurais, o que implica num movimento monetário da ordem de R\$738.416,08 mensais. Este movimento pode ser visualizado a partir da Tabela 28.

Nota-se que o aposentado rural gasta quase a metade de sua renda no supermercado ou armazém, com alimentação, produtos de higiene e limpeza.

Este gasto é explicado pela maior procura por produtos processados industrialmente. No caso específico da alimentação, a lavoura produz parte do consumo, mas com o recebimento do benefício previdenciário ficou mais fácil a aquisição também de outros alimentos.

TABELA 28. Gasto médio mensal domiciliar por setores

Principais setores	Gasto médio mensal por domicílio (R\$)	%
Alimentar, higiene e limpeza	122,12	45,83
Saúde	42,88	16,09
Vestuário	16,00	6,00
Transporte	14,95	5,61
Combustível	18,41	6,91
Prestação de serviços	15,86	5,95
Material de construção	16,50	6,19
Produtos agropecuários	19,76	7,42
Total	266,48	100

Fonte: Dados da pesquisa 2º semestre de 2002

“A roça tá muito fraca e não tem água, não tem chuva. Há muito tempo tinha bastante coisa na roça: feijão, milho, mandioca, arroz, abóbora, ... tinha muito..., hoje, quase nada. Se não fosse essa aposentadoria, só Deus é que sabe...” (J.P.F., aposentado Medina).

Para se ter uma melhor idéia dos gastos dos aposentados em supermercados, armazéns e outros setores alimentícios, movimentam-se, mensalmente no município, aproximadamente R\$338.394,52, valor este,

expressivo para Medina. Esta realidade pode ser confirmada na fala dos comerciantes locais.

“Dos 100 clientes cadastrados, 40 são aposentados rurais e a maioria é mulher. Na verdade, eles é que movimentam o comércio de Medina. Eles compram cesta básica completa, alguns produtos supérfluos, material de higiene, limpeza e outras coisas. Eles gastam, em média, R\$120,00 em compras. Eu consigo arrecadar, mais ou menos, R\$10.000,00, dos quais, R\$4.500,00 são das famílias dos aposentados e as compras são feitas, geralmente a prazo, no começo do mês. Os meses de mais movimento são junho, por causa das festas juninas e dezembro por causa do Natal e dia de ano. Eles são os fregueses mais fiéis e pontuais que eu tenho no meu comércio. Há 10 anos atrás, o comércio era muito fraco. Hoje, tem um tanto de lojas por aí.” (J.A.B., comerciante de Medina).

“O dinheiro que mais circula no município, primeiro é o dos aposentados, depois é o dos professores municipais e estaduais e também das pedreiras. Pra você ter uma idéia, eu tenho 150 clientes fixos e 30% deles é aposentado. Eles compram quase tudo para a família, desde cesta básica completa a frango, lingüiça, até os produtos de limpeza e higiene. Tem uns que chegam a gastar mais de R\$200,00. Dos R\$55.000,00 que arrecado mensalmente, R\$9.000,00 é dos aposentados. Ô moço..., se não fosse esses homens, o que seria da gente? Há 19 anos atrás, só tinha dois supermercados na cidade, hoje tem mais ou menos dez. Dentro do comércio aumentou empregos

indiretos. O comércio depende da renda dos aposentados” (M.F.C.S., comerciante de Medina).

“Estou trabalhando aqui em Medina há 24 anos e neste momento tenho 50 clientes e 20 são aposentados. Como estou aqui perto do banco (Agência Bancária), sempre no começo do mês, lá pro dia 5, eles estão sempre aqui. Eu sempre dou um prazo bacana pra eles. Eles chegam a gastar R\$40,00 por mês. São, normalmente meeiros, arrendatários, que ainda moram e trabalham na terra dos fazendeiros ou de outros agricultores. Tem muito pilantra que aproveita desses velhos. Eu, graças a Deus tenho ajudado bastante. Tem muito aposentado que não sabe controlar o dinheiro e muitos aproveitam dessa situação. Às vezes, até digo a alguns deles para não comprar muito, porque senão fica caro demais pra eles. Tem mês, que, só dos aposentados, chega a entrar R\$1.000,00. Estou até abrindo outro açougue. (...) O dinheiro de Medina vem dos aposentados e dos professores da cidade”(E.T., açougueiro de Medina).

É notável o alto grau de satisfação dos comerciantes com o freguês aposentado rural. Em suas falas pode-se sentir que dão preferência em seus estabelecimentos a este novo ator do cenário rural e econômico também. Suas compras podem não ser volumosas, mas periódicas. O comerciante sabe que pode contar com a pontualidade do aposentado rural, tanto nas compras como nos pagamentos.

Outra boa parcela da renda dos aposentados rurais é gasta em saúde (16,09 %). Nestes cálculos não estão incluídos os gastos com deslocamento e tratamento fora do município, que é feito, freqüentemente, em Teófilo Otoni,

Minas Gerais (cidade pólo regional). Os gastos mais comuns são com medicamentos, visto que o município não é bem coberto pelos serviços sociais de saúde.

“É impressionante o número de aposentados da roça que freqüentam a minha farmácia. Eles compram mais dos dias 10 a 15 do mês, porque é nesse período que eles fazem os pagamentos do mês passado e compram novamente. São, geralmente, medicamentos controlados e de uso contínuo, por isso que eles têm essa despesa todo mês. As despesas com doenças passageiras são menores. Mais ou menos 70% desses fregueses são mulheres. Sou obrigada a confessar que estou tendo prejuízo de 50%, pois os remédios são muitos caros e o dinheiro da aposentadoria não dá para pagar. Então, tenho que sempre dar um jeitinho pra eles não ficarem sem os remédios. (...) Não sei se esse benefício está ajudando suas vidas, pois é um valor muito pequeno e só serve para atrair mais dependentes: seus próprios filhos. As filhas solteiras arrumam filhos para os pais tratarem; os filhos não trabalham, são uma cambada de preguiçosos e só querem beber, fumar, etc. Eu fico revoltada com a situação, porque eu tento dar um tratamento diferenciado aos aposentados para facilitar suas viagens a Teófilo Otoni para consultar, arrumo transporte e tudo mais, mas ainda não é o bastante” (G.I., comerciante de Medina).

Os demais setores figuram com uma porcentagem mais ou menos equitativa, representando, juntos, 38% do gasto domiciliar, porém são setores que também se beneficiam da renda dos aposentados. No setor de vestuário, há que se destacar as lojas populares, segundo a fala dos lojistas do ramo.

“Trabalho neste ramo há 25 anos, mas somente há seis meses estou nesta cidade com esta loja de artigos mais populares e já tenho, aproximadamente, 15 a 20 clientes aposentados, normalmente mulheres e que compram mais à vista que a prazo. Eles gastam em média uns R\$15,00 a R\$30,00. Fazendo um balanço desses seis meses, arrecadei uns R\$9.000,00 mensais e 40% desse valor veio da renda dos aposentados. Uma parcela de 30% vem dos trabalhadores da pedreira e o restante da população em geral” (C.A.S., comerciante de Medina).

“Estou há dez anos nessa luta. Tenho 500 clientes e 50 são aposentados. Os aposentados gastam aqui de R\$10,00 a R\$20,00. Só vendo à vista e os preços saem mais em conta para os salários deles. De R\$1.000,00 que arrecado, R\$100,00 vêm dos aposentados. Os idosos aposentados, apesar de terem pouco dinheiro, estão ajudando o comércio de Medina, pois este dinheiro não vai para fora” (M.M., comerciante de Medina).

Nas lojas de produtos agrícolas e de material de construção, o cenário não muda: os aposentados são bons fregueses.

“Há 9 anos no município e com 496 clientes cadastrados, 300 são aposentados e a maioria homens. Eles compram mais no mês de junho e dezembro, sempre do dia 1 ao dia 15 do mês. Cerca de 70% deles prefere comprar à vista. Eles gastam uns R\$40,00 por mês e compram mais ração e ferramentas. O sindicato não tem nenhum convênio com meu estabelecimento, mas eles são os melhores fregueses que eu tenho, pagam tudo em dia. Os que moram na roça compram mais. Acho que a vida deles, com a aposentadoria, melhorou uns 80% e

também melhorou para o comércio da cidade, que hoje tem muito mais lojas. O salário deles é pequeno e se eles não tiverem casa própria, o negócio fica apertado, porque não dá para pagar aluguel ganhando só R\$200,00. Já quem tem casa está mais folgado e quem mora na roça também” (E.A., comércio Medina).

“Tenho só 7 anos de loja em Medina, mas tenho 400 clientes. Uns 30 ou 35 são aposentados da roça; a maioria é homem. Eles sempre compram no começo do mês e a prazo. No mês de junho e dezembro, o movimento de vendas aumenta por causa das festas. Eles compram muito portas, janelas, telhas e cimento, devendo gastar uns R\$60,00 por mês. Não tenho convênio com o sindicato, mas a maioria deles é muito pontual com as suas dívidas. Devo arrecadar uns R\$1.800,00 por mês só dos aposentados rurais. Apesar de muito pequeno, esse dinheiro é fixo e dá uma certa segurança para eles. O comércio da cidade vive praticamente do dinheiro dos aposentados e professores. Há 1 ano e meio, Medina é considerada uma cidade em construção, e fica até difícil encontrar pedreiros disponíveis” (L.G., comércio Medina).

A importância dos aposentados rurais no comércio varejista de Medina pode ser visualizada na Tabela 29. O setor que mais arrecada com o benefício dos aposentados é o das farmácias, com 48,60%, seguido pelo setor de alimentação, com 42,22% e os de confecções e produtos agropecuários, com 34,82% e 30,32%, respectivamente.

TABELA 29. Arrecadação média mensal propiciada pelas aposentadorias rurais no varejo de Medina, 2002

Tipo de varejo	Arrecadação sobre a aposentadoria rural (%)
Alimentar e higiene e limpeza	42,22
Açougue	16,73
Drogaria	48,60
Agropecuário	30,32
Móveis e utensílios	20,30
Material de construção	19,50
Roupa e confecções	34,82
Barbearia	30,79

Fonte: dados de pesquisa de campo, 2º semestre de 2002.

Não restam dúvidas sobre a importância das aposentadorias no cenário comercial do município. Este benefício é que aquece o comércio local, pois, apesar de pequeno, é fiel todos os meses. Pode-se observar, pelos depoimentos, que o número de estabelecimentos comerciais aumentou consideravelmente depois que os benefícios da previdência rural foram estendidos às mulheres, com a redução da idade mínima dos homens para se aposentar na roça e o valor sendo fixado com base no salário mínimo. Ainda segundo os depoimentos, os aposentados rurais saldavam em dia suas dívidas e muitos deles ainda preferem comprar à vista, o que favorece os dois segmentos: menor preço para o aposentado e dinheiro na mão do comerciante para movimentar seu negócio.

No setor alimentício, uma mudança bem sensível é com relação à grande despesa em açougues. Tal mudança é importante, pois, o morador da roça sempre criou rebanhos e aves para o consumo de carne e pouco freqüentava os açougues. Com a aposentadoria, ele tem condições de comprar carne com mais freqüência, significando uma melhoria em sua dieta.

Um setor que também se beneficiou muito é o da construção civil. As lojas de materiais de construção têm nos aposentados rurais seus melhores clientes, pois estes estão sempre edificando ou reformando suas propriedades, principalmente suas casas, que na maioria são velhas e pequenas.

O segundo maior e mais importante setor é o da saúde. Uma constante na vida dos aposentados são os medicamentos, cujos valores são altíssimos. Eles são, em sua maioria, de uso contínuo, e, portanto, indispensáveis e até vitais. É uma despesa que o aposentado rural não consegue pagar, mesmo abrindo mão de suas outras necessidades. É o setor em que ele se endivida a prazos mais longos e sofríveis. As farmácias apresentam, ao contrário dos outros setores, grandes dificuldades e até prejuízos, segundo fala dos farmacêuticos. Como em todo o país, os serviços públicos de saúde do município não cobrem as necessidades mais básicas dos idosos. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina estuda a possibilidade de firmar alguns convênios com as farmácias locais, o que poderá aliviar o problema do setor. Já as consultas médicas são intermediadas pelo sindicato, por meio de um profissional de saúde que atende mensalmente, mediante taxa simbólica, fazendo os encaminhamentos necessários para cada especialidade. Outros atendimentos são feitos de forma particular, com ajuda de parentes e familiares.

4.4 Envolvimento e participação dos aposentados rurais no desenvolvimento local

Para melhor entendimento da questão, tomar-se-ão como base três segmentos: o público, o privado e a sociedade em geral.

4.4.1 Relação poder municipal e os aposentados rurais

Ao se abordar o poder público municipal, representado pela prefeitura de Medina, constatou-se ausência de projetos direcionados aos aposentados rurais. O poder executivo reconhece que precisa haver um relacionamento mais amplo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, de forma a viabilizar ações em prol do desenvolvimento das comunidades locais, principalmente de políticas voltadas para este segmento social. De acordo com o prefeito local, dois tratores agrícolas foram entregues pela prefeitura ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), a fim de gerenciar seu uso nas comunidades rurais.

Dentro do CMDR, além dos membros indicados pela prefeitura local, estão presentes membros da sociedade civil organizada, da qual fazem parte quatro aposentados, representantes das associações comunitárias das áreas rurais. Eles atuam como articuladores, estimuladores e fiscalizadores junto às comunidades locais, fornecendo todo tipo de informação a respeito das ações do CMDR, assim como os problemas e anseios das comunidades. A presença dos aposentados no Conselho constitui uma vitória, visto que os princípios de pertença, de partilha de interesses e de necessidades passam a ser consagrados a partir destas transformações políticas e sociais.

Esta nova concepção de desenvolvimento rural parte, de um lado, das comunidades rurais locais, articuladas pelos líderes – conhecedores da realidade – e de outro, da vontade política dos membros oriundos do poder público, no entendimento, no acompanhamento e na sensibilização em relação aos problemas e às necessidades do povo protagonista. Portanto, a presença do aposentado num órgão deliberativo, criado por meio de uma Lei Municipal, constitui, de fato, um elemento chave para a efetivação ou promoção do desenvolvimento rural-local sustentável.

Não há política pública que beneficie particularmente o idoso em Medina, nem em saúde, educação ou transporte. O transporte escolar infantil, feito pela prefeitura, às vezes é usado pelos aposentados rurais, mas no sistema de “carona”, e pouco freqüente. Por não haver transporte coletivo urbano, os idosos aposentados não são beneficiados com o transporte gratuito.

4.4.2 Fatores sócio-econômicos e o aposentado rural

Como já exposto pelos representantes do comércio local, a contribuição econômica e social dos aposentados rurais para o desenvolvimento local é muito expressiva. Além da sensível melhoria em suas condições sociais e de seus dependentes, o aposentado rural, por meio de seu benefício, contribui para o aumento de oferta de empregos diretos e indiretos no município.

“Houve uma melhora, principalmente na área rural: reforma da casa, construção de mais cômodos, compra de mais móveis, mais renda na família. (...) a maior parte do dinheiro que entra no comércio vem dos aposentados, mas falta apoio do poder executivo nos programas de desenvolvimento local. O idoso aposentado é um elemento importante de investimento no município e na entidade da categoria”(A.M.S., vereador de Medina).

“O aposentado está influenciando no comércio do município. O crescimento de lojas é grande. Tem comerciante que hoje está com 3 a 4 lojas, o que significa mais empregos na cidade” (J.L.F., comércio Medina).

“Antes a família era grande, trabalhava muito e passava necessidades. Os filhos cresceram e foram pra vida e hoje com a aposentadoria dá pra comprar alguma coisa que antes não podia. (...) com a lavoura não é possível viver. As coisas ficaram muito difíceis porque a produção caiu. Com a ajuda da aposentadoria da minha mulher conseguimos comprar uma cama, guarda-louça, colchão e antena parabólica” (A.R.V., aposentado Medina).

“Nesses oito anos de aposentada a gente já comprou geladeira, colchão, armário e estante. Ficou tudo mais fácil, porque sempre trabalhei pros outros e hoje tenho um pedaço de terra junto com meu marido e na época de plantio até contrato umas duas pessoas para roçar e pago R\$8,00 por dia; acho muito caro. O povo não quer trabalhar, só quer ganhar dinheiro” (A.M.S., aposentada Medina).

Em um município do porte de Medina, de poucas oportunidades de emprego, o aposentado rural consegue empregar, ainda que temporariamente, uma a duas pessoas para atividades de limpeza (roçar e capinar), plantio, colheita e construção de cercas nas propriedades.

A Tabela 30 revela o grau de importância do benefício previdenciário na criação de ocupações nas atividades agrícolas. Para atividades de limpeza, os 31,08% aposentados criam, em média, de 23 a 46 ocupações durante um período de dois a três dias, o que corresponde a um desembolso de R\$ 431,25. Este valor não difere muito nas atividades contratadas de plantio e colheita. Já a construção de cercas nas propriedades é mais dispendiosa e de maior duração, acarretando maiores despesas. Cada aposentado gasta, em média, R\$56,00 pela atividade desenvolvida, o que implica num desembolso de R\$ 896,00 por parte dos 16

aposentados que contratam este serviço. Além da importância econômica dessas contratações, há que se levar em conta o fator social que isso representa no seio das famílias dos contratados.

TABELA 30. Contratação de mão-de-obra pelos aposentados rurais

Atividades contratadas	N.º de aposentados que contratam	N.º médio de contratados	Duração média do contato/dia	Valor médio R\$/dia
Limpeza (roça e capina)	23	1 a 2	2,5	7,50
Plantio	21	1 a 2	1,5	7,50
Colheita	22	1 a 2	1,5	7,50
Construção de cercas	16	2	7,0	8,00

Fonte: Dados de pesquisa, 2º semestre de 2002.

Outro aspecto social de grande relevância diz respeito à educação, pois, após o benefício, 13,51% dos idosos aposentados passaram a estudar, envolvidos em programas de educação para pessoas que não puderam concluir seus estudos em tempo hábil, como o “Semear”, oferecido pelo STR. Alguns também passaram por algum tipo de capacitação para lavouras, medicina caseira, crédito rural, movimentos sociais e outros. Ações como estas de voltar à escola resgatam a cidadania e a auto-estima dos idosos, que até então só tinham acesso a informações audiovisuais, mas que agora já podem ler⁵.

⁵ Dados do Censo/2000 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, indicam que a alfabetização de idosos cresceu 16,1% no Brasil. Apesar desse crescimento, ainda existem 5,1 milhões de idosos analfabetos, em que as mulheres são maioria. Os homens têm, em média, 5% a mais de escolaridade que as mulheres (67,7% contra 62%).

No âmbito da cultura religiosa, as romarias, práticas comuns na região, se tornaram mais acessíveis, pois com o benefício, podem ser programadas com antecedência. As festas religiosas, folclóricas e comemorativas das comunidades se tornaram mais ricas e movimentadas, em termos econômicos e presenciais. O aposentado rural, por sua experiência de vida e recursos financeiros advindos do benefício previdenciário, se tornou uma figura indispensável e respeitada nesses eventos. A participação dos idosos nos movimentos religiosos tem um sentido bem mais amplo do que o convencional, visto que o direito à aposentadoria, para eles, não é apenas constitucional, é “uma bênção de Deus” que deve ser agradecida diariamente.

“Só tenho que agradecer a Deus, porque foi Ele que me deu essa força, pois muitos companheiros nossos morreram sem poder aposentar. É nosso direito porque a gente deu duro no cabo da enxada e na foice, mas se não fosse Deus, a gente não estava recebendo esse dinheiro” (E.F.S., aposentado Medina).

Não obstante os tantos aspectos positivos da aposentadoria para os trabalhadores rurais, há que se considerar alguns problemas de ordem social. Entre eles está a exploração dos idosos, que se faz notar em alguns estabelecimentos comerciais e algumas famílias, cujos filhos adultos querem viver às custas dos pais aposentados e os ameaçam, tiram o seu dinheiro, deixando-os miseráveis.

“Essa coisa de benefício rural tem o seu lado positivo e o seu lado negativo, porque muitos filhos, irmãos e netos dos aposentados estão escorando neles; não querem trabalhar, vivem às custas dos velhos e ainda os ameaçam” (F.N., cidadão de Medina).

“Muitos filhos também ficam encostados nos aposentados em vez de tocar a roça. O aposentado não toca a roça porque não tem mais forças e os filhos não trabalham porque dizem que a terra está cansada e não produz mais nada” (P.B., cidadão de Medina).

“Muitas das vezes, o aposentado sai das roças por causa dos estudos dos netos. Eles têm valorizado a educação. (...) É necessário que haja uma política social para o idoso, principalmente no lazer, porque vai aumentar a auto-estima e melhorar a qualidade de vida” (J.S., cidadão de Medina).

Infelizmente, nem todos os aposentados estão satisfeitos com o benefício. Esse grau de satisfação varia de acordo com a quantidade de dependentes, o estado de saúde, a zona de residência e outros fatores de igual importância.

“O benefício é fruto do meu trabalho, então eu merecia muito mais. Está difícil viver só com a aposentadoria, são muitos filhos pra criar e esse dinheiro mal dá pra comer.” (M.R.S., aposentado Medina).

“Os aposentados que moram na roça passam dificuldades mas não passam fome, já os que moram na periferia da cidade passam fome e dificuldades sérias. (...) a aposentadoria não dá pra pagar nem os remédios. Muitos comerciantes também aproveitam dos aposentados que compram fiado; eles cobram a mais nas contas, pegam o cartão do benefício como garantia de pagamento...” (M.S., cidadão Medina).

A insatisfação de alguns idosos aposentados não é sem motivo, pois, além de o valor do benefício não suprir todas as suas necessidades, eles ainda se vêem vítimas de aproveitadores dentro e fora da família. Há que se ressaltar, no entanto, um defensor dos direitos dos aposentados rurais: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina que, dentro de suas possibilidades tem zelado pelo bem-estar de seus associados.

4.4.3 O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina e os aposentados rurais ⁶

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina, é uma entidade classista, fundada em 29/10/1967, com o objetivo de coordenar, representar e lutar pelos direitos e interesses coletivos e/ou individuais de trabalhadores e trabalhadoras rurais do município (Depoimento do Presidente do STR).

O trabalho com as mulheres iniciou-se nos anos de 1980, com a luta pela filiação ao Sindicato. Foram realizados encontros municipais, inicialmente discutindo a identidade feminina e o direito de reconhecimento da mulher como trabalhadora rural, juntamente com campanhas para legalização desta profissão, hoje conquistada. Atualmente a diretoria é composta por 70% de mulheres, prosseguindo com o bom desempenho da entidade junto a sua base, associações e conselhos municipais.

Atualmente, as ações do sindicato têm contado com o apoio e contribuição do Instituto dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Vale do Jequitinhonha – ITAVALE, uma instituição não governamental formada pelo

⁶ Informações concedidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina, MG.

movimento sindical e popular da região, que tem por objetivo buscar assessoria qualificada para atender aos movimentos populares locais. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina e o ITAVALE mantêm uma parceria com a Universidade Federal de Lavras no desenvolvimento de projetos de caráter ambiental. O objetivo é criar programas educativos, buscando estimular atitudes inovadoras, respeitando a cultura local. Também no campo educacional, o projeto Semear (educação de jovens e adultos) funcionou com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) contribuição arrecadada pelo governo federal. Para dar prosseguimento a este projeto, o STR se responsabiliza pelo espaço físico, ajuda alimentar, gratificação aos monitores e organização geral.

Devido a longos períodos de estiagem que têm castigado a região e a degradação dos solos por parte das mineradoras, têm surgido discussões relativas ao meio ambiente e conservação dos recursos hídricos, tanto para conscientização do trabalhador rural no trato com o meio, como também para reprimir as explorações ilegais de minérios. O STR de Medina procura criar condições para que trabalhadores e trabalhadoras rurais encontrem, por meio de suas próprias ações, as soluções para os problemas que enfrentam. As decisões são coletivas e, sempre que aparecem dificuldades, a direção do STR procura ouvir e mobilizar os interessados e só então tomar as providências. Assim, a ação sindical é libertadora e educativa, pois não só apóia os trabalhadores nas suas dificuldades, mas sobretudo procura tratá-los como cidadãos que são. Muitas foram as conquistas ao longo de todos esses anos e a luta deve continuar pela melhoria de condições de vida para todos.

Não existe uma relação de parceria entre o Sindicato Rural de Medina e a Prefeitura local, mas, segundo o Presidente do Sindicato, Antônio Marques Siqueira, praticamente todas as associações do município fazem parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e grande parte dos presidentes dessas associações comunitárias é de aposentados rurais. Sua

avaliação do impacto das aposentadorias na vida dos trabalhadores rurais é positiva, pois possibilitou o aumento do poder de compra, crédito bancário e no comércio local. Sua contribuição com o Sindicato auxilia na manutenção e fortalecimento da classe. O sindicato arrecada, em média, dos aposentados, R\$2.700,00 por mês, para uma despesa de R\$2.000,00, o que significa saldo de dinheiro em caixa. Esta contribuição é de natureza voluntária; o desconto de 2% sobre o valor do benefício visa manter e fortalecer as ações da instituição em prol da categoria.

Desde 1967, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina conta, nos registros, com cerca de 7.309 inscritos, porém, apenas 5,2% dos associados estão com as contribuições em dia; mais 15,5% de aposentados que descontam a contribuição sindical no banco. Este saldo de evasão se explica por motivo de óbitos, mudanças de endereços para outras cidades e outros problemas. Há que se destacar que no ano de 2000, 117 novos agricultores familiares filiaram-se ao Sindicato, dos quais, 83,76% são mulheres, devido à maior conscientização por parte do público rural feminino (preocupação com a aposentadoria futura, os benefícios concedidos por ocasião de gravidez e demais direitos adquiridos).

No sentido de resguardar os direitos consagrados aos trabalhadores rurais e agilizar os processos de aposentadorias rurais, o Sindicato assume as despesas da contratação de um funcionário junto ao INSS local. A presença deste órgão da Previdência Social no município (a partir de 2002) é fruto de várias reivindicações do STR, pois os processos de aposentadorias eram morosos e dispendiosos, uma vez que os trabalhadores eram obrigados a se deslocarem várias vezes até à cidade de Almenara e, muitas vezes, voltavam sem o resultado esperado.

A Federação dos Trabalhadores Rurais de Minas Gerais (FETAEMG), tem incentivado os STRs filiados a adotarem um diretor específico para os

assuntos previdenciários, para melhor discutir sobre assuntos relacionados aos aposentados, como reuniões específicas, valor da contribuição a ser descontada dos aposentados e maior valorização de sua participação nos sindicatos.

Em Medina, existe uma participação regular dos aposentados nas decisões do sindicato, pois dos sete membros da diretoria, três são mulheres aposentadas rurais. As delegacias espalhadas pelas comunidades também têm presença ativa dos aposentados rurais. Não se pode negar a vital importância do Sindicato na vida dos trabalhadores rurais e dos mesmos na vida do sindicato, pois é por eles que este existe.

A sindicalização é, hoje, um dos poucos caminhos para que o trabalhador rural viabilize sua aposentadoria, visto que, sem esta adesão, ele se vê impossibilitado de reunir documentos que comprovem sua modalidade e tempo de trabalho na roça. Portanto, o STR é o grande defensor dos direitos dos trabalhadores rurais de Medina e é graças ao grande empenho dos representantes da categoria que o número de aposentados rurais no município é considerável, comparado aos números da região e do estado.

Além da preocupação com os direitos dos trabalhadores rurais, o STR de Medina implementa ações de cunho social, cultural e na área de saúde. O atendimento médico oferecido é, sobretudo, procurado pelos aposentados que, devido à idade têm mais carência pelos serviços de saúde. O apoio à cultura do município também está presente nas ações do sindicato, que organiza e custeia parte do valor do transporte, hospedagem e alimentação para as tradicionais romarias às cidades religiosas. O público mais freqüente é o dos aposentados rurais, que vêem nestas romarias suas atividades prazerosas e de lazer.

4.4.4 Experiências comunitárias de envolvimento e participação dos aposentados

Comunidade de Lagedo Pedrez

A comunidade de Lagedo Pedrez é constituída por 18 famílias. Destas, a pesquisa identificou 12 residências em que o chefe da família é um aposentado ou aposentada rural, sendo, coincidentemente 6 homens e 6 mulheres. O número médio de moradores por residência é de 3,17 membros. Todos eles são pequenos proprietários de terra, com uma área média de 11,21 hectares. Nessas terras produzem mandioca, milho, feijão, abacaxi e jaca, sendo o principal produto a mandioca, utilizada para a produção de farinha e goma (polvilho). Praticam também a criação de animais, como galinhas e porcos.

O nível de escolaridade pode ser explicado da seguinte forma: 02 aposentados não lêem nem escrevem; 02 lêem e escrevem; 08 aposentados, ou seja, a grande maioria, apenas assina o nome (não lê nem escreve). Nota-se que todas as residências da comunidade contam com energia elétrica, entretanto, um grande número de casas é desprovido de água encanada.

Nestes 12 domicílios de aposentados rurais de Lagedo Pedrez, foram identificadas três tipos de fontes de renda, discriminadamente: aposentadoria, comercialização e pensão. Em 6 domicílios vive-se apenas do benefício previdenciário, sendo que, dessas famílias, 3 possuem 2 aposentados (renda de R\$392,00); 2 famílias possuem 3 aposentados (renda de R\$588,00) e uma família possui apenas um aposentado (renda de R\$196,00). Tais valores perfazem uma renda média de R\$509,60 por domicílio. Esta média é bem maior que a do universo de pesquisa (R\$341,68). Dos outros 6 domicílios, 3 têm como fonte de renda a aposentadoria e a comercialização, perfazendo uma renda média de R\$293,80, sendo que, deste valor, R\$32,50 são provenientes da comercialização. E 2 domicílios têm como fonte de renda a aposentadoria e

pensão (R\$196,00+ R\$200,00), o que dá uma renda de R\$396,00 por domicílio. Um único domicílio possui 3 fontes de renda (uma aposentadoria, uma pensão e comercialização) e uma renda média de R\$516,00 (Tabela 31).

TABELA 31. Principais fontes de renda nos domicílios dos aposentados de Lagedo Pedrez

Fontes de renda	Nº de domicílios	Valor médio por domicílio	
		Valor/fonte	Totais
Aposentadoria	6	509,60	509,60
Aposentadoria	3	261,30	293,80
Comercialização		32,50	
Aposentadoria	2	196,00	396,00
pensão		200,00	
Aposentadoria	1	196,00	516,00
Pensão		200,00	
comercialização		120,00	

Fonte: dados de pesquisa de campo, 2º semestre 2002.

O fato de a maioria dos aposentados desta comunidade possuir uma renda média maior que a dos aposentados em geral do município, tornou possível a contribuição para a melhoria de vida nesta comunidade, levando-os a almejar algumas obras de infra-estrutura que antes só existiam na zona urbana, como água bombeada e energia elétrica.

• O maior exemplo dado pelos moradores desta comunidade está relacionado à eletrificação rural. Devido a inúmeras discussões entre a Associação Comunitária de Lagedo e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina sobre projetos de desenvolvimento rural, foram elaborados projetos para

a eletrificação da comunidade. A Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) fez avaliação da viabilidade da obra e dividiu o custo do projeto entre as famílias (75%) e a Prefeitura de Medina (25%). Cada residência paga o equivalente a R\$7,00 mensais (durante 36 meses) pelo serviço, além da taxa de consumo de energia elétrica. A comunidade já desfruta do serviço de fornecimento de energia elétrica desde o primeiro semestre de 2002.

“Esta luz que eu tenho aqui, nós é que lutamos por ela e estamos pagando por ela. Estou pagando R\$7,00 por mês. Consegui fazer o encanamento da nascente até aqui. Construí um banheiro, cerquei a casa, pintei a minha casa,... juntamente com meu marido. Estou satisfeita com luz em casa... o que falta é uma televisão...” (A.F.J. aposentada - Lagedo Pedrez).

“Com o dinheiro da aposentadoria comprei uma cama e fizemos um banheiro... e trouxemos luz pra comunidade” (C.M.J. aposentada - Lagedo Pedrez).

“Reformei a casa, comprei geladeira, comprei televisão, estante, armário e uma mesa e ainda viajo e ajudo meu filho casado que está desempregado e tem filhos. Antes, eu tinha medo de ficar sozinha nesta escuridão da roça, porque eu sou viúva, mas agora eu fico entretida na televisão até 10:00h da noite... acompanho as notícias das eleições, antes não podia fazer isso. Agora eu conheço um pouco do Brasil e do mundo”(M.M.J. aposentada - Lagedo Pedrez).

São vários os benefícios que a eletricidade pode proporcionar na zona rural. No caso da comunidade de Lagedo Pedrez, percebe-se, pelas falas dos aposentados, que os benefícios não são apenas materiais, mas também culturais. Estas melhorias são o resultado da participação efetiva e envolvimento da comunidade, que é composta, em sua maioria, por famílias cujos chefes são aposentados rurais. A liderança aposentada nestas comunidades e a importância de seus benefícios é que trazem a eles o exercício da cidadania, elevação da auto-estima e a valorização da cultura local, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável. Estas iniciativas produzem efeitos positivos nas outras comunidades rurais. Aproximadamente 15 comunidades de Medina, em 2002, já contam com eletrificação. Outro exemplo mais recente de eletrificação rural é o da comunidade de Limeira/Engenho, que está envolvida num programa de desenvolvimento rural (Projeto Lumiar) destinado a 26 famílias de pequenos produtores rurais, em sua grande parte aposentados.

Comunidade Aredó

A comunidade do Aredó é composta por 39 famílias de pequenos proprietários de terra, parceiros e meeiros, das quais 25 têm como chefe da família um aposentado rural. Dos 15 aposentados entrevistados na comunidade, 6 são homens e 9 são mulheres, com uma média de 3,53 membros por domicílio.

Aredó possui uma escola de 1ª a 4ª série do ensino fundamental, que atende a alunos locais e das comunidades vizinhas. Dos 6 aposentados, nenhum sabe ler nem escrever, apenas assinam o nome. Já entre as aposentadas, 4 sabem ler e escrever e 5 sabem apenas assinar o nome. Há ainda na comunidade uma farinheira comunitária, gerenciada pelos próprios moradores, fruto de vários debates e discussões que envolveram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina, a Diocese de Araçuaí e as lideranças da comunidade. No entanto,

grandes responsáveis pela conquista do empreendimento foram os próprios moradores do local. A água consumida na comunidade é de poço artesiano, visto que a água do córrego que banha a comunidade, seca temporariamente durante o período de estiagem. Das casas, 5 não possuem água encanada. Esta água também é gerenciada por eles próprios, por meio de um funcionário contratado pelas famílias para controlar a distribuição da água.

As propriedades rurais têm, em média, 9,8 hectares e produzem mandioca, milho, feijão, cana, banana, laranja, abacaxi, jaca e criação de gado em pequena escala. Com relação à eletrificação rural, foi uma melhoria conquistada há 12 anos e apenas 3 casas não possuem energia elétrica. A eletrificação desta comunidade é um exemplo do que o poder público municipal (gestão anterior), com vontade política pode fazer. O projeto foi todo patrocinado pelo poder público (federal, estadual e municipal). Tal conquista só foi possível graças à união entre os moradores da comunidade, maioria aposentados, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina, Igreja Católica e outros membros da sociedade. O poço artesiano que abastece a comunidade é projeto da Copasa/MG, também sem ônus para os moradores.

São 9 os domicílios que dependem unicamente do benefício da aposentadoria. Destes, 6 possuem 2 aposentados e 3 possuem 1 aposentado. A renda média obtida nestes domicílios é de R\$326,67, média esta inferior ao do universo de pesquisa (R\$341,68). Nos 4 domicílios que vivem da aposentadoria e comercialização agrícola, existem 02 aposentados em cada um, justificando a renda média de R\$479,50 por domicílio (Tabela 32), o que corresponde a uma diferença de R\$185,70 acima da média das famílias da comunidade de Lagedo Pedrez que vivem destas mesmas fontes de renda. Há uma relação direta entre área agrícola e produção e entre domicílios e número de aposentados. A situação das famílias que vivem de aposentadoria e pensão não difere da comunidade

Lagedo e do município em geral. Não foi encontrada família de aposentado que viva das três rendas: aposentadoria, pensão e comercialização.

TABELA 32. Principais fontes de renda nos domicílios dos aposentados do Aredó

Fontes de renda	Nº de domicílios	Valor médio por domicílio	
		Valor/fonte	Totais
Aposentadoria	9	326,67	326,67
aposentadoria comercialização	4	392,00 87,50	479,50
Aposentadoria pensão	2	196,00 200,00	396,00

Fonte: dados de pesquisa de campo, 2º semestre 2002.

As rendas, tanto da aposentadoria como da comercialização e pensão, são destinadas às despesas do domicílio (alimentação, vestuário, saúde, luz, transporte, móveis e utensílios, etc.), de manutenção da lavoura e auxílio a algum membro da família ou da comunidade.

É inegável a participação da população de aposentados no desenvolvimento local, pois têm grande consciência política e de seus direitos de cidadãos. Por isso, a presença desta classe se faz notar em todos os segmentos da sociedade medinense. Um benefício de valor pequeno pode causar efeitos múltiplos e em grande escala: começa no seio da família, com a melhoria das condições de vida domiciliar, vai até a pequena lavoura, passa pela comunidade e chega até a cidade. As duas comunidades citadas (Lagedo Pedrez e Aredó) são exemplos típicos de envolvimento e participação do aposentado rural na promoção do desenvolvimento, o que prova a importância dos benefícios

previdenciários nas comunidades, a partir de um ambiente participativo, solidário, coletivo e de identidade comum. Todos estes fatores são “ingredientes” indispensáveis ao desenvolvimento local. Portanto, pode-se afirmar que, após a aposentadoria rural, houve transformações positivas dessas coletividades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região estudada (Vale do Jequitinhonha) é conhecida devido às disparidades existentes, consequência das políticas mal sucedidas e do descaso administrativo governamental. Desde seus primórdios, a região, farta em riquezas naturais, serviu apenas de pólo extrativo, trabalho escravo e depois fornecendo mão-de-obra barata para grandes centros urbanos e fronteiras agrícolas.

Hoje, um novo ator social – o aposentado rural – entra para a história contemporânea dos pequenos municípios e regiões rurais. Alvo de grandes discussões e debates em todas as esferas da sociedade brasileira, o aposentado rural tem provado sua importância e valorização no cenário sócio-econômico, político e cultural.

Este estudo analisa o aposentado rural, confirmando sua importância e valor. O sujeito que a história ignorou, constitui, nos dias de hoje, uma temática no setor acadêmico. Estes são homens e mulheres que, ontem, deram sua vida, regando a terra com suor e até lágrimas para formar a economia deste país, com seu trabalho desprovido de qualquer amparo legal. Com a Constituição de 1988, o trabalhador rural é, merecidamente, integrado aos programas de benefícios previdenciários. Além das provisões que coloca em seu lar, com seu espírito exercitado pelas lutas, é exemplo para outras gerações. Ainda não é o que ele merece, mas é o começo de um reconhecimento que não deve parar por aí.

Com este estudo, conclui-se que os efeitos dos benefícios previdenciários rurais são múltiplos, nomeadamente, sobre:

1) O aposentado

Os efeitos dos benefícios previdenciários rurais sobre o próprio aposentado são de grande relevância. Ao elevar sua auto-estima, leva-o a perceber que ainda está “vivo” e que é um membro importante da sociedade. Homens e mulheres simples, sem letra, mas com muito conhecimento da terra e do saber local, começam a fazer parte das grandes discussões e decisões do cotidiano.

A valorização do idoso em âmbito nacional, visto a população país estar amadurecendo e a longevidade cada vez mais notada, faz com que a pessoa ao se aposentar, não se sinta inutilizada, desprezada pela sociedade e ignorada nas tomadas de decisões. Com o idoso aposentado rural não é diferente e ainda pior, pois, antes do benefício, mesmo que suas forças físicas estivessem esgotadas, ele deveria trabalhar ou, então, tornar-se totalmente dependente de alguém. Hoje, ele pode, ao se sentir “cansado”, descansar, sabendo que terá com que se sustentar. Só o fato de ter independência financeira na velhice, torna-o mais feliz e tranqüilo, pois o benefício lhe assegura isso, não como uma “caridade”, mas como um direito adquirido por árduos anos de serviço pesado. O valor do benefício não é o mais justo, pois muitas necessidades dos aposentados não são supridas por ele, mas nesta luta pela sobrevivência, o idoso tem se mostrado um grande lutador e digno de inúmeras vitórias. Atualmente, se sente verdadeiramente cidadão, pois goza plenamente desse direito concedido pela Carta Magna e que estava esquecido.

Privados do direito de receber educação e instrução, hoje, muitos, pela primeira vez, entram numa escola com os objetivos bem mais singelos que os de um jovem: o simples ler e escrever. Com a aposentadoria, o trabalhador rural ainda resgata, além de sua auto-estima, sua cidadania, sua educação e dignidade, pois seu trabalho é reconhecido legalmente. Com a regularidade do benefício, o

aposentado rural consegue crédito e confiabilidade por parte das instituições financeiras e comércio. Ele pode dar continuidade a suas atividades agrícolas para consumo e comercialização, que também dependem muito do benefício da aposentadoria, pois a maioria continua na ativa e vê nesta renda a esperança de uma maior produção.

O aposentado rural se sente digno como os demais trabalhadores aposentados. Seu amor pela terra não o deixa abandoná-la, pois ele gosta de vê-la brotar verde toda vez que o céu resolve regá-la com a bênção da chuva. Alguns acham que o benefício também é bênção, mas é direito adquirido e reconhecido.

2) A família

O aposentado rural constitui “figura chave” na manutenção da família alargada, pois com as adversidades da lavoura e do emprego urbano, a única esperança da família é depositada no idoso aposentado que, com seu pequeno benefício mensal, consegue abastecer o lar. A família do aposentado rural obtém, com o benefício, uma certa ascensão social, pois consegue melhoria quantitativa e qualitativa nas condições de vida e de trabalho. Esta dependência familiar com relação ao aposentado é, para ele, muitas vezes gratificante, pois se sente útil para os seus, ajudando com este dinheiro todo mês. A presença deste é sinônimo de tranquilidade para a mesma, porque, além de prover alimentação, seu lar ganha mais conforto com a aquisição de móveis, reformas, construções e muito mais. Sua família sabe que seus braços cansados já não são tão ágeis na lavoura, mas o benefício garante a mesa posta. Talvez não seja uma justa dependência depois de décadas de trabalho, quando, já aposentado, deveria descansar e desfrutar de cuidados e não cuidar dos outros. Entretanto, filhos, netos, noras e genros, irmãos e até cunhados, todos encontram abrigo sob o

benefício do idoso aposentado que, mesmo não sendo uma grande quantia, é de grande valor e faz verdadeiros “milagres”.

3) A sociedade civil organizada ou sindicato

A relação do aposentado rural com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais é de comprometimento, pois o mesmo é o grande responsável pela agilidade dos processos de aposentadorias rurais que são encaminhadas ao INSS. Sua participação efetiva e envolvimento nos trabalhos, discussões e decisões, em muito fortalece o papel do sindicato na vida dos trabalhadores rurais. Com sua pesada bagagem de conhecimentos acumulados ao longo do tempo, que é de grande valia para o Sindicato, o aposentado rural é parte integrante da diretoria. O STR existe para defender e legitimar os direitos do aposentado rural e este contribui para sua manutenção. É uma relação pacífica e de respeito mútuo, em que os dois lados interagem para o bem da categoria em todos os sentidos, inclusive assegurando atendimento médico e subvenções para atividades, como as romarias.

O aposentado rural tem voz ativa e seu envolvimento é total, pois nutre também, um sentimento de gratidão com relação ao Sindicato, atualmente única via de acesso à aposentadoria rural. Esta relação é interdependente, pois um não existe sem o outro.

4) A comunidade

A influência do aposentado rural na sua comunidade é muito grande, como figura paternal, ou seja, mais experiente e conhecedor profundo dos problemas de sua comunidade. Ele discute, analisa e ajuda a pôr em prática os projetos de desenvolvimento local. É um líder e elo importante nas negociações entre as famílias, organizações e sociedade em geral.

A diretoria das associações comunitárias é composta, sobretudo, por aposentados rurais. Eles representam suas comunidades com compromisso e sentimento cooperativo. O envolvimento e participação dos idosos rurais nas decisões comunitárias se fizeram notar com mais frequência após a concessão do benefício previdenciário, pois, com o resgate de sua auto-estima, cidadania e renda, ele se sente mais seguro para lutar por seus ideais. Com o pequeno valor de seus benefícios, são capazes de, em solidariedade, ajudar algum vizinho em dificuldades financeiras, mesmo que este não seja seu parente ou, ainda, fazer doações aos movimentos religiosos (festas, romarias, dízimos, leilões, etc.).

Os moradores os respeitam e admiram, pois, devido aos mesmos e à pontualidade de seus rendimentos, muitos projetos e benfeitorias, como água encanada e eletricidade, se fizeram viáveis nas comunidades. Estas comunidades eram privadas de muitas melhorias, devido aos rendimentos irregulares vindos da produção, o que inviabilizava qualquer ação dependente de recursos financeiros. Hoje, o cenário é outro e um dos atores principais de promoção de desenvolvimento em sua comunidade é o aposentado rural, um exemplo a ser seguido pelas outras gerações de trabalhadores, que vão, num futuro próximo, se aposentar e igualmente trabalhar em prol da coletividade dentro do contexto rural.

5) O município

Um dos maiores impactos da aposentadoria rural se faz notar nos municípios. O setor econômico nunca mais foi o mesmo, houve multiplicação dos estabelecimentos comerciais, maior número de crediários, contratação de novos funcionários, diversificação de serviços e produtos, enfim, grandes transformações. Há uma visível preferência dos comerciantes em vender a prazo para os aposentados, devido à pontualidade nos pagamentos. Com isso, o nível

de inadimplência baixou e, conseqüentemente, os prejuízos também, o que faz o comerciante movimentar com mais segurança seu capital.

Outro ponto importante com a multiplicação dos estabelecimentos comerciais é a empregabilidade do setor. Uma cidade de pequeno porte como Medina não oferece muitas oportunidades de emprego. Então, o aposentado contribui, indiretamente, para a abertura de novos postos de trabalho, além de ele mesmo contratar trabalhadores para serviços em suas lavouras (plantio, colheita, limpeza, etc.) e pedreiros para realizar suas pequenas obras de construção e reforma. Esta contribuição, além de econômica é também social, pois mexe com a vida da família do contratado, que passa a ter renda também.

É de se destacar a postura ética dos aposentados rurais, que em nenhum setor sofreu crítica. São pessoas responsáveis e cumpridoras de seus compromissos.

Os movimentos culturais e religiosos ficaram mais sustentáveis com a presença dos benefícios dos aposentados rurais. As romarias são programadas com maior antecedência e envolvem um grande número deles, pois têm nesta atividade grande prazer e devoção.

Todos os segmentos do município são beneficiados com a atuação dos aposentados rurais: instituições bancárias, casas lotéricas, lojas de roupas, supermercados, açougues, lojas de materiais de construção e utensílios domésticos, escolas, igrejas e outros.

6) O estado

O benefício da aposentadoria rural reflete na economia do estado também, porque se há um aumento nas vendas do comércio local e aumento no número de estabelecimentos, há maior arrecadação tributária no município (ICMS). Com isso, há condições de o estado beneficiar o município também,

por meio de projetos e incentivos. Este efeito é indireto, porém, perceptível e lógico.

7) A Federação

No âmbito federal, o benefício rural é provedor de equilíbrio social, pois acaba reduzindo o índice de pobreza entre os idosos, como comprovam vários dados estatísticos. Acaba por ser um programa de renda mínima, com grande impacto nas regiões onde as rendas, antes da aposentadoria, eram até três vezes menores que o valor do salário mínimo. Enfim, o efeito do benefício previdenciário rural sobre o país é de cunho social e político.

A aposentadoria rural veio como um agente de transformações pessoais, familiares, comunitárias, municipais, estaduais e federais, num efeito bem maior que o ônus que elas possam representar para a Previdência. Há, no entanto, de convir que o aposentado rural faz jus ao benefício que recebe e que se fosse uma recompensa pelos muitos anos de trabalho, o valor monetário teria que ser revisto em muitas vezes. Este benefício trouxe dignidade, auto-estima, cidadania, proventos, educação, saúde e bem-estar social, sendo digno apenas de louvor e não de críticas. A relação de dependência imprópria mantida por alguns familiares com relação ao aposentado se deve à falta de estruturas sociais do poder público municipal, e não pode ser aliada à concessão do benefício. Este problema detectado pela presente pesquisa merece ser alvo de estudos mais profundos, pois idosos têm sido explorados por alguns familiares.

Entretanto, os efeitos multiplicadores positivos são bem maiores e evidentes, numa cadeia crescente, em que o capital social é muito rico, pois o envolvimento, cooperação e solidariedade são os fundamentos das ações promovidas pelos aposentados rurais.

Portanto, este estudo vem provar que, ao contrário do que acontece com o aposentado urbano que, por vezes, se deprime e perde renda com a aposentadoria, os da zona rural não têm nenhum ônus, portanto, desfrutam apenas do lado positivo desta concessão. É bem visível as transformações que ocorrem nas relações sociais, econômicas e familiares no cenário rural. O campo, que antes dependia unicamente da renda da produção agrícola, totalmente instável, tem hoje nos benefícios previdenciários uma renda fixa. Há também que se destacar o rearranjo familiar, que faz com que o idoso aposentado atraia para junto de si os familiares, tornando sua velhice menos solitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas Do Capitalismo Agrário Em Questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. 275 P.
- ACCARINI, J. H. **Economia Rural E Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA/DAE, 1999.
- ALMEIDA, A.N. de; FREITAS, R. E. **Determinantes da inserção dos idosos aposentados brasileiros das áreas urbanas e rurais no mercado de trabalho**. In: XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2002, Passo Fundo, RS, Anais: SOBER (Cd rom).
- ALVES, L. I. de O.; CARVALHO, R. M. de; LASMAR, I. E. **Minas Gerais, espaço em construção**. Belo Horizonte: Lê, 1996. 135p.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS – ANFIP. **A Previdência ao redor do mundo**. Brasília: CESS, 1999. 199p.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FISCAIS DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS – ANFIP. **Análise da seguridade social em 2001**. Brasília, 2002. 430p.
- BALÁN, J. **Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa**. São Paulo: CEBRAP, 1973. p. 5-79 (Estudos CEBRAP, 5).
- BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília: IPEA, 1999. 29p.
- BARAN, P. **A economia política do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. 386 p.

BARROS, R. P.de; et. al. **Incidência e natureza da pobreza entre os idosos no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 27 p.(Texto para Discussão, 686).

BECKER, H. **Método de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997. 178 p.

BELTRÃO, K.I.; OLIVEIRA, F.E.B.de; PINHEIRO, S.S. **A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais**. Brasília: IPEA, 2000. 21 p. (Texto para Discussão, 759).

BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994. 335p.

BOSCO, S.H.; JORDÃO NETTO, A. **Migrações**. São Paulo: SEAGRI/São Paulo, 1967.

BRANT, R. **Desenvolvimento social, previdência e pobreza no Brasil**. *Conjuntura Social*, Brasília, v.12, n.2, p.7-64, abr./jun. 2001.

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. 291 p.

BRASIL. Ministério da Assistência e Previdência Social. **Anuário Estatístico da Previdência Social. A Previdência Social Reavaliada I**. Brasília: MPAS, 2001. 138 p.

BRASIL. Ministério da Assistência e Previdência Social. **Anuário Estatístico da Previdência Social**. Brasília: DATAPREV, 2001. Disponível em: <<http://creme.dataprev.gov.br/scripts50/>>. Acesso em: 18 dez. 2002.

BRASIL. Ministério da Assistência e Previdência Social. **Tudo o que você quer saber sobre a Previdência Social**. Brasília: MPAS/ACS, 2002. 100 p.

BRITO, B. R. **Desenvolvimento local e participação na Guiné Bissau**. *Revista de Ciências Sociais*, Coimbra, 1999. 21 p.

BRITO, F.; SOUZA, J. de. Os emigrantes: Minas no contexto das migrações internas no Brasil. Diamantina. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 7., 1995. **Anais**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR. p.249-272.

BRYNE, P. de **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. 198 p.

CALSAVARA, R. P. A previdência muito além de gestão social. **Conjuntura Social**. Brasília, v.12, n.1, p. 37-68, jan./mar. 2001.

CAMARANO, A. A. **O idoso brasileiro no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 22p. (Texto para Discussão, 830).

CAMARANO, A. A. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. 26 p. (Texto para Discussão, 858).

CAMARANO, A. A.; ABRÁMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 23p. (Texto para Discussão, 621).

CAMARANO, A. A. et al. Como vive o idoso brasileiro? In: CAMARANO, A. A. _____. **Muito além dos 60 anos: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p. 19-71.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, n. 8, p.70-82, abr. 1997.

CARVALHO, J. A. M. et al. Minas Gerais: uma nova região de atração populacional? Diamantina. In: ENCONTRO DE ECONOMIA MINEIRA, 8., 1998. **Anais**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1998. p. 397-420.

CARVALHO, M. C. B. de. A reemergência das solidariedades microterritoriais na formação da política social contemporânea. **São Paulo em Perspectiva**. v.11, n.4, out./dez. 1997. p.16-21.

CECHIN, J. A Previdência Social nos lares brasileiros. **Conjuntura Social**, Brasília, v.12, n.1, p. 13-36, jan./mar. 2001.

CHIARELLI, C. G. G.; SOUZA, D. S. de C. **Previdência Social: uma garantia para o trabalhador.** *Conjuntura Social*, Brasília, v.12, n.2, p. 162-184, jan./mar. 2001.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad economica campesina.** Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 265 p.

COCHRAN, W. G. **Técnicas de muestreo.** México: Companhia Editorial Continental, 1998. 513p.

CRESPO, A. A. **Estatística.** São Paulo: Saraiva, 1993. 224p.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JR., J. C. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente de universalização. In: CAMARANO, A. A. **Muito além dos 60 anos: novos idosos brasileiros.** Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p. 319-343.

DELGADO, G.; SCHWARZER, H. **A experiência da previdência rural nos anos 90.** Brasília: IPEA, 2000. 31 p.

DEMO, P. **Combate à pobreza: desenvolvimento como oportunidade.** Campinas: Atores Associados, 1996.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS – DESER. **Para entender a Previdência Social na área rural.** Curitiba, 2000.

FEDOZZI, L. **Orçamento participativo: reflexões sobre experiência de Porto Alegre.** Porto Alegre: Tomo, 1997.

FERRARI, A. T. **Metodologia de pesquisa científica.** São Paulo: Mcgraw-Hill, 1982. 318p.

FEATHERSTONE, M. Localismo, globalismo e identidade cultural. *Sociedade e Estado*, v.11, n.1, jan./jun. 1996

FRANÇA, A. S. de **Previdência social e a economia dos municípios.** Brasília: Anfip, 2002. 430 p.

FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1995/1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995/1996. Disponível em: <In:<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default>> Acesso em 15 dez. 2002.

FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <In:<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default>> Acesso em 18 dez. 2002.

FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2000: produção agrícola**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 18 dez. 2002.

FURTADO, C. **Teoria política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Campus Editora Nacional, 1983

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, maio/jun. 1995.

GUAJARDO, J. La cuestión del desarrollo local. Notas provisórias. **Revista del Taller de Desarrollo Local**, n.1, 1988. Disponível em <<http://www.ilo.org>>.

INCRA/FAO **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Incra/Fao, 2000. 74 p.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 15 de jul. 2002. p.8.

KAGEYAMA, A. As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v.48, n.2, p.57-69, 2001.

LAMARCH, H. **Agricultura familiar**. Campinas: Unicamp, 1993. 335 p.

LAVILLE, C; DIONE, J. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 340 p.

MARQUES, R. J. **Desenvolvimento local em espaço rural e novas competências: a participação dos cidadãos no concelho de Santa Comba Dão**. Lisboa: Centro de Estudos de Geografia da Universidade de Lisboa, 2000. 183p.

MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. **Revista Brasileira de Estudos de População** v.11, n.1, p. 41-59, jan./jul. 1994.

MARTINEZ, W. N. **O trabalhador rural e a previdência social**. São Paulo: LTR, 1985. 366p.

MEDINA-MG. Secretaria Municipal de Educação. **O município de Medina**. Medina-MG: SME, 2000. 38p.

MOREIRA, M. de M. Envelhecimento da população brasileira: aspectos gerais. In: WONG, L. R. **O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade: subsídios para políticas orientadas ao bem estar social do idoso**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR/ABEP, 2001. p. 25-56.

MOURA, S. et al. Perspectivas da gestão local do desenvolvimento econômico: as experiências de Salvador e Porto Alegre. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.34, n.1, p.101-121, jan./fev. 2000.

NERY, N. A importância do animador no processo de desenvolvimento local. In: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. **Programa de formação de liderança e técnica em desenvolvimento local sustentável: módulo II**. Brasília: CONTAG, 1998.

PEREIRA, L.C.B. **Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PROGRAMA NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF. **Tecendo a rede: políticas públicas e participação social**. Brasília. 2002. 43 p. (Caderno de Capacitação, 3).

PUTMAN, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 260p.

QUEIROZ, M. I. P. de **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. 171 p.

RAJ, D. **The design of sample surveys**. New York: MacGraw-Hill, 1972. 390p.

REIS, F.S. Conceito e Evolução da Previdência Social no Brasil: homenagem ao dia da previdência – 24 de janeiro. **Revista da Procuradoria Geral do INSS**, Brasília, v.4, n.4, p. 16-23, jan./mar. 1998.

RIBEIRO, E. ; GALIZONI, F. Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: SENAC. **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo, 2000.

RIBEIRO, E.M. As invenções de migrantes. **Travessia**. São Paulo, v.1, n.17, p.27-30, set./dez. 1993.

RIBEIRO, E.M. **Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha**. Contagem: Cedefes, 1996. 235p.

RIBEIRO, E.M. **Estradas de vida**. 1997. 201p. Tese (Doutorado em História Social) – IFCH/Campinas.

RIBEIRO, J.T.L.; CARVALHO, J.A.M.de A imigração para Minas Gerais no período de 1981/1991, com especial enfoque na migração de retorno. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, v. 16, n.1/2, p.99-109, jan./dez. 1999.

RURBANO. **Desenvolvimento rural sustentável e agricultura familiar**. 2000. Mimeografado.

SALES, T.; BAENINGER, R. Migrações internas e internacionais no Brasil: panorama deste século. **Travessia**, São Paulo, 33-43, jan./abr. 2000.

SCHWARZER, H. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil: evidências empíricas de um estudo de caso no Estado do Pará**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000a. (Texto para Discussão, 729).

SCHWARZER, H. **Paradigmas de previdência social rural: um panorama da experiência internacional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000b. (Texto para Discussão, 767).

- SILVA, N. R. A. Efeitos da Previdência Social Rural sobre a questão de gênero. In: Delgado, G. e Cardoso Jr., J. P. C. **A universalização de direitos sociais no Brasil: a Previdência Rural nos anos 90**. Brasília: IPEA, 2000. 101-130.
- SIMÕES, C. C. de S. **Perfis de saúde e de mortalidade no Brasil: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos**. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2002. 141 p.
- SINGER, P. **Desenvolvimento e crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOROMENHO-MARQUES, V. **A era da cidadania**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996. 205p.
- SOUZA, J.C. **Medina: parte da sua história, causos e curiosidades**. Belo Horizonte/Vespasiano: Farigrafic, 2001. 135p.
- TENÓRIO, F.G.; ROZENBERG, J.E. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. **Revista de Administração Pública**, v.31, n.4, jul./ago. 1997.
- TRIVINOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.
- WAJNMAN, S; OLIVEIRA, A. M. H. C.; OLIVERIA, E. L. de. A atividade econômica dos idosos no Brasil. In: Camarano, A. A. **Muito além dos 60 anos: os idosos brasileiros**: Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p. 181-221.
- WESTENBERGER, R.; PEREIRA, F.C. **Previdência social no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/CPPEAD, 1997. 39 p. (Texto para discussão, 7).
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e método**. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.

ANEXOS

ANEXOS A

AMOSTRA-PILOTO

ESCOLHA DE 80 ENDEREÇOS DOS APOSENTADOS RURAIS

TABELA 1A. Seleção em arquivos documentais do Sindicato de Trabalhadores rurais de Medina, MG

ESTRATOS Sexo, residência, posse de terra	Período de aposentadoria				
	1992	1994	1996	1998	2002
Mulher, rural, c/ terra	2	2	2	2	2
Mulher, rural, s/ terra	2	2	2	2	2
Mulher, urbana, c/ terra	2	2	2	2	2
Mulher, urbana, s/ terra	2	2	2	2	2
Homem, rural, c/ terra	2	2	2	2	2
Homem, rural, s/ terra	2	2	2	2	2
Homem, urbano, c/ terra	2	2	2	2	2
Homem, urbano, s/ terra	2	2	2	2	2

c/ = com; s/= sem

COMPOSIÇÃO DE AMOSTRA PILOTO

TOTAL DA AMOSTRA = 40

TABELA 2A. Sorteio de 40 nomes de aposentados rurais distribuídos nos períodos 92/02

ESTRATOS	1992	1994	1996	1998	2002
Mulher, rural, c/ terra	1	1	1	1	1
Mulher,rural, s/ terra	1	1	1	1	1
Mulher, urbana c/ terra	1	1	1	1	1
Mulher, urbana s/ terra	1	1	1	1	1
Homem, rural, c/ terra	1	1	1	1	1
Homem, rural, s/ terra	1	1	1	1	1
Homem, urbano c/ terra	1	1	1	1	1
Homem, urbano s/ terra	1	1	1	1	1

ANEXOS B

CÁLCULO DE RENDA MÉDIA E VARIÂNCIA

TABELA 1B. Renda média por estratos específicos

ESTRATOS ESPECÍFICOS		Renda média familiar
Mulher	Rural	Com terra $200+200+400+400+400 = 1600,00$; média = R\$320,00; Sem terra $640+400+400+400+240 = 2080,00$; média = R\$416,00;
	Urbana	Com terra $400+600+400+400+400 = 2200,00$; média =R\$ 440,00; Sem terra $540+400+448+480+320 = 2188$; média =R\$ 437,60;
Homem	Rural	Com terra $420+460+200+400+480 = 1960,00$; média =R\$ 392,00; Sem terra $400+400+440+200+420 = 1860,00$; média =R\$372,00;
	Urbano	Com terra $400+200+200+400+530 = 1730,00$; média = R\$346,00 ; Sem terra $400+200+240+400+460 = 1700,00$; média = R\$340,00;

TABELA 2B. Variância por estratos específicos

Estratos específicos		Variância
Mulher	Rural	$200+200+400+400+400 = \Sigma=1600;$ $200^2+200^2+400^2+400^2+400^2 = \Sigma=560.000$ $\Sigma x^2 = 560.000;$ $(\Sigma x)^2 = 2.560.000;$ $S^2 = 12.000$
	Sem terra	$640+400+400+400+240 = \Sigma=2080;$ $640^2+400^2+400^2+400^2+240^2 = \Sigma=947.200$ $\Sigma x^2 = 947.200;$ $(\Sigma x)^2 = 4.326.400;$ $S^2 = 20.480$
Mulher	Urbana	$400+600+400+400+400 = \Sigma=2200;$ $400^2+600^2+400^2+400^2+400^2 = \Sigma=1.000.000$ $\Sigma x^2 = 1.000.000;$ $(\Sigma x)^2 = 4.840.000;$ $S^2 = 8.000$
	Sem terra	$540+400+448+480+320 = \Sigma=2188;$ $540^2+400^2+448^2+480^2+320^2 = \Sigma=985.104$ $\Sigma x^2 = 985.104;$ $(\Sigma x)^2 = 4.787.342;$ $S^2 = 6.908,8$
Homem	Rural	$420+460+200+400+480 = \Sigma=1960 ;$ $420^2+460^2+200^2+400^2+480^2 = \Sigma=818.400$ $\Sigma x^2 = 818.400;$ $(\Sigma x)^2 = 3.841.600;$ $S^2 = 12.520$
	Sem terra	$400+400+440+200+420 = \Sigma=1860$ $400^2+400^2+440^2+200^2+420^2 = \Sigma=730.000$ $\Sigma x^2 = 730.000;$ $(\Sigma x)^2 = 3.459.600;$ $S^2 = 9.520$
Homem	Urbano	$400+200+200+400+530 = \Sigma= 1730;$ $400^2+200^2+200^2+400^2+530^2 = \Sigma=680.900$ $\Sigma x^2 = 680.900;$ $(\Sigma x)^2 = 2.992.900;$ $S^2 = 20.580$
	Sem terra	$400+200+240+400+460 = \Sigma= 1700;$ $400^2+200^2+240^2+400^2+460^2 = \Sigma=629.200$ $\Sigma x^2 = 629.200;$ $(\Sigma x)^2 = 2.890.000;$ $S^2 = 12.800$

TABELA 3B. Renda média e variância por estratos específicos

Estratos específicos		Renda média familiar e variância
Mulher	Rural	Com terra $200+200+400+400+400 = 1600,00;$ média = R\$320,00; S² = 12.000,00
		Sem terra $640+400+400+400+240 = 2080,00;$ média = R\$416,00; S² = 20.480,00
	Urbana	Com terra $400+600+400+400+400 = 2200,00;$ média = R\$440,00; S² = 8.000,00
		Sem terra $540+400+448+480+320 = 2188;$ média = R\$437,60; S² = 6.908,80
Homem	Rural	Com terra $420+460+200+400+480 = 1960,00;$ média = R\$392,00; S² = 12.520,00
		Sem terra $400+400+440+200+420 = 1860,00;$ média = R\$372,00; S² = 9.520,00
	Urbano	Com terra $400+200+200+400+530 = 1730;$ média = R\$346,00 ; S² = 20.580,00
		Sem terra $400+200+240+400+460 = 1700;$ média =R\$ 340,00; S² = 12.800,00

TABELA 4B. Distribuição da população dos aposentados rurais por estratos (em %)

Estratos específicos			Frequência
Mulher	Rural	Com terra	2,20
		Sem terra	37,21
	Urbana	Com terra	0,90
		Sem terra	14,90
Homem	Rural	Com terra	5,09
		Sem terra	26,89
	Urbano	Com terra	2,20
		Sem terra	10,61

ANEXOS C

AMOSTRAGEM ESTRATIFICADA PROPORCIONAL

1. Cálculo de tamanho de amostra, considerando a variável renda

$$n = \frac{\sum_{h=1}^k W_h S_{Y_h}^2}{V + \frac{1}{N} \sum_{h=1}^k W_h S_{Y_h}^2} \longrightarrow n = \frac{\sum_{h=1}^k \frac{W_h^2 S_{Y_h}^2}{w_h}}{V + \frac{1}{N} \sum_{h=1}^k W_h S_{Y_h}^2} \longrightarrow$$
$$n = \frac{\sum_{h=1}^k \frac{N_h}{N} S_{Y_h}^2}{V + \frac{1}{N} \sum_{h=1}^k \frac{N_h}{N} S_{Y_h}^2}$$

Com,

$$CV\left(\bar{Y}_{est}^{-}\right) = 3,5\%$$

Então,

$$CV = \frac{\sqrt{V}}{\bar{Y}_{est}^{-}} \longrightarrow V = \left[CV\left(\bar{Y}_{est}^{-}\right) * \bar{Y}_{est}^{-} \right]^2 \longrightarrow V = \left[0,035 * \bar{Y}_{est}^{-} \right]^2$$

$$\longrightarrow \bar{Y}_{est}^{-} = \sum_{h=1}^k \frac{N_h}{N} \bar{Y}_n$$

2. Para as variáveis manutenção da roça e auxílio familiar

$$n = \frac{\frac{1}{V} \sum_{h=1}^k \frac{N_h}{N} P_h (1 - P_h)}{1 + \frac{1}{N} \left(\frac{1}{V} \sum_{h=1}^k \frac{N_h}{N} P_h (1 - P_h) \right)}$$

Considerando um

$$V = \left[0,05 * \bar{P}_{est} \right]^2$$

Tem-se que,

$$CV = \frac{\sqrt{V}}{\hat{P}_{est}} \longrightarrow V = [CV(\hat{P}_{est})\hat{P}_{est}]^2 \longrightarrow V = [0,05 * \hat{P}_{est}]^2$$

$$\longrightarrow \hat{P}_{est} = \sum_{h=1}^k \frac{N_h}{N} P_h$$

3. Usando repartição proporcional:

$$W_h = w_h = \frac{N_h}{N}$$

ANEXOS D

Parceria UFLA, STR e ITAVALE

A Universidade Federal de Lavras – UFLA, através do Projeto Padre Justino, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Instituto dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Vale Jequitinhonha - ITAVALE, recebeu o Prêmio Petrobrás, orçado em R\$20 mil, com propósitos comunitários, através do programa governamental *Universidade Solidária*. Esta iniciativa conjunta vem propondo atividades de educação ambiental que contribuem para a preservação dos recursos hídricos e promoção do desenvolvimento local. O objetivo do projeto é promover a sensibilização e a capacitação sobre o tema *Água* em 21 comunidades rurais, bem como sobre o convívio sustentável com recursos naturais e novas políticas públicas (Projeto: *Água e Desenvolvimento Local no Médio Jequitinhonha/2002*).

Nesta parceria de trabalho, há que se destacar a presença das lideranças comunitárias constituídas, em sua grande maioria, por idosos aposentados rurais, verdadeiros conhecedores da região, suas potencialidades e necessidades. É característico do trabalho do Projeto Padre Justino – PPJ, não intervir antes de fazer as consultas prévias, respeitando os saberes locais. Toda intervenção é feita com base nas informações e consentimento dos *experts* da região (os idosos aposentados rurais). Mediante ações conjuntas e conjugadas, incentivam o desenvolvimento da “*base para o topo*”, ao conceber o poder a partir de uma visão ascendente, partindo das comunidades locais e privilegiando as dimensões locais.



A Universidade, como um agente externo na região, obviamente depende das informações pertinentes para o início das atividades. As comunidades rurais e organizações locais detêm todo tipo de informação. Portanto, o STR e Itavale (líderes sindicais aposentados rurais), como organizações locais, têm um papel fundamental na intermediação e negociação com as comunidades rurais.

A participação no Projeto envolve lideranças comunitárias, professores, alunos e técnicos da Universidade Federal de Lavras, num regime de voluntariado.

Além de promover ações conjuntas por meio de dias de campo, cursos, encontros e palestras, outra ação do projeto é a capacitação de agricultores e líderes comunitários, por meio de cursos com objetivos específicos, de forma a contribuir para a cultura do uso sustentável da terra e a permanência da população no seu meio. Isso implica, na questão do aposentado rural, numa série de condições básicas de saúde e infra-estrutura para uma vida mais digna no campo.

ANEXOS E

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – MUNICÍPIO DE MEDINA, MG UFLA/DAE – Universidade Federal de Lavras/Departamento de Administração e Economia

Questionário nº _____	Data: ____/____/____
Nome do pesquisador: _____	

1ª PARTE: DADOS PESSOAIS

1. Nome do (a) aposentado(a): _____
2. Endereço de referência: () comunidade; () fazenda; () sindicato; () igreja; () outros
3. Residência: () zona urbana; () zona rural:
4. Local de nascimento _____
5. Data de nascimento: ____/____/____;
6. Sexo do (a) entrevistado (a): () Masculino; () Feminino
7. Estado civil: () casado (a); () solteiro (a); () viúvo (a); () divorciado (a); () outros
8. Tem filhos: () sim, quantos? _____ filhos; () não
9. O (a) senhor (a) freqüentou/freqüenta alguma escola?
() sim; quantos anos de escola _____
() não
() mas sabe ler e escrever
() e não sabe ler nem escrever
() mas sabe assinar o nome
() sabe ler um pouquinho

2ª PARTE: DADOS DE PRODUÇÃO

10. Tem terreno para plantio ou criação? () não; () sim

() próprio; () arrendado; () cedido; () agregado
outro _____

10.1 Qual o tamanho do terreno? _____

11. O que produz ou produziu no seu terreno?

Lavoura: _____

Pecuária: _____

Engenho: _____

Extrativismo: _____

Outros: _____

12. Qual o destino da produção?

() Consumo familiar

() Feira

() Troca

() Outros _____

13. Qual é a média da renda mensal obtida na comercialização da produção? _____

14. Quantas pessoas trabalham no terreno (o ano todo)? _____

3ª PARTE: DADOS DA APOSENTADORIA RURAL

15. Que tipo de benefício da Previdência Rural o (a) senhor (a) recebe?

() Aposentadoria rural por idade

() Aposentadoria rural por invalidez

() Outro: _____

16. Há quanto tempo recebe este benefício da Previdência? _____ anos

17. Em que Município/Estado se aposentou? _____

18. Qual a forma de aposentadoria que o (a) senhor (a) foi contemplado (a)?

() Regime de economia familiar

() Trabalhador com carteira de trabalho assinada

() Outro _____

19. Em qual município recebe sua aposentadoria? _____

20. Qual tipo de transporte usa para ir receber a aposentadoria? _____

21. Mais alguém de sua casa recebe aposentadoria? () Sim; () Não

() esposo (a); () irmão (a); () cunhado (a); () sobrinho (a); () outros _____

21.1 Que tipo de aposentadoria rural essa pessoa recebe? _____

- () Aposentadoria rural por idade
 () Aposentadoria rural por invalidez
 () Outro: _____
22. Teve alguma dificuldade para conseguir a aposentadoria rural? () sim; () não
- 22.1 Quais foram as dificuldades que teve para se aposentar? _____
23. Contou com algum tipo de ajuda para se aposentar? () sim; () não
- 23.1 De quem? _____
24. Quem é que recebe a sua aposentadoria?
- () O (a) próprio (a) senhor (a)
 () A esposa (o)
 () O filho (a)
 () O neto (a)
 () Outro. Quem? _____
- 24.1 O (a) senhor (a) usa cartão? () sim; () não, como é que retira o dinheiro?

25. Se houvesse oportunidade, o (a) senhor (a) gostaria de voltar para a roça?
- 25.1 Em que condições _____

4ª PARTE: DADOS DE DOMICÍLIO DA FAMÍLIA

26. A residência: () própria; () alugada; () outra _____
27. Quantas pessoas moram em sua casa?
 ____ pessoa(s), dos quais ____ esposo/a, ____ filhos/as, ____ netos/as, ____ outros _____
28. Já morou na cidade/campo? (perguntar oposto da situação atual)
 sim (); não ()
- 28.1 Por quanto tempo? _____
29. Mudou de casa depois de se aposentar?
 sim () Para onde? Zona urbana () Zona rural ()
 não ()
30. Qual o motivo da mudança (se a aposentadoria influenciou na mudança)? ____
31. Quantas vezes se mudou? _____
32. A casa teve alguma melhoria ou obra depois de o (a) senhor (a) se aposentar?
 () sim; () não
33. Qual (s)? _____
34. A casa é servida de energia elétrica? sim () não ()
- 34.1 Desde quando? _____
- 34.2 Qual a principal fonte de energia? () rede; outra fonte _____
35. A casa possui água encanada? sim () não ();

- 35.1. Desde quando? _____
- 35.2 Qual a principal fonte de fornecimento de água?
 Nascente
 Rio
 Córrego
 Poço artesiano
 Outra _____

5ª PARTE: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ATIVIDADES ECONÔMICAS

36. Quantas pessoas dependem da renda e/ou trabalho do (a) senhor (a)?
 _____ pessoas
37. Quantas pessoas vivem na casa sem renda monetária? _____
38. Quantas pessoas vivem na casa com renda monetária e quais as fontes de renda dessas pessoas?

Parentesco	Fonte/Ocupação	Local	Valor

39. O senhor (a) auxilia alguém de sua família com o dinheiro da sua aposentadoria? sim; não
 _____ pessoas ()esposo/a, ___ filhos/as, ___ netos/as, ___ outros)
- 39.1 De quanto em quanto tempo auxilia estas pessoas? _____
40. Para que serve esta ajuda? _____
41. O senhor utiliza de alguma forma a renda da aposentadoria para a manutenção da propriedade ou atividade agrícola? sim; não
42. Para quê? _____
43. Qual a sua principal fonte de renda e a de sua família (participação proporcional da renda)?
 Aposentadoria _____
 Produção agrícola _____
 Artesanato _____
 Serviços _____
 Rendimentos de aluguéis _____
 Outras _____

6ª PARTE: DADOS DE OCUPAÇÃO

44. Qual a atividade e condição ocupada pelo (a) senhor (a) antes de se aposentar?

Atividade					
Condição					
Período					
Local					

Condição: conta própria; assalariado; arrendatário; diarista; meeiro/parceiro; ganho por produção; membro não remunerado da família; outros

45. Viajou para trabalhar em outro município? () sim; () não

Destino Mun./Estado	Ocupação / Serviço	Período (ano)	Tipo de contrato		Outras Observações
			Urbano	Rural	

Contrato: com ou sem carteira

46. Por que viajou: _____

47. Viajou: () com família; () sem família

48. Casamento: () no local de origem; () no local de destino _____
 naturalidade da (o) esposa (o) _____

49. Durante a migração fez algum treinamento ou outros cursos? () sim; () não

Quais? _____

50. Razões de retornar a este município: _____

51. O (a) Sr.(a) continua trabalhando ou ocupado com alguma atividade?

() sim; () não

() Continua trabalhando no estabelecimento rural (na minha roça)

() Passou o estabelecimento (roça) aos filhos, mas ajuda no trabalho agrícola

() faz a comercialização da produção e a feira

() outros: _____

52. Contrata alguém para prestação de serviços? () sim, em que época? _____ () não

52.1 Qual (s) serviço (s)?

Serviços	Número de pessoas	Duração	Valor/Forma de pagamento

7ª PARTE: DADOS DE CONSUMO

53. Em que gasta o dinheiro da aposentadoria (estimativa a partir dos gastos)?

54. Usa algum tipo de medicamento? () sim; () não

54.1 De onde o obtém?

- () horta medicinal
- () drogaria
- () dos SUS
- () da igreja
- () do sindicato
- () outro _____

55. Precisa viajar para fazer algum tipo de tratamento médico (se tiver alguma doença)? () sim; () não

55.1 Quem é que paga as despesas? _____

55.2 Utiliza algum programa de saúde? () sim; () não

55.3 Qual? _____

55.4 Como é feito o uso desse programa? _____

56. De onde vêm os alimentos consumidos na casa?

- () Roça
- () Mercado
- () Verdurão
- () Supermercado
- () Horta
- () Açougue
- () Outro _____

56.1 Quais são os produtos mais comprados no supermercado? _____

57. Houve alguma mudança na alimentação depois de se aposentar? () sim; () não

57.1 Qual (s)? _____

57.2 Razões da mudança: _____

58. Tem facilidade para comprar fiado no comércio? _____

59. Quais as lojas que mais lhe vendem fiado? _____

60. O (a) senhor (a) voltou a estudar depois de se aposentar? () sim; () não

61. Fez algum tipo de treinamento ou capacitação depois de se aposentar?
() sim; () não
62. Qual (s)? _____
63. Condição de participação/capacitação:
() gratuita
() pagamento em dinheiro
() outros _____
64. Participa em algum programa de educação? () sim; () não
65. Qual (s) _____
66. Como é a participação? _____
67. O (a) senhor (a) tem participado de algum tipo de diversão? () sim; () não
- 67.1 Qual (s) _____
- 67.2 Condições de participação:
() gratuito
() pagamento em dinheiro
() contribuição com a produção agrícola
() oferta de entidades (igreja, sindicato, associação, etc.)
() outras _____
68. Tem feito viagens depois de se aposentar? () sim; () não
- 68.1. Para onde? _____
- 68.2 Quantas vezes por ano? _____
- 68.3 Quem é que paga as despesas? _____
69. O(a) Sr.(a) participa de alguma associação, grupo ou entidade?
() sim; () não
() Associação de produtores rurais
() Cooperativa de produtores rurais
() Sindicato de trabalhadores rurais
() Grupo informal (jovens, idosos, mulheres)
() Outro tipo: _____
70. De que forma é feita esta participação? _____
71. O(a) Sr.(a) tem algum cargo na entidade em que participa?
() sim. Qual? _____
() não
72. Como o (a) senhor (a) avalia a sua vida após a aposentadoria?
() Melhorou muito
() Melhorou um pouco
() Ficou igual
() Piorou um pouco
() Piorou muito
- Anotações complementares _____

ROTEIRO DE PERGUNTAS

Nome da Instituição: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

1. Nome do (a) entrevistado (a)
2. Cargo do (a) entrevistado (a)
3. Tempo de atuação na instituição
4. Há quanto tempo a instituição atua no município ?
5. Qual é o papel do sindicato na preparação dos processos de aposentadoria e na evolução do número de aposentados?
6. Como é a parceria entre o sindicato e o poder público?
7. Quais são as contribuições que o sindicato tem dado em prol do desenvolvimento das comunidades rurais?
8. Como avalia o impacto dos benefícios da previdência rural:
 - 8.1 na economia das famílias dos aposentados?
 - 8.2 na economia do município?
9. Quais são as atividades que o sindicato tem exercido para a melhoria de vida das famílias dos aposentados e do município em geral?
10. Que dificuldades tem enfrentando na elaboração de programas de desenvolvimento sustentável ?
11. Que avaliação faz sobre o papel do idoso aposentado no desenvolvimento do município?
12. Quais são as dificuldades que os trabalhadores têm para se aposentar?
13. Receitas e despesas do Sindicato com aposentadoria:
14. Participação de aposentados na diretoria do STR:
15. Participação de aposentados no dia-a-dia do STR:
16. Participação de aposentados nas atividades do STR (na sede / no meio rural):
17. Participação de aposentados nas mobilizações do STR:
18. Há seção especial p/ aposentados?
19. Há diretoria especial para aposentados?
 - 19.1 Desde quando?
 - 19.2 O que faz?
20. Quais as reivindicações dos aposentados?
21. Os aposentados são sindicalizados?

Nome da Instituição: INSS

1. Nome do (a) entrevistado (a)
2. Função do (a) entrevistado (a)
3. Tempo de trabalho na instituição
4. Há quanto tempo a instituição atua no município?
5. Qual é o papel do INSS na preparação dos processos de aposentadoria e na evolução do número de aposentados?
6. Existe parceria entre o INSS, Sindicato e o Poder Público Municipal?
7. Quais são as contribuições que o INSS tem dado em prol do desenvolvimento das comunidades rurais?
8. Como avalia o impacto dos benefícios da previdência rural:
 - 8.1 na economia das famílias dos aposentados?
 - 8.2 na economia do município?
9. Que dificuldades tem enfrentado nos processos de aposentadoria e que soluções tem buscado?
10. Que avaliação faz sobre o papel do idoso aposentado no desenvolvimento do município?

Nome da Instituição: PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDINA

1. Nome do (a) entrevistado (a)
2. Função do (a) entrevistado (a)
3. Tempo de trabalho na instituição
4. Como é a relação entre a Prefeitura e a representação dos trabalhadores rurais?
5. Qual o papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural para a melhoria de vida das comunidades rurais?
6. Existe algum programa voltado para os aposentados rurais do município?
7. Como avalia o impacto dos benefícios da previdência rural:
 - 7.1 na economia das famílias dos aposentados?
 - 7.2 na economia do município?
 - 7.3 no comércio?
 - 7.4 na indústria rural?
8. Que tipo de políticas públicas a prefeitura tem implementado nas comunidades rurais do município?
9. Que avaliação faz sobre o papel do idoso aposentado no desenvolvimento do município?

COMÉRCIO LOCAL

Nome da Loja:

1. Nome do (a) proprietário (a) ou gerente:
2. Há quanto tempo a loja existe?
3. Há quanto tempo a loja atua no município?
4. Perfil do cliente:
 - 4.1 Qual n.º de clientes cadastrados?
 - 4.2 Destes, quantos são aposentados rurais ?
 - 4.3 Número de aposentados e aposentadas:
 - 4.4 Período do mês mais freqüente de compra:
 - 4.5 Modalidade de compra (à vista; a prazo; cheque; cartão, troca, etc.):
 - 4.6 Produtos mais procurados pelos aposentados:
 - 4.7 Gasto médio mensal dos aposentados:
 - 4.8 Período do ano que em mais gastam:
5. Arrecadação mensal:
 - 5.1 Total arrecado no mês:
 - 5.2 Total proveniente de aposentados rurais:
 - 5.3 Pontualidade ao saldar os débitos por parte dos aposentados:
 - 5.4 Existe algum convênio com o sindicato?
 - 5.5 Total aproximado de venda para aposentados (% aposentados/total de vendas):
6. Prestação de serviços:
 - 6.1 Existe algum tratamento diferenciado para o aposentado?
 - 6.2 Existe linha de crédito para aposentados?
 - 6.3 Há destaque nas compras por famílias de aposentados?
 - 6.4 Há diferença entre homem/mulher; rural/urbano?
 - 6.5 Existe alguma exigência especial para os aposentados?
7. Como avalia o impacto dos benefícios da previdência rural?
 - 7.1 na economia das famílias dos aposentados?
 - 7.2 no comércio do município?
8. Que avaliação faz sobre o papel do idoso aposentado no desenvolvimento do município?

LOCAIS

1. Farmácias (centro e bairro)
2. Supermercados
3. Lojas de Vestuário popular
4. Lojas/Armazéns de produtos rurais
5. Açougues
6. Diversos:
7. Bares
8. CDs
9. Loja de material escolar
10. Outros
11. Serviços
12. Barbearias
13. Cabeleireiros
14. Outros
15. Bancos (se os aposentados têm conta corrente)